

ACADEMIA MILITAR

O papel dos Grupos Especiais Paraquedistas em Moçambique de 1971 a 1974

Autor: Aspirante de Infantaria Bruno Manuel Magalhães Amorim

Orientador: Professor Doutor José António Telo

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017



ACADEMIA MILITAR

O papel dos Grupos Especiais Paraquedistas em Moçambique de 1971 a 1974

Autor: Aspirante de Infantaria Bruno Manuel Magalhães Amorim

Orientador: Professor Doutor António José Telo

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2017

Epígrafe

Boinas Grenats
Sempre prontos a lutar
Até à paz
À nossa terra voltar
GEP, GEP, GEP, GEP, GEP, GEP
GEP, GEP

(2ª estrofe do hino dos GEP)

DEDICATÓRIA

*Aos meus familiares, amigos e camaradas.
À Mifã*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Orientador, Professor Doutor António José Telo pelo empenho e dedicação que permanentemente ofereceu para a realização desta investigação. Pelo encorajamento que me deu para abordar uma temática sobre a qual a documentação existente é tão incipiente. E que, com o seu profundo conhecimento me foi constantemente despertando o interesse por saber mais sobre os fenómenos da africanização e outros fenómenos idênticos que ocorreram noutros países.

Agradeço ao cinco oficiais, Brigadeiro-general Picão de Abreu, Coronel António Feijó, Coronel Hilário Peixeiro, Coronel Saraiva Coelho, Tenente-Coronel Serra Pinto, que se disponibilizaram para colaborar neste trabalho, através da sua participação em entrevistas. Todos eles inextinguíveis, na disponibilidade e preocupação constante de fornecer a informação mais rigorosa.

Agradeço ao Tenente-Coronel Serra Pinto na disponibilização de fotografias, documentos que enriqueceram este trabalho.

Agradeço a Sargento-Chefe Paraquedista Sucena do Carmo na disponibilização da sua edição de autor: *“Os Grupos Especiais Paraquedistas”*.

Agradeço ao Diretor de Curso, Major de Infantaria Araújo, pelo apoio e disponibilidade permanentes.

E, ainda, a todos os meus camaradas, amigos e oficiais que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste estudo, o meu mais profundo e sincero agradecimento.

RESUMO

A Guerra de África (1961-1974) encerrou um período da história recente portuguesa, na qual Portugal procurou conservar a posse das suas colónias ultramarinas. Esta contenda exigiu o envolvimento de uma parte significativa da população, em particular no esforço militar, levado a cabo pelas Forças Armadas portuguesas. O prolongamento imprevisível desta guerra provocou, contudo, níveis de insatisfação na população portuguesa demonstrados pela crise que o recrutamento da metrópole manifestava. A africanização das Forças Armadas acelerou ao longo do decorrer da guerra. A percentagem das populações africanas atingidas por este processo teve particular expressão no território de Moçambique. Os Grupos Especiais Paraquedistas foram um exemplo único, de forças constituídas essencialmente por militares nativos enquadrados por oficiais e sargentos portugueses no território moçambicano. A atuação destes grupos traduziu-se num caso de sucesso, pela novidade que trouxeram a nível da sua orgânica e atuação operacional. A sua integração na manobra das Forças Armadas portuguesas representou um ganho significativo no plano militar e político seguido por Portugal.

Palavras-Chave: Guerra de África (1961-1974), recrutamento, africanização, Grupos Especiais Paraquedistas, Moçambique, Portugal

Abstract

The África's War (1961-1974) ended a recent Portuguese historical period, in which Portugal sought to preserve the overseas colonies possession. This dispute required the involvement of a large part of the population, particularly the military effort led by the Portuguese Armed Forces. However, the unpredictable extension of this war created unsatisfactory levels on the Portuguese population, demonstrated by the crisis that the metropolis recruitment exhibited. Armed Forces africanization accelerated during the war. The percentage of African population attained by this process had particular expression on the Mozambican territory. Special Paratroopers Groups were a unique example of forces, mainly constituted of native militaries, supported by Portuguese officers and non-commissioned officers on the Mozambican territory. The actuation of these groups was a success case for the novelty that they brought in terms of organic and operational performance. Its integration on the Portuguese Armed Forces manoeuvre represented a significant gain on the military and political plan followed by Portugal.

Keywords: África's War (1961-1974), recruitment, africanization, Special Paratroopers Groups, Mozambique, Portugal

ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS/TABELAS	ix
LISTA DE APENDICES E/OU ANEXOS.....	x
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xi
INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1. A Guerra de África (1961-1974).....	3
1.2. Moçambique: O meio físico.....	5
1.3. Moçambique: O meio humano.....	6
1.3.1. Resenha histórica da presença portuguesa	6
1.3.2 Etnografia	7
1.4. O Teatro de Operações de Moçambique	8
1.4.1. O Inimigo	8
1.4.2. A organização militar	12
1.5. A africanização.....	17
 CAPÍTULO 2 –METODOLOGIA CIENTÍFICA.....	22
2.1. Modelo de análise	22
2.2. Estratégia de investigação	22
2.3. Instrumentos de investigação	23
2.3.1. Análise documental.....	23
2.3.2. Entrevistas	24

CAPÍTULO 3 - OS GRUPOS ESPECIAIS PARAQUEDISTAS.....	26
3.1. O Surgimento dos Grupos Especiais Paraquedistas	26
3.2. O recrutamento	27
3.3. A organização.....	28
3.4. O emprego e caracterização da ação dos Grupos Especiais Paraquedistas.....	29
3.5. Resultados obtidos pelos GEP	33
3.6. Os GEP no pós- 25 de abril.....	36
CAPÍTULO 4 –ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	37
4.1 Análise das entrevistas	37
CONCLUSÕES	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
APÊNDICES.....	I
ANEXOS.....	XLVII

Índice de Figuras

Figura n.º 1 – Orgânica de um GEP.....	29
Figura n.º 2 - Rede hidrográfica em Moçambique.....	XLVII
Figura n.º 3 – Distribuição dos grupos étnicos em Moçambique	XLVIII
Figura n.º 4 - Panfleto de propaganda da FRELIMO	XLIX
Figura n.º 5 - Linhas de infiltração e esforços da FRELIMO	L
Figura n.º 6 - Armamento apreendido à FRELIMO	LI
Figura n.º 7 - Organização de um batalhão da FRELIMO	LII
Figura n.º 8 - Boina vermelho <i>grenat</i> dos GEP	LIII
Figura n.º 9 – Exposição durante visita de militares rodesianos ao CIGE	LIV
Figura n.º 10 – GEP durante instrução do Curso de Paraquedismo.....	LV
Figura n.º 11 – Sessão de Saltos de Abertura Automática dos GEP.....	LVI

Índice de Quadros/Tabelas

Quadro n.º 1 – Localização das Unidades dos GEP.....	30
Quadro n.º 2 - Efetivo presente no TO em setembro de 1973.....	33
Quadro n.º 3 - Efetivo presente no TO em maio de 1974.....	34
Quadro n.º 4 - Operações realizadas em 166 dias.....	34
Quadro n.º 5 - Baixas Causadas ao In.....	34
Quadro n.º 6 - População subtraída ao controlo do In.....	35
Quadro n.º 7 - Destruições.....	35
Quadro n.º 8:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 1.....	38
Quadro n.º 9:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 2.....	39
Quadro n.º 10:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 3.....	41
Quadro n.º 11:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 3.....	42
Quadro n.º 12:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 4.....	43
Quadro n.º 13:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 5.....	44
Quadro n.º 14:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 6.....	45
Quadro n.º 15:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 7.....	45
Quadro n.º 16:Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 8.....	46
Quadro n.º 17: Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 9.....	47
Quadro n.º 18: Análise qualitativa e quantitativa da questão n.º 11.....	48
Quadro n.º 19 - Matriz de associação numérico-cromática	XXXIII
Quadro n.º 20 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 1).....	XXXVI
Quadro n.º 21 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 2).....	XXXVII
Quadro n.º 22 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 3(a)).....	XXXVIII
Quadro n.º 23 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 3(b)).....	XXXIX
Quadro n.º 24 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 4).....	XL
Quadro n.º 25 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 5).....	XLI
Quadro n.º 26 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 6).....	XLII
Quadro n.º 27 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 7).....	XLIII
Quadro n.º 28 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 8).....	XLIV
Quadro n.º 29 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 9).....	XLV
Quadro n.º 30 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 11).....	XLVI

LISTA DE APÊNDICES E/OU ANEXOS

Apêndice A: Resenha histórica da presença portuguesa em Moçambique

Apêndice B: Grupos étnicos em Moçambique

Apêndice C: Posição (política) dos países vizinhos de Moçambique

Apêndice D: Movimentos emancipalistas

Apêndice E: Guião de Entrevista

Apêndice F: Guião de Entrevista

Apêndice G: Guião de Entrevista

Apêndice H: Guião de Entrevista

Apêndice I: Guião de Entrevista

Apêndice J: Matriz de associação numérico-cromática

Apêndice K: Matrizes de unidades de contexto

Anexo A: Rede Hidrográfica

Anexo B: Distribuição Geográfica dos Grupos Étnicos

Anexo C: Exemplo De Panfleto de Propaganda da FRELIMO

Anexo D: Linhas de infiltração dos guerrilheiros e esforços da FRELIMO

Anexo E: Armamento apreendido à FRELIMO pelos GEP

Anexo F: Organização De Um Batalhão Da FRELIMO

Anexo G: Boina dos GEP

Anexo H: Exposição de material capturado em visita de militares rodesianos ao
CIGE

Anexo I: Curso de Paraquedismo

Anexo J: Lançamento de GEP

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

CCmds	Companhia de Comandos
CParas	Companhia de Paraquedistas
EME	Estado-Maior do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FOEsp	Forças de Operações Especiais
GE	Grupos Especiais
GEP	Grupos Especiais Paraquedistas
GEPC	Grupos Especiais de Pisteiros de Combate
In	Inimigo
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
RMM	Região Militar de Moçambique
SITREP	Relatório de Situação
SO	Setor Operacional
TO	Teatro de Operações
ZIN	Zona de Intervenção Norte

INTRODUÇÃO

O presente trabalho encerra o ciclo de estudos integrado conferente ao grau de mestre em ciências militares, na especialidade de infantaria.

No presente trabalho pretendemos entender a importância que os Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) tiveram em Moçambique de 1971 a 1974, no decorrer da Guerra de África (1961-1974), em que os portugueses estiveram investidos. A informação documental sobre estes grupos é muito incipiente pelo que suscita a necessidade de nos debruçarmos sobre o impacto e as motivações da integração dos GEP na manobra militar portuguesa.

Embora o tema esteja inserido no contexto da Guerra de África (1961-1974), a nossa investigação é delimitada pelo estudo do Teatro de Operações (TO) de Moçambique, entre 1971 e 1974, período em que existiram os GEP.

O trabalho de investigação realizado procurou ser inovador, na medida em que acrescenta fontes não publicadas, através da recolha de informação qualitativa por via da realização de entrevistas a oficiais que participaram nos GEP.

Deste modo, foi levantada a seguinte Pergunta de Partida da Investigação: *“Qual o papel dos Grupos Especiais Paraquedistas em Moçambique de 1971 a 1974?”* Além disso, pretendemos assim contribuir para futuros estudos no âmbito da história militar relacionados com os GEP.

Assim, este trabalho está dividido em quatro capítulos.

No capítulo 1: Enquadramento Teórico abordamos os antecedentes históricos que precederam a criação dos GEP, contextualizando-a no conflito da Guerra de África (1961-1974). Segue-se uma caracterização do meio físico, neste caso, Moçambique, onde têm lugar os GEP, bem como, uma caracterização do meio humano, com a resenha histórica da presença portuguesa em Moçambique e a sua análise etnográfica. Ainda neste capítulo, abordamos o TO de Moçambique, no qual estudamos a génese dos grupos inimigos e caracterizamos brevemente a organização geral do dispositivo das forças portuguesas. Por fim, abordamos o fenómeno da africanização.

No capítulo 2: Metodologia Científica é abordado o modelo de análise utilizado bem como a estratégia de investigação seguida e os instrumentos de investigação utilizados.

No capítulo 3: Os Grupos Especiais Paraquedistas estudamos o surgimento destes grupos, o processo de recrutamento para os mesmos, a sua organização, o seu emprego e caracterização da sua ação.

No capítulo 4: Análise e discussão de resultados é feita análise de conteúdo das entrevistas realizadas a oficiais portugueses que serviram nos GEP e as respetivas sínteses conclusivas decorrentes da referida análise.

Por fim, são apresentadas as conclusões finais deste trabalho.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A Guerra de África (1961-1974)

O caso que pretendemos abordar neste trabalho insere-se no contexto da Guerra de África (1961-1974), conflito que tem assumido ao longo dos últimos anos outras designações, como Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar, de acordo com a posição dos interlocutores em relação à legitimidade da mesma ou do lado de quem conta “a história”. Não sendo a intenção deste trabalho retirar ilações nesse sentido, optou-se pela designação de Guerra de África (1961-1974).

Com o final da I Guerra Mundial, o Pan-Africanismo ganha maior expressão e os movimentos emancipalistas procuraram trazer maior dignidade aos povos negros africanos, até como contrapartida do seu contributo com grandes contingentes durante a I Guerra Mundial. Por este facto, durante o decorrer da guerra já alguns, estados europeus se tinham comprometido favoravelmente. Para isso, contribuíram por exemplo os Congressos Pan-Africanos, de 1919 a 1927, na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA). O final da II Guerra Mundial, veio trazer um recrudescer da pressão, no seio da comunidade internacional, no sentido de desencadear a dissolução dos impérios coloniais pertencentes às nações europeias colonizadoras dando ênfase aos movimentos libertadores e de emancipação dos povos colonizados. Mais tarde, em 1955, também a conferência de Bandung desperta a atenção para a emergência de uma corrente anticolonialista e de emancipação dos povos asiáticos e africanos. “Bandung que representa a consagração de «povos objetos» em «nações sujeitos da história»” (Nouschi, 1996 citado em Amorim, 2010, p.108). A posição dos dois principais atores políticos da Guerra Fria é, também ela, incompatível com a resistência colonial. “o surgimento dos EUA como defensores da doutrina da autodeterminação dos povos (declarações do presidente Wilson); a posição da URSS como inimiga do colonialismo (tema tratado por Lenine e Estaline).” (Comissão para o Estudo das Campanhas de África [CECA](1961-1974), 2012, p.31). A Organização das Nações Unidas rejeita, reiteradamente argumentação de Portugal, de que as províncias ultramarinas eram independentes por fazerem parte de Portugal, também este um país independente. Assim, em setembro de 1960, deixa de as considerar parte integrante de Portugal e exige que lhes seja concedida a autodeterminação. Todos estes acontecimentos congeminaavam a possível ignição de uma insurreição nas províncias ultramarinas.

Além disso, também ao nível político-militar, era possível admitir já em 1958, a possibilidade de eventuais revoltas dos povos africanos nas colónias portuguesas. Desde logo, as reformas impulsionadas pelo Ministro do Exército, Brigadeiro Almeida Fernandes, desde 1958, “o Ultramar não só prendia nesse momento (maio de 1959) o melhor da nossa atenção, como polarizava todos os estudos, planos e medidas em curso no Exército.”(Serrão, 2011, p.34-35, citado em Antunes, 1995). Nesse sentido, foram realizados vários estágios inicialmente pelo major Hermes de Oliveira, com a colaboração da França no sentido de retirar ensinamentos sobre o novo tipo de guerra vivido no TO da Argélia que, foram, em 1960, compilados numa publicação, sob a égide do Estado-Maior do Exército (EME), *A Guerra Revolucionária*. Daí em diante, mais oficiais portugueses foram enviados ao TO da Argélia, com o intuito de adquirir conhecimentos de contraguerrilha e contrassubversão a várias unidades do Exército. (Serrão, 2011)

“Em 1960 dois oficiais que tinham estado em estágios na Argélia, os capitães Lemos Pires e Luz de Almeida, foram encarregados de tomar parte na instrução de três companhias de caçadores no Batalhão de Caçadores 5, em Lisboa. Sendo dos fundadores do CIOE em Lamego, participaram numa ronda de ações de formação por alguns aquartelamentos (S. Margarida, Évora, Elvas, etc.) onde apresentaram como novidade os temas de guerra subversiva, guerrilha, contraguerrilha e ação psicologia”(Cann, 2005, p.42)

Assim, seguindo a lógica da descolonização, foi o caso da Argélia que declarou independência da França em 1962 ou da República Democrática do Congo que declarou independência da Bélgica em 1960, “as potências democráticas europeias em África libertavam as suas possessões, seguindo a tendência do pós-II Guerra Mundial. Esta evolução começou a pressionar Salazar para que seguisse a mesma linha dos outros governos da Europa Ocidental e permitisse às colónias portuguesas o caminho para a independência” (Cann, 2005, p.42).

Apesar disso, Portugal mantém uma posição irredutível em relação às suas colónias. “A intransigência de Salazar e de Portugal nestes assuntos foi fortalecida por circunstâncias que se desenrolam no ano de 1961, solidificando a posição portuguesa e escorando o seu esforço de guerra”(Cann, 2005, p.35).

No caso português a ignescência da Guerra de África (1961-1974) deu-se com o eclodir das primeiras revoltas em Luanda, em 1961. Aqui teve lugar a famosa expressão de Salazar, *Para a Angola rapidamente e em força*. Dois anos mais tarde a guerra estendeu-se a mais uma frente na Guiné e em 1964 em Moçambique.

Do pondo de vista conceptual a Guerra de África (1961-1974), foi entendida como guerra subversiva uma vez que se tratou de “uma luta conduzida no interior de um dado

território por uma parte dos seus habitantes, ajudados ou não no exterior, contra as autoridades de direito ou facto estabelecido, com a finalidade de lhes retirar o controlo desse território (...)” (Ministério do Exército, 1966)

1.2. Moçambique: O meio físico

Moçambique, hoje oficialmente reconhecido por República de Moçambique, situa-se na costa oriental da África Austral, no hemisfério sul entre o paralelo de 10° e 27’ e o paralelo 26° e 52’, respetivamente entre a foz do rio Rovuma e a Ponta do Ouro. Faz fronteira a norte com a Tanzânia, ao longo do rio Rovuma, desde a foz do mesmo até à sua confluência com o lago Niassa; a noroeste com o Malawi e a Zâmbia e a oeste com o Zimbabwe, a África do Sul e a Suazilândia, genericamente a fronteira a oeste é delimitada por uma linha irregular partilhada com os cinco últimos países numa extensão de 4330 quilómetros; a sul com a África do Sul, numa fronteira com o rio Maputo de 180 quilómetros continuando até à Ponta do Ouro; a este, com a secção do Oceano Índico designada por Canal de Moçambique, numa extensão de cerca de 2470 quilómetros. Tem uma área total de 784961 quilómetros quadrados. (Governo de Moçambique, 2015)

A sua capital é Maputo, designada Lourenço Marques, durante o período do domínio português.

Relativamente à hidrografia, o território de Moçambique perde altitude de oeste para este. Daqui resulta que, as suas águas correm predominantemente na mesma direção. Destacam-se, de norte para sul, cinco grandes bacias hidrográficas¹: o Rovuma, Lúrio, Zambeze, Save e Limpopo. Importa ainda a referência à construção da barragem de Cabora-Bassa, na segunda metade das campanhas, com especial relevo na condução das operações militares. Segundo (Couto, 2012), a barragem,

“forneceria a energia que, exportada para a República da África do Sul (RAS), dela carente, sustentaria o desenvolvimento das outras fases do plano: a montante, criaria um enorme lago artificial que, por um lado, seria uma autoestrada por onde se escoariam, até aos locais de transformação, os minérios da maior parte das jazidas existentes no distrito e, por outro lado, poderia tornar-se a plataforma de um desenvolvimento turístico de eleição, num vasto espaço natural praticamente ainda virgem, tudo conjugado com uma substancial melhoria das condições de vida das poucas populações existentes, através do desenvolvimento de atividades agropecuárias e piscícolas; a jusante, proporcionaria uma regularização do Vale do Zambeze, onde o rio se espraia ao longo de centenas de quilómetros por solos aluvionares extremamente ricos, com a consequente possibilidade de exploração de enormes potencialidades nos domínios agropecuário, das indústrias alimentares, da construção e reparação naval ligeira, do turismo cinegético, etc..”

¹ Ver Anexo A

No que respeita ao clima de Moçambique, caracteriza-se genericamente por uma estação pluviosa e quente, de novembro a abril, e uma outra seca e de temperaturas mais amenas, nos outros meses. No Norte, durante a primeira estação são frequentes os ventos de nordeste, com trovoadas e precipitação intensa; e na outra estação, predominam os ventos de sudoeste.

No Sul, são predominantes, na estação das chuvas, os ventos do Sul com grandes trovoadas e descida acentuada da temperatura.

Relativamente à flora, segundo (Boléo, 1966) é possível distinguir sete zonas do ponto de vista fitogeográfico. No entanto, conclui que no território moçambicano são predominantes as estepes com gramíneas e árvores de pequeno porte, alternando com florestas.

A fauna é segundo o mesmo autor, de grande riqueza fazendo referência às manadas de elefantes, de variedade única em Moçambique, às de búfalos, bastante numerosas em vários locais do território, bem como os hipopótamos, os crocodilos, os antílopes, vários felinos, girafas, avestruzes e rinocerontes. “Existe tudo! Necessário se torna, simplesmente, saber quais as regiões que lhe são próprias”(Boléo, 1966, p.37). Permitindo assim, fazer do Parque Nacional da Gorongosa um perfeito mostruário da vida selvagem.

1.3. Moçambique: O meio humano

1.3.1. Resenha histórica da presença portuguesa

A presença portuguesa em Moçambique remonta ao século XV², no entanto avançaremos até ao século XIX. Em 1885, o episódio da Conferência de Berlim, teve como principal objetivo procurar solucionar enlevo dos países europeus na disputa pelos territórios de África, que até ali se encontrara palco de guerras por parte das tribos existentes e sem fronteiras definidas.

Até ao final do sec. XIX, o esforço de Portugal nas colónias direccionou-se para a defesa e pacificação, abandonando a antiga intenção de ligar as duas costas, por interposto da Inglaterra, embora se tenham ainda recuperado algumas terras ao redor de Lourenço Marques (CECA, 1989).

Durante a I Guerra Mundial e, no seguimento de uma fase de operações que opuseram, de um lado portugueses, belgas e ingleses, e de outro alemães, Moçambique

² Ver Apêndice A

voltou a ser palco de operações militares. Os alemães, ao comando de Von-Leetow Vorbeck, invadem Moçambique, repelindo os portugueses e atacando as suas retaguardas. Conseguem progredir centenas de quilómetros e assaltar comboios de reabastecimentos, apoderando-se de material de guerra e recursos. A situação acabou por se inverter, numa segunda fase, com a perseguição às forças alemãs em Moçambique que, apesar disto só se rendem em 15 de novembro de 1918. (CECA, 1989 citado em Moniz, 1944)

“Desde 1918 trabalha-se e progride-se intensamente. As últimas décadas foram dedicadas à conversão da administração territorial militar em civil; criação e ampliação de serviços públicos, radicação, pela paz portuguesa, da paz inter-tribal; criação de uma rede comercial interna muito densa; reorganização e disciplina da agricultura com vista à obtenção de excedentes para troca com bens de consumo para elevação do nível de vida das populações; instituição do trabalho livre, para o que foi preciso radicar trabalhosamente a noção do dever do trabalhador regular contínuo; a instituição de um ensino de educação de bases por meio de missões, escolas e aprendizagem profissional; a montagem de uma rede de transportes de pessoas e mercadorias; a instalação da rede sanitária; e o início da industrialização” (CECA, 1989 citado em Boléo, 1961)

A compartimentação natural do território imposta por três das suas principais bacias hidrográficas, configurou também as ligações económicas com os estados vizinhos, em três blocos. A norte do Rovuma, com a antiga Niassalândia (atual Malawi) e o hinterland do Niassa; entre o Zambeze e Save, com as antigas Rodésias (atuais Zâmbia e Zimbabwe); e a sul do último com a União Sul Africana.

Estes e outros motivos de génese religiosa e étnica impediram inicialmente, Moçambique de incorporar as características de natureza geopolítica próprias de um estado.

1.3.2 Etnografia

Os diversos grupos étnicos³ existentes apresentavam acentuado nomadismo e são constantes os conflitos entre eles estendendo-se, aliás, para lá das fronteiras, reforçando os laços daqueles três blocos com os estados vizinhos. (CECA, 1989)

A nível etnográfico a população autóctone de Moçambique dividia-se em dez grupos étnicos⁴ (CECA, 1989).

Relativamente à demografia, de acordo com a CECA (1989), o censo de 1960 revelava que a população era de um total de aproximadamente 6.518.000 habitantes, dos quais apenas 152.628 não eram autóctones. Regista-se, no entanto pelos valores provisórios do IV Recenseamento Geral, realizado em dezembro de 1970, um aumento de

³ Ver Anexo B

⁴ Ver Apêndice B

cerca de 1.740.000 em relação ao último, isto é, 8.233.034 habitantes. Os distritos com maior densidade populacional eram os de Lourenço Marques (34h/Km²), Moçambique (22h/Km²), e Zambézia (17h/km²); e com menor densidade os de Manica e Sofala (8h/km²), Tete (5h/km²) e Niassa (2h/km²). Com maior população eram os de Moçambique (1.716.500) e Zambézia (1.747.900), perfazendo, só estes dois quase metade da população de Moçambique; com menor população eram os de Tete (488.700), Cabo Delgado (346.100) e Niassa (285.300).

Verificavam-se as maiores densidades junto à costa. A população europeia concentra-se essencialmente no distrito de Lourenço Marques (cerca de 50% do seu total), seguido da Beira, Vila Pery, Quelimane e Nampula; verificavam-se com menor concentração de população europeia os distritos de Niassa, Cabo Delgado e Tete.

1.4. O Teatro de Operações de Moçambique

1.4.1. O Inimigo

A atividade subversiva em Moçambique foi essencialmente protagonizada pela FRELIMO. Interessa, no entanto, perceber no plano da conjuntura internacional da época, a influência que outros atores internacionais, naquele contexto da Guerra Fria, tiveram no apoio aos movimentos emancipalistas. O espaço de atuação política e militar da FRELIMO foi antecedido, partilhado ou disputado com outras organizações subversivas de menor expressão, merecendo, porém, este assunto uma sucinta abordagem. Conjuntamente, importa perceber no âmbito territorial, a influência que os países vizinhos tiveram no apoio aos movimentos subversivos em Moçambique ou na conservação de relações institucionais em benefício de interesses comuns.

Da importância que os quatro blocos mundiais, China, Rússia, EUA e Europa Ocidental aborda-se sucintamente cada um dos casos.

A China, com uma população de cerca de 700 milhões de habitantes procurou fixar em África, parte do excesso da sua população, no sentido de, no futuro, controlar a economia africana e orientá-la de acordo com os seus interesses, infiltrando assim, grande quantidade dos seus naturais na Tanzânia e na Zâmbia, sob o pretexto da prestação de auxílio técnico a estes países. Moçambique acabou por sofrer os efeitos da luta da China por África.

A Rússia não teve intenções de colonizar em África, mas procurou subtraí-la à influência do ocidente, subvertendo-a e comunizando-a. Deste modo, pretendia controlar ideológica, política e economicamente África, com o objetivo de colocar o ocidente em

dificuldades na obtenção de matérias-primas. Esta luta da Rússia dirigiu-se inicialmente aos EUA e países europeus colonizadores alargando-se depois à China. África revestiu-se de especial importância estratégica para a Rússia depois do encerramento do canal do Suez.

Para os EUA, no setor das empresas particulares, a riqueza em matérias-primas em África despertou o interesse dos industriais norte americanos motivando o esforço na expulsão dos europeus, para ali os substituírem. Assim, qualquer organização subversiva surgida em África, em oposição à presença europeia, teve o apoio de empresas particulares ou de sociedades americanas. Por outro lado, o setor estatal americano procurou implementar a sua influência de forma a contrariar os esforços soviéticos e chineses.

Apesar da vaga de descolonização, a Europa Ocidental manteve boas relações com os países antes colonizados. São exemplo disso a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Bélgica, a Itália ou a Holanda, que apesar de terem retirado bons dividendos da sua presença em África, fizeram com que esta simultaneamente também se desenvolvesse, através da criação de infraestruturas que lhe desse a possibilidade de arrancar no futuro (Estado-Maior do Exército [EME], 1969).

Os países⁵ com quem Moçambique partilha fronteiras adotaram posturas em relação a Portugal e ao colonialismo que variaram de caso para caso.

Além disso, são muitas as organizações emancipalistas formadas antes ou durante o conflito em Moçambique⁶.

Nos anos seguintes a 1965, foi referenciada a existência de novos partidos e movimentos, mas sem atividade digna de grande relevo, apoiados pela China comunista, ou com ligações a outros movimentos já existentes, ou ainda formados por dissidentes de outros movimentos ou partidos (EME, 2012). Por esse motivo apenas se elencam dois casos:

- Em novembro de 1970 é referenciada a criação do Movimento de Libertação de Moçambique (MOLIMO), dissidente da FRELIMO e com orientação maoista;
- Em Junho de 1971 é referida a formação da Frente Unida de Moçambique (FUMO), no Quênia, baseado em elementos da MOLIMO cuja atividade aqui fora proibida. Não teve qualquer ação contra as Forças Armadas (FFAA) portuguesas.

⁵ Ver Apêndice C

⁶ Ver Apêndice D

Não foram aqui expostos todos os movimentos ou partidos surgidos antes ou durante o período de subversão em Moçambique, devido à sua extensão, e cuja atividade operacional ou não existiu ou, se existiu, teve pouca expressão. Contudo, os principais movimentos subversivos anti-portugueses foram: a FRELIMO, o COREMO, chefiado por Paulo Gumane, o PAPOMO, chefiado por Adelino Gwambe e a FUMO da chefia de Narciso M'bule. Destas quatro organizações, duas adquiriram maior importância, a FRELIMO e o COREMO e, da luta entre estas saiu vencedora a FRELIMO (Arriaga, 1987).

O primeiro presidente da FRELIMO foi o Dr. Eduardo Mondlane. Inicia o seu percurso em 1957, ao ser nomeado oficial de investigação no departamento de Curadorias das Nações Unidas, até 1961. Neste mesmo ano, abandona o cargo que tinha nas Nações Unidas, e dedica-se exclusivamente à causa da independência de Moçambique. Entre 1962 e 1969, recebeu apoios políticos e logísticos para a sua guerra de libertação, discursando e trocando impressões com dirigentes políticos africanos de países já independentes e com países do campo socialista mais ligados a todo este processo. (Sousa, 2008)

Após a sua morte, em 1969, sucede-lhe Samora Machel com orientações marxistas favoráveis ao maoismo chinês. Apesar disso, devido às ideias professadas por outros dirigentes proeminentes na estrutura da FRELIMO como, Marcelino dos Santos, Machel acabou por abdicar “do seu maoismo para aderir ao russo-sovietismo de Marcelino dos Santos” (Arriaga, 1987, p.308).

A FRELIMO era apoiada pela União Soviética, pela China Continental, por países satélites destes, pela Organização da Unidade Africana (OUA) e dos seus membros, de outros países de terceiro mundo e, também, de países ocidentais entre os quais, escandinavos e mesmo pela Holanda. Estes apoios materializavam-se na formação básica e complementar de quadros, na preparação técnica desses quadros e de terroristas e guerrilheiros, no fornecimento de fundos financeiros, armamento e outro equipamento.

Seguindo a orientação estratégica da OUA e os ensinamentos táticos, baseados nos métodos russo-soviéticos passaram, a partir de 1971, a ter lugar os métodos chineses mais fluídos e subtis.

A FRELIMO foi sediada inicialmente na Tanzânia e depois na Zâmbia, ambos sob o jugo comunista e, onde se instalaram os seus chefes, efetivos operacionais, bases de penetração em Moçambique, campos de treino e centros logísticos. Para além disso, chegaram a instalar-se pequenos grupos, na faixa sudoeste do Malawi, sem o consentimento do seu governo, com quem Portugal mantinha boas relações, para daí

realizarem algumas ações terroristas noturnas após o que, lá se voltavam a refugiar. (Arriaga, 1987)

A sua atuação psicológica visava para além da propaganda dirigida às populações moçambicanas, os países estrangeiros aos quais pretendia:

- “Desacreditar a política ultramarina portuguesa;
- Fazer crer que a luta desencadeada contra o regime, em África e na Metrópole, tinha grande sucesso;
- Atribuir às Forças Armadas Portuguesas a prática de atrocidades e de atos indiscriminados de violência contra as populações e de que a guerra era injusta;
- Fazer crer no descontentamento das populações em todo o território nacional.”(Garcia, 2001, p.145)

Quanto às populações pretendia, através da ação psicológica⁷:

- Passar a ideia de que uma vida melhor se proporcionaria em caso de independência;
- A adesão da população europeia, procurando colocá-la contra as FFAA ;
- Desmoralizar a Forças Armadas, procurando desacreditar o sentido da guerra e incitando a deserção dos militares(Garcia, 2001).

Ao nível militar, a “FRELIMO tinha uma estrutura e organização⁸ bem definidas, com bases e órgãos do departamento de defesa, e o destaque vai para a Base provincial de Moçambique, Base de Nampula e Base do Batalhão Gungunhana. Não obstante a fraca qualidade de armamento da FRELIMO⁹”(Cipriano, 2010, p.33).

A sua ação era sucessivamente tentada nos distritos fronteiriços do Niassa, Tete e Cabo Delgado¹⁰. De acordo com o General Kaúlza de Arriaga (1987), a guerrilha levada a cabo pela FRELIMO contra as FFAA portuguesas nunca produziu grandes efeitos, limitando-se:

- À pré-colocação de minas anticarro e armadilhas antipessoal;
- A poucas flagelações;
- A raras emboscadas.

Quanto à evolução do esforço de subversão da FRELIMO durante a guerra, nos anos de 1964 e 1965 tem início a atividade subversiva a norte do distrito de Cabo Delgado e noroeste do distrito de Niassa, levando à condução de grandes operações por parte da FFAA portuguesas nesses distritos. No primeiro, a subversão encontrou maiores

⁷ Ver Anexo C

⁸ Ver Anexo D

⁹ Ver Anexo E

¹⁰ Ver Anexo F

dificuldades em expandir-se, visto existirem núcleos populacionais organizados e defendidos. No segundo a subversão alastrou-se a outras áreas, sendo apenas contida em 1967.

Contida a situação, em 1966, as FFAA passaram a adotar operações de pequena, quando muito de média envergadura (EME, 1989 citado em Santos, n.d.), criando para isso a Zona de Intervenção Norte (ZIN). A partir de 1967, a FRELIMO que até aqui, parecia desinteressada do distrito de Tete, passou também nesse distrito, a desenvolver ações de subversão.

No período compreendido entre 1967 e 1970, a situação estabiliza em Cabo Delgado e Tete. A FRELIMO voltou o seu esforço para o distrito de Niassa. Ainda em 1970, as FFAA portuguesas voltam a dirigir o seu esforço para o distrito de Cabo Delgado, onde tem lugar a conhecida a operação “Nó Górdio”. A partir daqui e praticamente até ao final das campanhas, a FRELIMO volta o seu esforço para o distrito de Tete, procurando prejudicar a construção de Cabora-Bassa (EME, 1989). Contudo, “de novo a Frelimo teve de desistir, renunciando à tentativa de perturbar, pelo menos diretamente, a construção”(Arriaga, 1987, 307).

1.4.2. A organização militar

Após as primeiras revoltas em Luanda separou-se do cargo de Comandante da Região Militar do de Comandante-Chefe. Por sua vez, o Comandante-chefe passava a assumir, em acumulação, a função de Governador-Geral da província. Esta medida permitia, não só uma maior proximidade das populações bem como, uma maior perceção das suas necessidades. Era o coordenador dos três ramos. Contudo, esta acumulação de funções não teve lugar em Moçambique. O Comandante da Região Militar tinha a responsabilidade da condução das operações terrestres, integrado na cadeia de comando operacional, sob a dependência do Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. Não deixava de depender do ministro do Exército por intermédio do Chefe do estado maior do Exército. A acumulação de funções de Governador-Geral e Comandante-Chefe foi adotada em momentos diferentes nos três teatros. Em Moçambique, foi ainda, em 1967, criada a função de Comandante-Chefe Adjunto.

Assim, ao Comandante-Chefe cabiam os assuntos relacionados com as operações e informações. E, ao Comandante da Região Militar, as questões administrativas e de instrução. (Cann, 2005)

O facto de os conflitos terem surgido mais tarde em Moçambique, negou o efeito surpresa sobre os comandos militares, que puderam beneficiar da possibilidade de preparação prévia do dispositivo de forças. Assim,

“A diretiva Nº9, de 03 de Maio de 1961, do SGDN para o Comando-Chefe de Moçambique determinava a criação de um dispositivo de proteção destinado a garantir a segurança das populações brancas e negras leais, dos centros básicos e a integridade do território; e de um dispositivo de intervenção destinado a reforçar, se e quando necessário, o dispositivo de proteção, eliminar atos de terrorismo ou de invasão e limpar as regiões infestadas ou simplesmente suspeitas” (EME, 1989, p.66)

Por outro lado, a província foi prejudicada relativamente à atribuição de meios. No início do conflito em África, a Região Militar de Moçambique tinha o seu quartel-general, em Lourenço Marques e três comandos territoriais: O Comando Territorial Norte (CTN), sediado em Nampula, o Comando Territorial Centro (CTC); e o Comando Territorial Sul (CTS) (EME, 2012). As primeiras ações armadas conduzidas no território de Moçambique, no segundo semestre de 1964, foram precedidas de outras atividades como, os “reconhecimentos” e as “equipas de caça”, constituídas por militares atuando de traje civil e utilizando meios descaraterizados. Dependiam diretamente do quartel general da província, mas cujas despesas, à exceção do vencimento eram asseguradas pelas vendas da caça da carne e do marfim. Mais tarde, são ainda criadas as “Equipas especiais de Informações”, uma evolução das anteriores, identificando-se como caçadores profissionais, que atuavam principalmente no norte e tinham como missão:

- vigiar as linhas de infiltração da fronteira norte;
- obter informações sobre atividades subversivas na área;
- contactar populações de difícil acesso;
- obter informações sobre terreno, populações e outros elementos;
- montar redes de informadores nos territórios vizinhos.”(EME, 2012, p.93)

Em 1960, chegou à província uma companhia de Caçadores Especiais seguida de mais duas em 1961, embora se fizesse sentir maior necessidade de efetivos em Angola. No final do mesmo ano, outras unidades regulares que constavam do planeamento começaram a chegar, permitindo a estruturação dos três comandos territoriais.

De uma forma geral, todo o território dispunha de uma cobertura militar que era composta por forças de quadrícula, com unidades de escalão batalhão e forças de intervenção sob comando dos Comandos territoriais, respondendo, mais tarde diretamente ao Comando-Chefe.

É a partir de março de 1970, data em tomou posse o General Kaúlza de Arriaga, como Comandante-Chefe das Forças Armadas em Moçambique, após oito meses no

exercício do Comando das Forças Terrestres que, são feitas algumas alterações no conceito de ação ao verificar que o “Comandante-Chefe tinha poderes limitados, o que tornava difícil a coordenação das forças terrestres, navais e aéreas no sentido de uma ação verdadeiramente convergente”, que “a dispersão dos Comandos e de órgãos dos Comandos aumentava a dificuldade daquela coordenação” (Arriaga, 1987, p.299). Foi com base nestas ilações que, o general Kaúlza de Arriaga propôs significativas mudanças no TO de Moçambique, relacionadas com o acréscimo de poderes concedidos ao Comandante Chefe e outras medidas com vista a uma maior proximidade entre o Comando-Chefe e os Comandos subordinados. Todas elas foram aprovadas, contudo não eram ainda suficientes no entender de Kaúlza de Arriaga pelo que, se seguiram outras propostas, ainda que de menor alcance, conferindo a autoridade ao Comandante-Chefe de:

“-Considerar, como seus Comandantes-Adjuntos, os Comandantes da Região Militar, Naval e da Região Aérea.

-Constituir e empregar grupos especiais de combatentes adaptados à natureza da contrassubversão e às características do Teatro de Operações.

-Graduar, até ao posto de capitão, e desgraduar militares do quadro de complemento disso merecedores.

-Propor ao Governador-Geral da Província a colocação sob Governo Militar das áreas, onde tal fosse conveniente, para garantir a defesa e segurança do território.” (Arriaga, 1987)

Assim, durante toda a vigência do seu comando, o General Kaúlza de Arriaga empregou um conceito de ação que se centrava, sinteticamente: na ação psicológica, cujo objetivo era conquistar a confiança das populações; na ação de quadrícula, por forma a assegurar o controlo do território, estabelecendo a prioridade de segurança de acordo com a importância dos alvos; e, nas operações de intervenção, através das quais eram conduzidas ações de pesquisa, captura e destruição do inimigo, dando prioridade à eliminação de “bases” e “áreas libertadas inimigas. (EME, 1989)

Segundo Arriaga (1987, p.319), fez-se:

“-O esforço estratégico defensivo, onde a atuação inimiga tivesse consequências mais extensas ou mais incisivas.

-O esforço estratégico contraofensivo, onde este tivesse maior projeção ou o inimigo fosse mais vulnerável.

-A manobra estratégica, através da reserva do Comando-Chefe, constituída por forças dotadas de grande mobilidade, aptas a agir, como reforço ou apoio e independentemente, em qualquer área da Província, durante o tempo necessário e sempre com resistência e agressividade.”

A prossecução desta lógica de atuação operacional pressupunha a existência, naturalmente, do Comando-chefe, com competências também de âmbito de administrativo e logístico, dos comandos das forças terrestres, navais e aéreas da província, depois, a

partir de novembro de 1970, em simultâneo com os comandos-adjuntos, com a possibilidade de exercer funções operacionais quando superiormente delegadas e dos seguintes comandos subordinados:

- Comandos Territoriais, nos locais onde não se verificava ação inimiga;
- Comandos de Zona e de Setor, onde existia ou pudesse vir a existir ação inimiga;
- Comando Operacional das forças de Intervenção (COFI), ao qual cabia o emprego das forças da reserva do comando-Chefe, atuando em operações independentes;
- Comandos Navais;
- Comandos Aéreos.

Para atuações mais específicas foram ainda criados comandos subordinados especiais:

- Comando Operacional da Defesa de Cabora-Bassa (CODCB), destinado à defesa das infraestruturas da barragem de Cabora-Bassa;
- Comando das Cargas Críticas (CCC), responsável pela segurança do transporte, de material crítico, por via férrea, desde o porto da Beira ao local da sua utilização.

Noutros locais onde se manifestava elevada importância, como foi o caso do distrito de Tete, foram criados comandos subordinados, exercido pelo governo civil do distrito em questão, onde se estabeleceu um Comando de Zona de Operações.

Para isso, o TO de Moçambique dispunha dos seguintes meios:

- O mecanismo de ação e operações psicológicas.
- Os meios de mentalização geral, de cooperação com as Autoridades Cíveis ou relativos a tarefas próprias, incluindo engenharia militar de comunicações e construções, todos tendo em vista a promoção das populações.
- Os meios de quadrícula dos Comandos de Zona ou Setor de Operações, em regra constituídos por forças militares normais, milícias e populações em auto-defesa, tendo em vista o controlo geral do território e a segurança específica prioritária de alvos de grande importância.
- Os meios de quadrícula dos Comandos Navais, tendo em vista o controlo geral das águas lacustres e marítimas territoriais e a segurança específica prioritária de alvos de grande importância.

“- Os meios de intervenção dos mesmos Comandos, de preferência constituídos por forças especiais, incluindo GE, tendo em vista a pesquisa e captura ou destruição sistemáticas do inimigo.

- A reserva, em meios terrestres, do Comando-Chefe, constituída sobretudo por forças especiais, incluindo GEP, transportadas em aviões Noratlas, e por tropas mecanizadas de engenharia, todas destinadas ao reforço dos Comandos subordinados ou a atuarem independentemente, sob o COFI, em operações de qualquer natureza, designadamente de eliminação prioritária de eventuais “bases” e “áreas libertadas” inimigas.

- A Reserva, em meios aéreos, do Comando-Chefe, forças destinadas ao apoio dos Comandos subordinados de superfície ou a atuarem independentemente.” (Arriaga, 1987)

Interessa, ainda aqui referir, no que concerne à estrutura da componente terrestre, que esta se organizava em vários níveis hierarquizados, competindo-lhe funções de próprias:

A Região Militar (RM) que, em tempo de paz tinha atribuições no âmbito do recrutamento, mobilização, instrução, informações, logística e justiça. Em matéria de contrassubversão, cabiam-lhe as funções administrativo-logísticas, a ação de informação e contrainformação em benefício do escalão Comando-Chefe, e ainda, de acordo com orientação do Comando-Chefe, a atribuição de operações específicas ou autónomas.

A Zona de Operações (ZO), entra no âmbito do escalão da manobra militar e, como tal, cabiam-lhe, o planeamento e condução das operações de acordo com as diretivas emanadas pelo Comando-Chefe, bem como diligenciar e coordenar o esforço de pesquisa dos escalões subordinados na aquisição de informações. Chegou a ser criada uma ZO no norte do território, a (ZIN), da qual não se obtiveram os resultados desejados. Mais tarde, foi criada a Zona Operacional de Tete (ZOT) e as zonas de equivalente escalão das forças aérea e terrestres.

O Setor Operacional (SO) tratava-se do escalão operacional de execução. Dispunha de um comando de Agrupamento, exercido por um Brigadeiro ou um Coronel tirocinado e, com um Estado-Maior (EM), comandado por um tenente-Coronel. Em matéria de logística, o SO apenas orientava os escalões subordinados, os subsectores - que estavam atribuídos a unidades de escalão batalhão - de acordo com as suas necessidades.

1.5. A africanização

A africanização das forças armadas portuguesas não é um fenómeno único, nem uma novidade da Guerra de África (1961-1974), não apenas o caso africano, mas a mobilização, em geral, de efetivos através de recrutamento local em proveito do esforço de guerra levado a efeito pelo país colonizador.

Não é único porque outros países europeus o fizeram durante os conflitos coloniais. Note-se o caso dos *Selous Scouts* na antiga Rodésia, formados pelos britânicos, uma experiência trazida do Quênia onde tinham também atuado os chamados *pseudo-gangs* (Bailey, 2010). Ou mesmo, o caso americano com os seus *Kit Carson Scouts* no Vietname, um processo levado a cabo pelos *marines*, constituídos por desertores norte-vietnamitas, usados inicialmente para capturar armamento inimigo e localizar armadilhas antipessoais. Mais tarde também com o propósito de colmatar a escassez de efetivos (Cowan, 1994).

Para além disso, não seria a primeira vez que os portugueses colocariam ao serviço das FFAA, combatentes oriundos do recrutamento local. Durante quase todo o período da presença dos portugueses em África houve conflitos, desde 1575 até 1930. Embora se tratassem de campanhas de pacificação diferentes das modernas conceções da Guerra de África (1961-1974), destaque-se, a título de exemplo, o caso das campanhas do vale do Zambeze, em 1888, em que 90 por cento dos combatentes se tratavam de africanos. A utilização de forças auxiliares e irregulares africanas sempre tivera uma importância fulcral para os portugueses.

“A intenção de incrementar a inclusão de tropas locais nas forças armadas do Ultramar era antiga. Já nas «Bases para a Organização das Forças do Exército no Ultramar», que foram publicadas em abril de 1953 e complementadas em fevereiro de 1954 por legislação diversa, se podia ler que, nos seus princípios orientadores, se apontava para um maior aproveitamento dos elementos indígenas nas províncias africanas. Mas esta questão só ganhou dimensão a partir da segunda metade da década de 1960 “(Pires, 2013, p.181).

Portugal excede outros casos de mobilização local para recrutamento de forças auxiliares e irregulares nativas. No Vietname, a *vietnamização* do recrutamento americano chegou a atingir, em 1968, os 29 por cento, 200 000 do total de 700 000; o recrutamento de forças argelinas por parte da França, na Argélia, estabilizou em 1961, com 200 000 do total de 600 000 a lutarem pela França, isto é, cerca de 33 por cento.

Por sua vez, Portugal foi, ao longo do desenvolvimento da guerra vocacionando o seu esforço de recrutamento para as populações africanas, em 1966, 30 por cento dos efetivos eram africanos, percentagem que aumentou até 1973, atingindo 42 por cento.

Contudo, comparando a população que Portugal totalizava no continente e ilhas, cerca de 9 milhões de habitantes com a população das colónias africanas nas três frentes, cerca de 12 milhões de habitantes, verifica-se que a proporção de efetivos africanos nas forças fica aquém do rácio de cerca de 60 por cento que os números sugerem (Cann, 2005).

Apesar de nos primeiros anos da guerra se ter verificado uma aparente grande adesão patriótica ao esforço de guerra, a metrópole teve, com o passar do tempo, cada vez mais dificuldade em angariar pessoal. Deste modo, Portugal recorreu no final dos anos 60 ao recrutamento em África (Cann, 2005 citado em EME 1968).

Assim, como foi anteriormente referido, o peso do recrutamento oriundo das populações africanas aumentou até 1971. Em particular, de 1971 a 1974, em Angola estabilizou nos 42 por cento; na Guiné, com uma população menos expressiva, nunca passou dos 21 por cento; e, em Moçambique atingiu aproximadamente os 54 por cento (EME, 2012 citado em Bacelar, 2000). Importa referir que nestas percentagens estão contempladas outras formas de militarização da população africana que não integravam a organização primária das forças armadas como, as unidades de autodefesa, polícia e outras forças paramilitares.

Os problemas do recrutamento na metrópole são acentuados pela percentagem de faltosos que se verifica genericamente em crescendo, em 1961, com 11,6 por cento até atingir em 1972, 20,3 por cento de faltosos, de acordo com o Estudo sobre Problemas de Recrutamento (Cann, 2005 citado em EME, 1968). Estes números tiveram efeitos negativos na sobrecarga dos soldados que serviam em África bem como, no recrutamento local. Segundo Cann (2005, p. 108), os censos não expressam outro problema que é o da emigração clandestina, estimada em 3 milhões de pessoas, alimentada principalmente por campanhas psicológicas a partir do exterior, com o intuito de desacreditar a guerra em que Portugal se encontrava investido, junto dos jovens em idade de cumprirem serviço militar, “elevando o moral do inimigo e apoiando os faltosos”. Estas campanhas tiveram início em 17 de abril de 1968, numa manifestação de estudantes de orientação esquerdista forte, aquando da inauguração de um edifício na cidade universitária de Coimbra, coagindo outros estudantes a agir em oposição às leis do Estado (Caetano, 1974). Estas manifestações são atribuídas aos apelos clandestinos levados a cabo pelo Partido Comunista Português que tiveram efeitos desmoralizadores no recrutamentos em geral,

mas principalmente no recrutamento de oficiais. Outro problema foi ainda, o aumento do tempo de serviço militar obrigatório, de dois para quatro anos, em 1968, que se traduziu num decréscimo no número de incorporações por parte da metrópole a partir desse ano. Apesar de o recrutamento na metrópole ter satisfeito sempre as necessidades da guerra, notou-se cada vez mais a falta de entusiasmo pela mesma, motivado pela expansão do mercado de emprego interno e a explosão económica europeia, que atrai cada vez mais emigrantes portugueses, principalmente das áreas rurais (Cann, 2005).

Contrariar o desalento do envolvimento numa guerra que exige cada vez mais o esforço da população e, da qual não se conhecia termo, provocando inconvenientes profissionais e pessoais incluindo o risco da própria vida é apontado como um dos objetivos da africanização. A adoção do processo de mobilização de locais levada a cabo pelos portugueses suscitou algumas reações estigmatizadoras da ação portuguesa em detrimento dos povos africanos.

Para Cahen (2005, p. 54), “...temos, em Moçambique, exemplos de tentativas militares de manipulações étnicas...”.

De acordo com (Cann, 2005, p.125) “Portugal, na sua africanização das guerras, foi acusado de deixar os africanos morrer em vez dos seus soldados europeus”. No entanto, refuta esta afirmação, com o argumento de que os africanos, também eles cidadãos portugueses, não lutariam muito mais tempo por uma guerra que apenas servisse os interesses de uma causa colonial europeia, mas porque reconheciam nela, a possibilidade de lutar por uma causa própria.

O número de recrutados na metrópole rondou os 71 000 homens e, os 36 000 homens recrutados localmente em África. Durante toda a guerra, o Exército sofreu no total 8 290 baixas, das quais 5 797 fruto do recrutamento da metrópole e 2 493 recrutados em África (EME, 1988). A taxa de mortalidade, em média, nos três teatros, foi de 6,3 em cada mil homens nas tropas europeias e 5,3 em cada mil homens por parte das tropas recrutadas em África. Assim Cann (2005, p.125) conclui que, “Estes dados estatísticos, refutam as alegações de que os africanos lutavam e morriam em desproporção por uma causa colonial europeia e, ao contrário, mostra que as tropas portuguesas negras lutavam e morriam a um nível quase igual ao das tropas brancas”

Segundo (Afonso & Gomes, 1998), a africanização por parte das Forças Armadas portuguesas teve objetivos políticos e militares, nomeadamente a africanização das baixas, não sendo este contudo, o principal. Os “processos, intenções e resultados” variaram de acordo com os chefes militares e governantes de cada teatro, mas sempre e essencialmente

com a pretensão de encontrar um comprometimento de ordem política, isto é, procurar um envolvimento por parte dos africanos na estrutura determinada pelo regime colonial. O envolvimento físico das populações negras teve também como objetivo enfraquecer os movimentos de libertação, recorrendo-se, para isso, à ação psicológica sobre as populações e posterior criação de melhores condições àqueles que se juntassem ao esforço português, sendo exemplarmente reconhecidos, pelas elites militares, de entre os demais.

Ainda que, como foi exposto anteriormente, não se possa considerar a existência de uma desproporção considerável no saldo geral do esforço, medido em questão de mortes, em toda a Guerra de África (1961-1974), entre militares recrutados na metrópole e militares fruto do recrutamento local em África, importa verificar se, em matéria do emprego tático, a natureza das operações em que uns e outros eram empregues se revestiam de maior ou menor perigosidade.

De acordo com (Afonso & Gomes, 1998), estes militares serviam o propósito de aumentar os efetivos, sendo utilizados como fontes de informação e atuando como agentes de contrainformação. Revelavam qualidades de perfeita adaptação ao meio e de conhecimento do terreno. Estas qualidades foram aproveitadas, chegando a formar-se inclusivamente, unidades especiais expostas a “maiores perigos e sacrifícios” (Afonso & Gomes, 1998 p.339).

Também Lemos Pires (2013), considera que a africanização da guerra pode ser encarada em várias dimensões. Para além daquela que considera mais evidente, o contributo dos africanos no esforço das forças portuguesas recrutadas na metrópole, refere outras dimensões importantes, como a «autodefesa das populações» e a «preparação de elites para uma crescente autonomia», neste caso em particular, da Guiné” (Pires, 2013, p.180).

Retomando a questão da natureza do envolvimento das populações, que apresentava algumas diferenças, adaptadas ao diferente entendimento por parte dos chefes de cada uma das regiões militares, pode-se destacar na Guiné, o surgimento de forças nativas com vista à criação de futuras Forças Armadas para um novo estado com unidades de comando; em Angola, a existência de várias organizações provenientes de refugiados zambianos e catangueses, neste caso os militares territoriais apenas detinham o comando operacional tático; em Moçambique, as forças africanas eram empregues em unidades de tipo convencional em operações de contraguerrilha clássicas (Afonso & Gomes, 1998).

A implementação do fenómeno da africanização mereceu diferentes abordagens pelos Comandantes-Chefes das três regiões militares, tanto no campo de ação política,

como militar. Desde a participação através da inserção dos locais nas estruturas administrativas com vista a uma autonomia das províncias até, ao nível militar, mesmo que em raros casos, como o dos Comandos Africanos, cujos os quadros até à função de comandante de companhia eram assumidos por africanos assessorados por militares portugueses (Afonso & Gomes, 1998)

Relativamente, ao TO de Moçambique havia por parte da elite militar a consciência de uma adesão satisfatória dos moçambicanos ao esforço das FFAA naquele teatro, em particular da etnia macua-lomué. A riqueza das populações em etnias, culturas e tradições são registadas como um dos aspetos mais positivos daquelas populações e onde a subversão tentou incidir, mas sem significativo sucesso. “Em verdade, nunca a subversão afetou mais de 7 % do total da população, nem controlou mais de 3% do mesmo total” (Arriaga, 1987, p.311). A própria etnia branca moçambicana, que inicialmente se mostrava desinteressada do conflito que se vivia no norte do território foi, a partir de certa altura, aderindo ao esforço da contrassubversão portuguesa cumprido serviço militar como qualquer outro jovem mobilizado da metrópole, que “como se dirá, tornou-se orgulho para aqueles jovens servir nas tropas especiais” (Arriaga, 1987, p.312).

Quanto às motivações que poderão ter levado a esta adesão são apontas duas, com maior relevância. Primeiro, um emprego com razoável remuneração, em particular a partir de 1962, em que os militares africanos passaram a ter o mesmo salário que as tropas europeias, para além da garantia de assistência médica e outros benefícios. Em segundo lugar, a convicção de que com o governo português teriam mais benefícios do que, sob a alçada de um outro nacionalista ainda que vitorioso (Cann, 2005).

Foram várias as forças criadas a partir do recrutamento de nativos nos três TO. Desde os Comandos Africanos, as Tropas Especiais (TE), os Grupos Especiais (GE), as Milícias, os Fiéis, os Flechas¹¹ ou os Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) que apenas existiram em Moçambique e, dos quais trataremos mais à frente. Todas elas adequadas a funções específicas. E, ainda que com a mesma designação podiam ter funções diferentes de acordo com o TO em que eram empregues.

¹¹ Recrutados e organizados pela Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE)

CAPÍTULO 2 –METODOLOGIA CIENTÍFICA

Os métodos e instrumentos utilizados numa investigação são determinantes para a consecução dos objetivos pretendidos da mesma. No nosso caso, adotamos o método histórico, recorrendo à análise documental existente. “Promovido por Boas [...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições para verificar a sua influência na sociedade de hoje...preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando- se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenómenos.”(Vilelas, 2009, p.107)

No entanto, a existência deficitária de documentação relativa à temática em estudo neste Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), exigiu a complementação por via do método de entrevista e do método da observação direta, decorrente de conversas informais com intervenientes que estiveram ligados ao processo de formação e/ou participaram nas operações dos Grupos Especiais Paraquedistas (GEP).

2.1. Modelo de análise

De acordo com Quivy & Campenhoudt (1998, p. 31) “Uma investigação é, por definição, algo que se procura”. Deste modo, torna-se assim necessário “enunciar o projeto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 32). No caso particular do presente estudo foi levantada a seguinte pergunta de partida da investigação: Qual o papel dos Grupos Especiais Paraquedistas em Moçambique de 1971 a 1974?

2.2. Estratégia de investigação

“Considera-se que as estratégias de investigação podem assumir-se como abordagens do tipo quantitativo, qualitativo ou misto” (Santos et al., 2014, p. 17). Neste trabalho, a investigação assentou numa estratégia qualitativa, na medida em que foram efetuadas entrevistas, no sentido de complementar a informação recolhida da análise documental. “O investigador que utiliza o método de investigação qualitativa [...] observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los.” (Fortin, 2003, p.22). Para além disso, “O objetivo desta abordagem de investigação utilizada para o desenvolvimento do conhecimento é descrever ou interpretar,

mais do que avaliar. [...] é uma extensão da capacidade do investigador em dar sentido ao fenómeno.” (Freixo, 2009, p.146)

2.3. Instrumentos de investigação

São vários os instrumentos de investigação. De acordo com Sarmento (2013), pode recorrer-se à análise documental, observação direta, entrevistas, inquéritos e procedimentos especiais e particulares. Neste trabalho são utilizados a análise documental, a observação direta e as entrevistas.

2.3.1. Análise documental

Segundo Sarmento (2013, p.27), a análise documental é “produzida pelo investigador relativamente a fontes primárias, fontes secundárias e fontes bibliográficas.” (Sarmento, 2013, p. 27). Assim, abordando o tipo de dados contido em cada uma das fontes, entende-se por dados primárias, aqueles que “são pesquisados pelo investigador, com vista a satisfazer uma necessidade de informação presente e específica”(Sarmento, 2013, p.16). Os dados secundários “já existem e foram recolhidos, registados e analisados por outras pessoas, para o mesmo fim ou para outros fins diferentes do propósito específico da presente necessidade de informação”(Sarmento, 2013, p.16). Por fim, “a informação bibliográfica é crucial para a elaboração da tese, pois a revisão de literatura sobre o tema em estudo é baseada em vários documentos, de diversos autores, que estão em diferentes suportes”(Sarmento, 2013, p.20).

Deste modo recorreu-se à análise documental para a redação dos capítulos “Enquadramento Geral” e “Os Grupos Especiais Paraquedistas”. Das fontes de informação utilizadas destacam-se as obras da autoria da Comissão para o Estudo das Campanhas de África (CECA), que resultam do levantamento exaustivo relativamente aos dispositivos das Nossas Forças em Moçambique ou aos aspetos da atividade operacional em Moçambique. Foi também utilizada informação em obras escritas estrangeiras, referentes, nomeadamente, a outros fenómenos análogos ao da africanização, conduzidos por outros países. Recorreu-se, para além disso, a informação contida em páginas Web, como a da Revista Militar. Do contacto com os entrevistados foi possível obter informação contida em excertos da imprensa da época, memorandos de reuniões militares e, inclusivamente documentação relativa à doutrina seguida pela FRELIMO e panfletos de propaganda, gentilmente cedidos pelos mesmos entrevistados.

2.3.2. Entrevistas

A entrevista é um método de recolha de informação qualitativa. A informação qualitativa tem um carácter ambíguo. Para além disso, a entrevista pode ser direccionada a um grupo ou um indivíduo. As entrevistas direccionadas a um grupo de indivíduos produzem respostas condicionadas por parte de cada indivíduo que integra esse grupo (Sarmiento, 2013). As entrevistas foram utilizadas neste trabalho no sentido de complementar a informação recolhida da análise documental. Para Santos et al., (2014, p. 75)(Santos et al., 2014) , a entrevista é um “recurso importante para o investigador pois é, em certas áreas ou domínios, um fortíssimo instrumento de recolha de informação”.

Foi implementado um guião de entrevista a cada um dos indivíduos da amostra, com vista a recolher elementos que permitissem responder à pergunta de partida e complementar a análise documental.

O guião da entrevista pode assumir, quanto à estrutura três formas: estruturada ou formal, na qual o entrevistado não sai fora do âmbito da temática do plasmada no guião; semiestruturada ou semiformal, na qual o entrevistado pode não seguir a ordem das perguntas do guião e fala sobre outros assuntos relacionados com a temática em questão; ou não estruturada ou informal, na qual o entrevistado fala abertamente sobre o tema sem haver guião.

O guião implementado neste trabalho foi um guião semiestruturado. Para Sarmiento (2013, p. 34) este “tipo de entrevista, devido à sua natureza, é muito utilizado, uma vez que o entrevistado exprime mais facilmente as suas opiniões.”

Obtidas as respostas nas entrevistas, procedeu-se à análise de conteúdo. Segundo (Sarmiento, 2013, p. 47), a análise de conteúdo pode definir-se “como sendo uma metodologia utilizada nos estudos de conteúdo da comunicação, que analisa numericamente a frequência da ocorrência de determinados termos, conceitos ou palavras, agregando-as em categorias.”

Para se efetuar a análise de conteúdo, pode a recorrer-se a varias técnicas: análise concetual, análise relacional, análise quantitativa, análise temática ou categorial, análise formal, análise exploratória e análise de verificação (Sarmiento, 2013 citado em Oliveira, 2008). Neste trabalho optámos por uma análise qualitativa uma vez que se pretendeu verificar a presença ou ausência de uma característica.

Seguiu-se o método de análise exploratório, a partir do qual se realçou nos textos diferenças e semelhanças e eventuais alterações patentes nas respostas dos entrevistados. Deste modo, permitiu-nos determinar categorias para posterior classificação e quantificação (Sarmiento, 2013, citado em Moscovici, 2003).

Para isso, foi efetuada uma categorização dos dados da entrevista de acordo classes hierárquicas de análise: as categorias, às quais o investigador atribui uma designação correspondente a uma síntese organizada da análise, com particularidades comuns; as subcategorias, que contribuem para caracterizar as categorias às quais o investigador atribuiu uma designação, através de conjuntos de unidades de registo agregadas; as unidades de registo, pode ser definida por uma palavra, expressão, ou frase; e as unidades de contagem, que contam o numero de vezes em que se repete a unidade de registo.(Sarmiento, 2013)

Por fim, elaborou-se para cada questão a conclusão baseada nas percentagens da frequência de determinada resposta.

2.3.2.1 Caracterização da Amostra

A referida entrevista foi realizada a cinco oficiais que serviram nos GEP onde assumiram entre outras funções de comando e no âmbito da formação dos GEP, todos ele capitães. Importa que referir que entre a amostra estão oficiais que presenciaram o processo de criação e desativação dos GEP.

CAPÍTULO 3 - OS GRUPOS ESPECIAIS PARAQUEDISTAS

Os GEP em Moçambique, são um caso singular deste teatro da Guerra de África (1961-1974). Para além de singular é, à exceção dos Grupos Especiais de Pisteiros de Combate (GEPC)¹², em termos de forças nativas, a criação mais tardia em Moçambique. A perceção da necessidade de incrementar os efetivos das forças especiais surge também ela, numa fase avançada da guerra, se comparada com Angola e Guiné, onde forças oriundas do recrutamento local já existiam. Os GEP distinguiram-se no seu uniforme, usando boina vermelho grenat¹³.

É comum encontrar-se, na bibliografia bastante incipiente, uma abordagem aos GEP em conjunto com os GE, pelo que aqui se pretende, caracterizar os primeiros, identificando diferenças, do ponto de vista do emprego operacional, a partir do seu modo de atuação no TO, da sua dependência administrativa, da sua organização e do seu equipamento ou incentivos.

3.1. O Surgimento dos Grupos Especiais Paraquedistas

Apesar de, nalguma literatura, se atribuir a criação dos GEP a outros intervenientes¹⁴, não obstante, a grande importância noutras áreas de atuação nos destinos coloniais em Moçambique, tratar-se-á este tema pelo que de oficial é possível verificar.

A grande e onerosa operação *Nó Górdio*, cuja eficácia dos resultados na luta contra subversiva, dividiu e divide, ainda hoje, muitos dos intervenientes de ambos os lados do conflito. Na sequência, desta operação a FRELIMO aumenta os seus campos de treino na Tanzânia e é-lhe redobrado o apoio militar e financeiro por parte de Moscovo e Pequim. Passaram a verificar-se infiltrações dos guerrilheiros da FRELIMO através da Zâmbia, que concentravam os seus ataques no distrito de Tete, com objetivo de afetar as obras de Cabora-Bassa (Antunes, 1996).

É perante este cenário que Kaúlza de Arriaga, na tentativa de resolver parcialmente o problema em efetivos militares, mais particularmente de tropas paraquedistas em Moçambique, cria os GEP. Simultaneamente, pretendia aumentar a eficiência e capacidade

¹² Não se inclui o caso dos “Flechas” que apesar de terem surgido apenas em 1973, eram uma força da dependência DGS

¹³ Ver Anexo

¹⁴ Eng. Jorge Jardim aparece muitas vezes referenciado como impulsionador da criação dos GEP, mesmo que de uma forma unicamente sugestiva, pela relação privilegiada que mantinha com o Comandante-chefe da RMM. “Fruto da parceria Kaúlza-JJ, dentro da estratégia de africanização, foi o surgimento dos Grupos Especiais(GE) e os Grupos Especiais Paraquedistas (GEP)” (Antunes, 1996, p.356). “JJ surgiu como mentor do general Kaúlza na formação dos GEP” (Antunes, 1996, p.357 em entrevista Joaquim Arnaud Pombeiro)

militar das forças nativas fruto do recrutamento local, melhorando a sua instrução e enquadramento (Carmo, 2006). Para além disso é introduzido “um fator extremamente importante em termos de seleção e motivação: o salto em paraquedas” (CCTP, 1988, p.275). Por outro lado, Kaúlza de Arriaga, ao envolver as populações no esforço militar das FFAA portuguesas, procurava comprometê-las contra a FRELIMO.

Assim, no dia 1 de março de 1971, os GE de milícias passaram, a ficar sob total responsabilidade militar.

Dado o desenvolvimento destas forças, agora militarizadas, verificou-se a conveniência de proporcionar melhores condições, em termos de estrutura, controlo instrução, e equipamento dos GE. Foi decidido, por despacho de 16 de junho de 1971, a criação de:

- Um comando específico para estas forças- Comando Geral dos Grupos Especiais (CGGE);
- Um Centro de Instrução próprio (CIGE);
- Os Grupos Especiais Paraquedistas (GEP).(CECA, 2012b)

Os primeiros mancebos voluntários para a frequência do 1ª curso de GEP, concentraram-se no Batalhão de Caçadores Paraquedistas nº 31(BCP31), em maio de 1971, com trânsito pelo Batalhão de Caçadores nº16 (BCaç16) (CCTP, 1988).

O Conjunto dos GEP, organizado no Batalhão de GEP, teve como primeiro comandante o Coronel PQ Sigfredo Ventura da Costa Campos, sendo substituído, em 01 de julho de 1973, pelo Major PQ Manuel António Casmarrinho Lopes Moraes (Carmo, 2006).

3.2. O recrutamento

Numa fase inicial, Orlando Cristina, um homem da confiança de Jorge Jardim que dominava os dialetos de algumas etnias de Moçambique, colaborou no recrutamento de nativos para integrar os GEP.(Moniz, 2013)

O recrutamento de militares nativos para os GEP, à semelhança do que se passava com outras forças nativas, foi de forma voluntária. Contudo, existiram casos em que isso não se verificou, mais propriamente no início da formação dos primeiros GEP. “Muitos guerrilheiros apanhados foram reabilitados e ingressaram nos Grupos Especiais Paraquedistas (GEP). Eu tive alguns desses homens nos GEP” (Antunes, 1995, p.570).

Esta tendência foi diminuindo em detrimento de um recrutamento totalmente voluntário.

Ao contrário do que acontecia nos GE, cujos elementos eram recrutados em zonas étnicas específicas e, para as quais voltavam, finda a instrução, assegurando a sua defesa, como forças de quadrícula. Os GEP eram uma tropa especial cujo, recrutamento era feito a nível de toda a província (Antunes, 1996).

A instrução e o enquadramento dos militares dos GEP, por parte de oficiais e sargentos, essa coube inicialmente quase exclusivamente aos militares paraquedistas do BCP31.

3.3. A organização

Relativamente à constituição orgânica dos GEP é difícil encontrar, fontes documentais que permitam conhecê-la em rigor. A maior parte aponta para grupos constituídos entre setenta a oitenta homens.

A CECA (2012, p.230), apresenta uma tabela com a “estrutura tipo dos GE e GEP, em 1971”, na qual refere que, os GEP estavam organizados em grupos de combate com 80 homens (1 oficial, 5 sargentos, 32 cabos e 42 soldados), sendo cada um destes grupos comandado por um oficial subalterno. O grupo dividia-se em quatro subgrupos, cada um deles comandado por um sargento.

Por outro lado, pode encontrar-se uma organização ligeiramente diferente como, “Cada GEP (o seu número GEP formados chegou a 12, 840 homens no total) era constituído por um Comandante, um adjunto (orientado para a ação psicológica), 4 Cmdts de subgrupo, 16 cabos, e 48 soldados. Os comandantes de grupo eram oficiais subalternos, o adjunto e os Cmdts de subgrupo eram sargentos”(CCTP, 1988, p.276),isto é, um total de 70 homens. Daqui se pode também, concluir que cada um dos subgrupos era dividido em quatro equipas, cada uma delas com três soldados comandados por um cabo.

Esta última modalidade parece, contudo, mais plausível, dada hierarquização mais equilibrada, que não se encontra na primeira, com 32 cabos e 42 soldados. Para além disso, aproxima-se mais da típica formação dos grupos de combate dos Comando, uma organização na qual se cultivava uma maior descentralização nas funções dentro de cada grupo.

Para uma melhor perceção pode-se observar o seguinte organigrama:

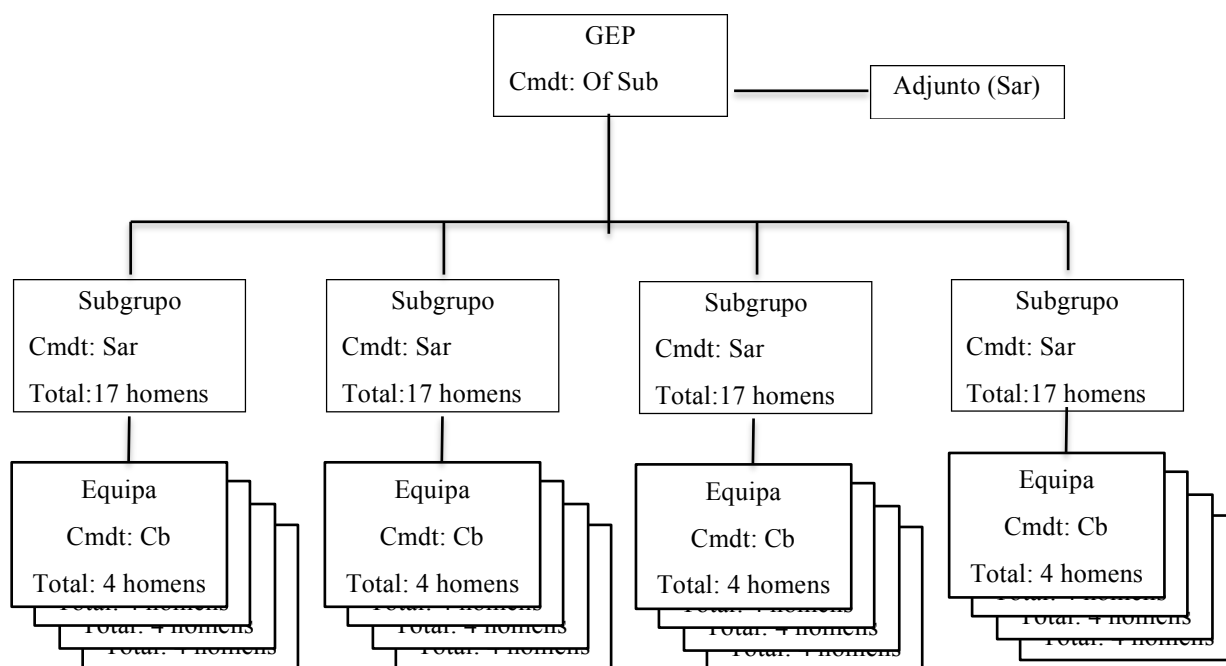


Figura n.º 1 – Orgânica de um GEP

Fonte: Adaptado de CCTP (1988)

3.4. O emprego e caracterização da ação dos Grupos Especiais Paraquedistas

Após a criação do CGGE, ficou determinado pelo Comandante-Chefe das FFAA em Moçambique que os GEP ficariam na sua dependência. Por outro lado, os GE continuariam sob o comando operacional dos SO e ZO, aos quais cabia a determinação do seu emprego, exceto quando houvessem ordens específicas. Relativamente à instalação, os GEP tinham o seu quartel no CIGE, quartel da antiga Companhia de Caçadores Especiais do Dondo. Os GE dependiam administrativo-logisticamente de uma das companhias mais próximas, fixada pelo Quartel General da RMM (RMM, 1971)¹⁵. Ambos constituíam a reserva do comando chefe, estando especialmente vocacionados para ações de recuperação, defesa e controlo das populações(CCTP, 1988). A maiores diferenças entre os GE e os GEP estavam, como foi referido anteriormente, na forma como era conduzido recrutamento para uma força e outra. Mas principalmente, na atuação de cada uma. “Os Grupos Especiais eram tropas africanas voluntárias de quadrícula que atuavam nas suas zonas de naturalidade.” Por outro lado, os GEP, esses, tinham um recrutamento mais alargado a nível de todo o Moçambique e eram tropas especiais de para-quedistas e podiam

¹⁵ Gentilmente cedido pelo Tenente-Coronel Inf GEP Serra Pinto.

ter uma atuação semelhante à dos para-quedistas e dos comandos. Faziam intervenções de dois ou três meses numa determinada zona”(Antunes, 1995, p. 575). Também ao nível do equipamento, pode verificar-se que “Os GE têm equipamento semelhante ao das Subunidades de quadrícula” e, “Os GEP têm equipamento semelhante ao das subunidades de Intervenção”(CECA, 2012b, p.229).

De acordo com o levantamento sobre a evolução dos dispositivos operacionais adotados, feito pela CECA (1989), com base nas cartas de situação elaboradas, é possível verificar ao longo do decorrer do conflito em Moçambique uma aceleração na formação e consequente emprego de GEP até ao final da guerra. As primeiras ações registadas datam de dezembro de 1971. No quadro n.º 1, é possível verificar os locais onde as ações dos GEP tiveram lugar até 1974.

Quadro n.º 1 – Localização das Unidades dos GEP

Unidade mobilizada	Período	Local
GEP 001	12/1971 a 05/1972	N'Cungas
	05/1972 a 07/1972	Chioco
	07/1972 a 09/1972	Goba
	09/1972 a 11/1972	Guro
	11/1972 a 07/1973	Canda
	07/1973 a 10/1973	Mungari
	10/1973 a 04/1974	Dondo
GEP 002	12/1971 a 03/1972	Chamgara
	03/1972 a 09/1972	Mungari
	09/1972 a 12/1972	Mabziguro
	12/1972 a 06/1973	Guro
	06/1973 a 08/1973	Pandira
	08/1973 a 10/1973	Tete
	10/1973 a 04/1974	Dondo
GEP 003	12/1971 a 09/1972	Mungari
	09/1972 a 11/1972	Cadalonga

	11/1972 a 06/1973	Dondo
	06/1973 a 09/1973	Catenene
	09/1973 a 12/1973	Dondo
	12/1973 a 04/1974	Nova Viseu
GEP 004	03/1972 a 11/1972	Temangau
	11/1972 a 07/1973	Chazemba
	07/1973 a 09/1973	Catunguirene
	09/1973 a 01/1974	Dondo
	01/1974 a 03/1974	Catunguirene
	03/1974 a 04/1974	Pofu
GEP 005	07/1972 a 10/1972	Changara
	10/1972 a 06/1973	Catunguirene
	06/1973 a 09/1973	Massangano
	09/1972 a 02/1974	Catunguirene
	02/1974 a 04/1974	Chazica
GEP 006	07/1972 a 11/1972	Mungari
	11/1972 a 07/1973	Inhassalala
	07/1973 a 09/1973	Dondo
	09/1973 a 11/1973	Inhassalala
	11/1973 a 02/1974	Dondo
	02/1974 a 04/1974	Madziuire
GEP 007	11/1972 a 07/1973	Mungari
	07/1973 a 11/1973	Dondo
	11/1973 a 01/1974	Catunguirene
	01/1974 a 04/1974	Dondo
GEP 008	11/1972 a 06/1973	Mangoe

	06/1973 a 10/1973	Inhassalala
	10/1973 a 01/1974	Sabondo
	01/1974 a 04/1974	Vila Manica
GEP 009	04/1973 a 07/1973	Dondo
	07/1973 a 10/1973	Canda
	10/1973 a 01/1974	Dondo
	01/1974 a 03/1974	Macossa
	03/1973 a 04/1974	Muanza
GEP 010	04/1973 a 06/1973	Dondo
	06/1973 a 08/1973	Mungari
	08/1973 a 10/1973	Tete
	10/1973 a 04/1974	Dondo
GEP 011	09/1973 a 12/1973	Vila Gouveia
	12/1973 a 04/1973	Sabondo
GEP 012	10/1973 a 01/1974	Catulene
	01/1974 a 02/1974	Dondo
	02/1974 a 04/1974	Massangano

Fonte: Adaptado de CECA (1989)

Outro tipo de operações levadas a cabo pelos GEP foram as chamadas operações “Mandioca”, nas quais se constituíam pequenas equipas de cinco a sete homens, lideradas por um furriel. Os militares fardavam-se e equipavam-se com material anteriormente capturado¹⁶ à FRELIMO, fazendo passar-se por guerrilheiros. Nestas operações, estas equipas destacadas infiltravam-se nas bases inimigas, desferindo ataques surpresa, aos guerrilheiros que se encontravam no interior das mesmas. Tiveram bons resultados iniciais até, ao inimigo se aperceber deste *modus operandi* e adotar novas medidas de segurança (Furtado, 2007).

¹⁶ Ver Anexo H

À luz da doutrina atualmente utilizada pelas Forças de Operações Especiais (FOEsp) portuguesas, as operações anteriormente referidas identificam-se com um dos modos que a atuação das FOEsp pode assumir, o modo coberto, uma vez que “... as operações são planeadas e executadas para dissimular a identidade ou permitir uma negação plausível pelo responsável. Uma operação coberta difere de uma operação discreta, na ênfase que é colocado na dissimulação da identidade do responsável, em vez de na dissimulação da operação” (Exército Português, 2014, p. 1-5).

Por aqui, se verifica um aspeto diferenciador das forças recrutadas na metrópole, mesmo entre as forças especiais, que lhes acrescentava valor. Os GEP, a quem era ministrada uma instrução semelhante à dos Comandos e dos Paraquedistas, apresentavam ainda, para além das evidentes características físicas de um nativo africano, qualidades inatas de adaptação à língua falada no seio das populações subvertidas e ao meio físico, podendo atuar em operações por períodos mais longos que o normal.

3.5. Resultados obtidos pelos GEP

Com base no levantamento efetuado pela CECA (2012b), baseado no Relatório de Situação (SITREP) 36/73, o efetivo presente no TO em setembro de 1973, totalizava 49 485 homens pertencentes às forças terrestres, dos quais 3 569 pertenciam aos GE/GEP. Pelo quadro n.º1, verifica-se que até à mesma data estavam já operacionais, onze do total de doze GEP que foram formados até ao final da guerra, isto é 770 homens. Não temos informação acerca do número de homens que, do total das forças terrestres, representavam as forças de intervenção. Contudo, os GEP tinham um peso numérico nesse total, de ($\approx 1,56\%$).

No quadro n.º2 pode verificar-se os efetivos no TO na referida data:

Quadro n° 2 - Efetivo presente no TO em setembro de 1973

Forças	Total
Terrestres	49 485
Navais	1 677
Aéreas	3 859
GE/GEP	3 569

Fonte: Adaptado de CECA (2012b)

Até maio de 1974, não houve uma mudança significativa do peso que número dos GEP, nesta altura com 840 homens, representava no total de forças terrestres no TO, isto é . ($\approx 1,78\%$). No quadro n.º3 pode verificar-se os efetivos no TO na referida data:

Quadro n° 3 - Efetivo presente no TO em maio de 1974

Forças	Total
Terrestres	47 091
Navais	1 677
Aéreas	3 773
GE/GEP	6 119

Fonte: Adaptado de (CECA, 2012b)

Em relação à atividade operacional desenvolvida pelas forças de intervenção, durante a primeira metade do ano de 1973, a CECA (2012b), disponibiliza ainda informação sobre as operações realizadas pelas forças sob comando do COFI durante um período de 166 dias Num total de 361 operações realizadas, 175 pertenceram às forças de intervenção. Destas, 135 foram levadas a cabo por GEP. No quadro n.º 4, estão presentes as operações realizadas por cada uma das unidades:

Quadro n° 4 - Operações realizadas em 166 dias

Forças de Intervenção	
CCmds	8
CParas	32
GEP	135
SOMA	175

Fonte: Adaptado de (CECA, 2012b)

Para além disso, são apresentados resultados obtidos durante o segundo semestre de 1973, em operações pelas forças presentes no TO. No seguinte quadro estão os número de baixas causadas ao In durante o referido período (mortos, feridos e capturados):

Quadro n° 5 - Baixas Causadas ao In

Forças	Mortos	Feridos	Capturados
Comandos	6		
Paras	25	2	3
GEP	143	14	3

GE	52	8	8
Companhias	10	3	3
Força Aérea	22	Diversos	
Total	258 ¹⁷		

Fonte: Adaptado de (CECA, 2012b)

Outro dos resultados, com especial importância no contexto da guerra subversiva em a conquista ou controlo das populações, negando assim, a influência que sobre elas neste caso a FRELIMO, pudesse exercer. No período análogo ao anteriormente referido registaram-se os seguintes resultados, em populações subtraídas ao controlo do In, entre homens mulheres e crianças. Não consideramos as populações, que depois de subtraídas ao controlo do In, capturadas, ou apresentadas integraram as forças portuguesas:

Quadro nº 6 - População subtraída ao controlo do In

Forças	População (em unidades)
Comandos	51
Paras	22
GEP	1806
GE	936
Companhias	183
Total	2998

Fonte: Adaptado de (CECA, 2012b)

Em igual período, os resultados disponibilizados pela CECA (2012b), em termos destruições é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro nº 7 - Destruições

Forças	Celeiros	Bases Acampamentos Refúgios	Palhotas Abrigos
Comandos	2	6	600
Paras	14	19	1 468
GEP	4	36	4 361
GE	11	26	4 897

¹⁷ Este quantitativo pode incluir elementos da população coabitando o com o In no momento do ataque às bases In (CECA, 2012b)

Companhias	10	11	1 678
Total	41	98	13 004

Fonte: Adaptado de (CECA, 2012b)

Em 1974, verifica-se um significativo aumento do número de operações realizadas pelas forças de quadrícula em relação às forças de intervenção, 994 do total. No entanto, do total das operações realizadas pelas forças de intervenção (376 operações), verifica-se um preponderante peso no número das operações realizadas pelos GEP (301 operações) (CECA, 2012b).

Apesar do seu número ter sido pouco expressivo na totalidade das forças terrestres presentes no TO, os resultados anteriormente apresentados permitem uma perspetiva favorável sobre desempenho dos GEP, quando comparados com as outras forças de intervenção e as forças de quadrícula nomeadamente os GE.

3.6. Os GEP no pós- 25 de abril

A informação documental existente não nos permite um esclarecimento sobre o destino que tiveram os militares dos GEP após o 25 de abril e a consequente retração das forças portuguesas no final do ano de 1974. É nessa perspetiva que no capítulo seguinte pretendemos colmatar essa insuficiência de informação com as entrevistas realizadas. Nos teatros de Angola e Guiné conheceram-se casos de represálias por parte dos movimentos que, entretanto, assumiram papéis de relevância política nesses países. No entanto, a partir de testemunho oral, tivemos conhecimento da condução de programadas de reeducação dinamizados pela FRELIMO. Estes programas, embora numa fase inicial, se destinassem a todos os ex-militares moçambicanos que durante a Guerra de África (1961-1974) tivessem integrado o esforço militar português, teve maior incidência naqueles que tinham participado nas forças especiais. Este processo de reintegração chegou a levar em alguns casos, como no dos comandos africanos, cerca de sete anos. Sobre a participação dos GEP nestes programas nada conhecemos, mas a considerar que tinham particular incidência nos ex-militares das forças especiais, é possível que tenha acontecido.

CAPÍTULO 4 –ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos da análise de conteúdos aplicada às entrevistas. As questões serão apresentadas sequencialmente, de acordo com o guião¹⁸ implementado recorrendo ao método de análise conteúdo, defendido por Sarmento (2013).

No final, de cada questão será apresentada uma síntese conclusiva relativa aos resultados obtidos da análise aplicada a cada uma das questões.

Contudo, foram retiradas questões que, pese embora nos tenham fornecidos elementos importantes, não contribuíram diretamente para os objetivos deste trabalho. É também importante referir que em alguns casos, as unidades de contexto¹⁹ que nos permitiram extrair as unidades de registo, surgiram excertos de respostas do mesmo entrevistado constantes em questões distintas daquela que estamos a tratar. O facto de a entrevista ter sido conduzida de um modo semiformal, permitiu que o entrevistado, em cada uma das questões falasse sobre assuntos relacionados com a temática no geral, fornecendo informação relevante que subsidiou respostas a outras questões.

4.1 Análise das entrevistas

Na questão nº1: *“No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?”*, verificaram-se os seguintes resultados no quadro n.º 1.

¹⁸ Ver Apêndices E,F,G, H e I

¹⁹ Ver Apêndice J

Quadro nº 8: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 1

Questão nº1									
Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC ²⁰	Res ²¹
			E1	E2	E3	E4	E5		
Razões da criação dos GEP	Iniciativa do Comando-Chefe	1.1 Aumentar o recrutamento		X	X		X	3	3/5 (60%)
		1.2 Envolver africanos das FFAA	X					1	1/5 (20%)
		1.3 Criar forças de atuação de âmbito territorial			X			1	1/5 (20%)
		1.4 Criar forças especializadas	X		X	X	X		4/5 (80%)
		1.5 Criar forças que viessem a integrar as forças armadas de Moçambique independente		X					1/5 (20%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Nas respostas à questão nº1, verifica-se uma unanimidade em relação à influência do general Kaúlza de Arriaga, que tinha sido o criador em Portugal das tropas paraquedistas²². Além disso, as relações que ocorrem nalguma bibliografia sobre a influência de entidades civis na fundação destes grupos são refutadas²³. Apesar disto, as razões para a criação dos GEP apontadas pelos entrevistados divergem. (80%) dos entrevistados afirmam na base desta criação, está a necessidade de criar forças com formação especializada, (60%) dos entrevistados afirmam que a criação destes grupos serviu a necessidade de aumentar o recrutamento, dada a dificuldade o recrutamento da

²⁰ Unidade de Contagem

²¹ Resultados

²² “General Kaúlza, que estivera na criação/evolução da Força Aérea e dos paraquedistas em Portugal.”(E2)

²³ “Criou-se a falsa ideia de que os GEP tinham alguma coisa a ver com o Jorge Jardim.”(E3)

metrópole passava²⁴, (20%) afirmam que a criação dos GEP tiveram como objetivo envolver as populações africanas no esforço militar das FFAA, (20%) afirmam que se pretendeu criar forças, cuja atuação tivesse um âmbito territorial e (20%) afirmam que os GEP destinavam-se a integrar as futuras forças armadas de um novo Moçambique independente.

Na questão nº2: “*Sendo já militar graduado, teve alguma formação específica para integrar estes grupos? Se sim, em que consistiu (resumidamente)?*”, verificaram-se os seguintes resultados no quadro nº2.

Quadro nº 9: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 2

Questão nº2									
Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
			E1	E2	E3	E4	E5		
Formação dos militares graduados ²⁵	Militares c/ CParaq ²⁶	2.1Inexistência de formação específica		X	X			2	2/5 (40%)
		2.2Experiência de combate		X	X	X	X	4	4/5 (80%)
	Militares s/ CParaq	2.3Experiência de combate			X		X	2	2/5 (40%)
		2.4Curso de Paraquedismo ²⁷	X	X	X	X		4	4/5 (80%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Na sequência dos resultados obtidos, podemos verifica-se que dos quadros (militares graduados) que integravam os GEP, existiram aqueles que traziam do antecedente a qualificação em paraquedismo militar, vindos essencialmente dos BCP31 e BCP32 e, os militares oriundos de outras unidades do Exército.

²⁴ “Em 1970 a capacidade de mobilização de militares metropolitanos para a Guerra do Ultramar estava a chegar ao seu limite.”(E5)

²⁵ militares do QP ou do quadro de complemento (milicianos)

²⁶ Curso de paraquedismo militar

²⁷ Ver Anexo I

Assim, conclui-se que para os primeiros, 80% afirmam que os militares no momento da integração “traziam experiência de combate (maioria dos BCP)” (E3) e (20%) afirmam a inexistência de uma formação específica.

Quanto aos militares provenientes de outras unidades do Exército, (80%) dos entrevistados afirmam que apenas tinham de fazer “somente o curso de paraquedismo” e (40%) referem que estes militares traziam experiência de combate das unidades de onde eram oriundos.

Os GEP não foram o único fenómeno da africanização do setor militar, cujo recrutamento de praças era feito entre as populações nativas. Contudo, a bibliografia anteriormente consultada remete-nos para diferentes âmbitos sobre os quais esse recrutamento incidiu (etnias, regiões específicas, recrutamento voluntário ou forçado), que pretendemos clarificar.

Deste modo, foi implementada no guião a questão nº3: “*Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?*”. Para além, da informação que pretendemos verificar anteriormente surgiu também a necessidade de perceber os moldes gerais da instrução ministrada aos nativos recrutados para os GEP. Esta questão adquire assim duas dimensões, pelo que, para efeitos de análise de conteúdo dividimos a questão nº3 em duas categorias: recrutamento e formação.

Quadro nº 10: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 3

Questão nº3									
Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
			E1	E2	E3	E4	E5		
Recrutamento para GEP	Voluntário	3.1(a) Soldados da metrópole	X			X		2	2/5 (40%)
		3.2(a) Naturais de Moçambique			X	X		2	2/5 (40%)
	Forçado	3.3(a) Naturais de Moçambique	X		X ²⁸			2	2/5 (40%)
	Ação psicológica ²⁹	3.4(a) Naturais de Moçambique		X	X		X	3	3/5 (60%)
	3.5(a) Âmbito territorial			X	X			2	2/5 (40%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Nesta análise, conclui-se que dos entrevistados afirmam que o recrutamento para os GEP era voluntário, (40%) referem que se tratavam de militares oriundos da metrópole e (40%) referem que se tratavam de nativos de Moçambique. (40%) dos entrevistados afirmam que o recrutamento era direcionado a nativos de Moçambique de forma forçada. Ainda que, um dos entrevistados (20%) defenda que essa forma de recrutamento apenas teve lugar na fase inicial da criação dos GEP. “Íamos apanhar pessoal na mata depois, a partir de determinada altura, eles vinham-se oferecer” (E3). Conclui-se que (60%) dos entrevistados afirmam os militares que integraram os GEP eram resultado da ação psicológica conduzida às populações nativas. Por fim, (20%) afirmam que o recrutamento tinha um âmbito territorial e não local.

²⁸ Numa fase inicial

²⁹ Incluem-se as “banjas” (assembleias), através das autoridades administrativas.

Quadro nº 11: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 3

Questão nº3								
Categoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
		E1	E2	E3	E4	E5		
Formação	3.1(b)Recruta		X	X		X	3	3/5 (60%)
	3.2(b)Curso de Paraquedismo	X	X	X	X	X	5	5/5 (100%)
	3.3(b)Curso de Combate		X	X	X	X	4	4/5 (80%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Relativamente aos moldes gerais da formação ministrada aos militares da classe de praças que integraram os GEP, verifica-se uma unanimidade de respostas relativamente ao Curso de Paraquedismo. (80%) referem que o Curso de Combate era outro módulo da formação e (60%) afirmam que tinha lugar uma formação inicial, a recruta.

Relativamente à questão nº4: “*No seu entender, quais as diferenças (vantagens/desvantagens) entre o soldado nativo e o soldado da metrópole?*”, verificaram-se os seguintes resultados no quadro nº5.

Quadro nº 12: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 4

Questão nº4									
Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
			E1	E2	E3	E4	E5		
Diferenças entre o soldado nativo e soldado da metrópole	Vantagens do soldado nativo	4.1 Maior resistência a situações de adversidade ³⁰		X			X	2	2/5 (40%)
		4.2 Dedicção e lealdade			X	X		2	2/5 (40%)
		4.3 Capacidade de adaptação ao meio físico		X	X	X	X	4	4/5 (80%)
		4.4 Domínio da língua nativa			X		X	2	2/5 (40%)
		4.5 Capacidade no domínio da pistagem		X	X			2	2/5 (40%)
	Desvantagens do soldado nativo	4.6 Dificuldade de aprendizagem			X			1	1/5 (20%)
	4.7 Ausência de diferenças		X					1	1/5 (20%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Desta análise, conclui-se que (80%) dos entrevistados afirma que o soldado nativo apresentava como vantagem em relação ao soldado oriundo da metrópole, capacidade de adaptação ao meio físico, (40%) afirmam que apresentava ainda, outras vantagens, maior resistência a situações de adversidade, dedicação e lealdade, domínio da língua nativa, capacidade no domínio da pistagem. Apenas um entrevistado (20%), afirma que apresentavam como desvantagem, alguma dificuldade na aprendizagem e um entrevistado (20%) que afirma não existirem diferenças entre o soldado nativo e o soldado da metrópole.

No quadro nº6, estão os resultados obtidos nas respostas à questão nº5: “Quais eram, na sua opinião as motivações que levavam alguns nativos a integrar os GEP?”.

³⁰ Inclui-se resistência à fome sede cansaço (E2)

Quadro nº 13: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 5

Questão nº5								
Categoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
		E1	E2	E3	E4	E5		
Motivações do soldado nativo para integrar os GEP	5.1 Melhores condições de vida		X	X	X	X	4	4/5 (80%)
	5.2 Estatuto		X	X	X		3	3/5 (60%)
	5.3 Orgulho				X	X	2	2/5 (40%)
	5.4 Resultado da ação psicológica					X	1	1/5 (20%)
	5.5 Inexistência de motivações ³¹	X					1	1/5 (20%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Assim, conclui-se que (80%) dos entrevistados afirmam que as motivações que levavam os soldados nativos a integrarem os GEP eram as melhores condições que lhes eram proporcionadas, (60%) dos entrevistados afirmam que pertencer aos GEP oferecia um maior estatuto entre as populações, e (40%) que constituía um motivo de orgulho para os militares. Apenas um entrevistado (20%) afirma que a integração resultava da ação psicológica de que eram alvo. Um entrevistado afirma que não tinham motivações uma vez que o recrutamento não era voluntário.

Na questão nº 6: “Era possível aos militares nativos dos GEP chegarem a funções de comando? Como?”, obtiveram-se os resultados do seguinte quadro nº7.

³¹ “...não eram, de um modo geral, voluntários...” (E1)

Quadro nº 14: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 6

Questão nº6								
Categoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
		E1	E2	E3	E4	E5		
Possibilidade de assumir funções de comando	6.1 Por feitos em combate				X		1	1/5 (20%)
	6.2 Capacidade de comando e liderança	X	X	X		X	4	3/5 (80%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Com base nos valores obtidos, conclui-se que (80%) dos entrevistados afirmam que era possível aos militares nativos chegarem a funções de comando, quando revelavam capacidade de comando e liderança. Apenas um entrevistado (20%) afirma que eram graduados quando demonstrassem feitos relevantes em combate.

Relativamente à questão nº7: “Era recorrente a infiltração em para-quedas nas operações?”, verificaram-se os seguintes, quadro nº8.

Quadro nº 15: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 7

Questão nº7								
Categoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
		E1	E2	E3	E4	E5		
Infiltração ³² em paraquedas nas operações	7.1 Perceção de maior vantagem noutros modos de infiltração	X			X		2	2/5 (40%)
	7.2 Não. C Para para conceder rusticidade e fator de seleção.			X		X	2	2/5 (40%)
	7.3 Não. Conceder brio às forças		X			X	2	2/5 (40%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Embora exista unanimidade (100%), entre os entrevistados acerca da inexistência de infiltrações em paraquedas pelos GEP nas operações, as justificações apresentadas para

³² Ver Anexo J e K

essa constatação variam. (40%) afirmam que à semelhança do que ocorriam com outras unidades, nomeadamente paraquedistas, os BCP, a infiltração por helicóptero era encarada como mais vantajosa. (40%) dos entrevistados referem que o curso de paraquedismo tinha como objetivo conferir maior rusticidade aos militares e constituía um fator de seleção importante. Por fim, (40%) dos entrevistados afirmam que a qualificação de paraquedismo atendia a conferir brio a estas forças.

Quanto à questão nº8: “*Que armamento e equipamento era utilizado pelos militares dos GEP?*”, verificaram-se os seguintes resultados, no quadro nº9.

Quadro nº 16: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 8

Questão nº8								
Categoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
		E1	E2	E3	E4	E5		
Equipamento ³³ utilizado pelos GEP	8.1 O mesmo de outras unidades do Exército	X			X		2	2/5 (40%)
	8.2 O mesmo de outras unidades do Exército, com exceção de situações especiais ³⁴		X	X		X	3	3/5 (60%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Na questão nº8, conclui-se que (60%) dos entrevistados afirmam que o equipamento utilizado se tratava do mesmo que era utilizado por outras unidades do Exército (Forças de intervenção) e (40%) dos entrevistados afirma que em situações especiais era utilizado por parte dos GEP, equipamento idêntico ao utilizado pelos guerrilheiros da FRELIMO.

No que diz respeito às operações conduzidas em GEP, foi implementada a questão nº 9: “*Pode descrever o tipo de operações em que eram empregues estes grupos?*”, cujos resultados estão apresentados no seguinte quadro nº10.

³³ Considerou-se equipamento: armamento e fardamento.

³⁴ Nas quais se incluem as Operações “Mandioca”

Quadro nº 17: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº 9

Questão nº9								
Categoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
		E1	E2	E3	E4	E5		
Operações dos GEP	9.1 Operações de Intervenção	X	X	X	X	X	5	5/5 (100%)
	9.2 Operações “Mandioca”	X		X	X		3	3/5 (60%)
	9.3 Operações de longa duração		X		X		2	2/5 (40%)
	9.4 Operações de reconhecimento ³⁵	X			X		2	2/5 (40%)
	9.5 Operações fora do TN					X		1/5 (20%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Assim, todos os entrevistados (100%) afirmam que os GEP levaram a cabo, em Moçambique, operações de intervenção, (60%) dos entrevistados afirmam que os GEP levavam a cabo as operações “Mandioca”, (40%) afirmam que os levavam a cabo operações de longa duração e (40%) afirmam que eram conduzidas pelos GEP operações de reconhecimento. Apenas um entrevistado (20%) afirmou que os GEP efetuavam operações fora do território nacional (TN).

A questão nº10: “*Pode descrever o tipo de operações em que eram empregues estes grupos?*” permitiu ao investigador tomar contacto com realidade vivida pelos oficiais pertencentes aos GEP. No entanto, não será aqui tratada uma vez que a maioria dos entrevistados não respondeu à referida questão.

Quanto à questão nº11: “*O que aconteceu aos militares africanos dos GEP, após o 25 de abril?*”, verificaram-se os resultados presentes no seguinte quadro nº 11.

³⁵ Operações com vista à deteção da presença de guerrilheiros In

Quadro nº 18: Análise qualitativa e quantitativa da questão nº11

Questão nº11									
Categoria	Subcategoria	Unidade de registo	Entrevistados					UC	Res
			E1	E2	E3	E4	E5		
Os GEP no pós-25 de abril	Fuga	Portugal		X	X			1	2/5 (40%)
		Países vizinhos	X	X			X	3	3/5 (60%)
	Permanência	RENAMO					X	1	1/5 (40%)
		Integração noutros setores da sociedade civil			X	X		2	2/5 (40%)
		Integração na FRELIMO		X				1	1/5 (20%)
		Mortos pela FRELIMO		X			X	2	2/5 (40%)
		Não foram alvo de qualquer tipo de repressão				X	X	2	2/5 (40%)
	Desconhecimento		X					1	1/5 (20%)

Fonte: Entrevista sobre o papel dos GEP em Moçambique de 1971 a 1974

Os resultados obtidos para esta questão mostram posições bastante difusas por parte dos entrevistados em relação à mesma. Assim, (60%) dos entrevistados afirmam que na fase pós-25 de abril e com saída das FFAA portuguesas dos territórios ultramarino, que de entre os militares nativos dos GEP que conseguiram fugir do território moçambicano, essa fuga deu-se para os países vizinho com que Portugal mantinha boas relações, (40%) afirmam que estes militares integraram outros setores da sociedade civil, a mesma percentagem (40%) dos entrevistados defendem que foram mortos pela FRELIMO e outros

(40%) afirmam que não foram alvo de represálias por parte da FRELIMO. (40%) dos entrevistados afirmam que os militares nativos dos GEP fugiram para Portugal e (20%) dos entrevistados não tem conhecimento sobre o que lhes aconteceu.

CONCLUSÕES

Os GEP foram um exemplo de forças oriundas do recrutamento de militares nativos em Moçambique. Surgiram já, numa altura avançada da guerra, em 1971.

Existem várias explicações para a origem destes grupos, contudo podemos concluir que esta guerra, que se foi, imprevisivelmente, prolongando no tempo sem um final à vista, teve efeitos na população portuguesa, manifestando sinais de desgaste em relação à mesma, demonstrado principalmente pela crescente dificuldade em recrutar militares da metrópole.

A mobilização de todo o processo, desde o recrutamento à formação para as províncias ultramarinas onde estes grupos seriam empregues, traduzia-se também numa redução de custos afetos ao referido processo.

Os GEP constituíam a reserva do comando-chefe, em Moçambique, cuja apologia pelas forças com a capacidade de infiltração em paraquedas fora já demonstrada, em 1956, com a criação das tropas paraquedistas portuguesas, enquanto subsecretário de estado da aeronáutica.

Para além disso, os GEP, ao contrário do que aconteceu, por exemplo com os GE que eram recrutados em locais para os quais voltavam finda a instrução, com missões eminentemente vocacionadas para a autodefesa, tinham uma atuação de âmbito territorial.

Estas forças foram inicialmente enquadradas e instruídas por oficiais e sargentos do BCP 31 e BCP 32. No entanto, à medida que os GEP iam crescendo, foram recebendo militares graduados portugueses de outras unidades do Exército que, tal como os militares graduados dos BCP traziam já experiência de combate, tendo os primeiros apenas de frequentar o curso de paraquedismo militar.

O recrutamento de praças para os GEP contou inicialmente com a colaboração de entidades civis, entre os quais se destaca, Orlando Cristina que por dominar os dialetos das várias etnias moçambicanas conseguiu granjear junto das populações a adesão de jovens para integrar estes grupos. A ação psicológica sobre os jovens nativos fazia-se também pela convocação de *banjas* que com a colaboração das autoridades administrativas eram organizadas por forma a passar a mensagem de que escolher integrar o esforço das FFAA e, em particular, dos GEP seria a opção mais adequada. O recurso a estes métodos de recrutamento verificou-se, porém com o desenvolvimento dos GEP, desnecessário. As melhores condições de vida e o estatuto social de que beneficiavam bem como, o orgulho

em ostentar os símbolos diferenciadores dos GEP repercutiam-se no crescente número de voluntários para integrar estes grupos.

A formação ministrada seguia os moldes gerais da formação das tropas paraquedistas. Uma fase inicial de instrução básica – a recruta, o curso de paraquedismo militar, e a instrução de combate.

A grande particularidade das forças nativas residia precisamente no “soldado” nativo, que reunia características inatas. A capacidade de adaptação ao meio físico e o domínio da língua são os mais frequentemente apontados como vantagens em relação ao “soldado” da metrópole.

A lealdade e honestidade, a enorme resistência a situações de adversidade e a capacidade de seguir o rasto da presença dos guerrilheiros são também apontadas como pontos fortes do “soldado” nativo.

Uma desvantagem verificada, em relação ao “soldado” da metrópole, no período inicial da criação dos GEP, era a dificuldade na aprendizagem, justificada pela sua origem de áreas subdesenvolvidas de Moçambique. Contudo, mesmo esta tendência foi diminuindo com a adesão de jovens moçambicanos mais “cidadinos”.

Para além disso, a estrutura de comando dos GEP fomentou um princípio de motivação nos seus subordinados, graduando os soldados nativos na classe de sargentos e raras vezes na classe de oficiais que, demonstrando qualidades de comando e liderança podiam assumir funções de comando nos GEP.

A própria orgânica premiava um conceito assente numa maior descentralização das funções de comando afastada da tradicional usada nas unidades de infantaria convencionais. Assim, um oficial subalterno tinha sob o seu comando 69 homens, dos quais quatro sargentos que assumiam o comando de cada subgrupo, constituído por dezassete homens. Porém, é no interior de cada subgrupo que se verifica essa descentralização com quatro cabos comandando cada um deles uma equipa com três soldados. Esta autonomia de que eram dotados evidencia o grau de confiança que lhes era depositado.

No que diz respeito às operações dos GEP, não há registo de nenhuma em que tenha sido utilizada a infiltração em paraquedas. Esta qualificação é antes apontada como um importante fator de seleção, acompanhado de uma instrução com vista a conceder rusticidade física aos seus militares. A infiltração em helicóptero era, como fora verificado numa fase anterior da guerra por outras forças, percecionada como mais vantajosa.

Na maioria das operações, o armamento e equipamento utilizado era o mesmo de que estavam dotadas as restantes forças de intervenção, à exceção das operações “*Mandioca*” nas quais pequenas equipas constituídas utilizavam equipamento e armamento idênticos ao dos guerrilheiros da FRELIMO para com facilidade se infiltrarem nas suas bases e ali infligir ataques surpresa. Estas operações tiveram bons resultados iniciais, foram, contudo, abandonadas à medida que o In se foi apercebendo deste *modus operandi*, implementando medidas de segurança mais eficazes para contrariar o seu sucesso.

Portanto, na grande generalidade dos casos foram empregues em operações de intervenção, tal como, acontecia com as restantes forças de intervenção e em operações de longa duração.

Assim, concluímos que para podermos responder à Pergunta de Partida da Investigação: “*Qual o papel dos Grupos Especiais Paraquedistas em Moçambique de 1971 a 1974?*”, entendemos que a resposta não é única nem simples. Essa resposta assume antes várias dimensões.

Primeiro, no plano da doutrina e formação, o surgimento dos GEP não acrescenta qualquer novidade. Eram instruídos com base na doutrina já utilizada pelos paraquedistas e comandos portugueses. No entanto, a orgânica destes grupos traz algo de novo: a descentralização das funções de comando dentro de cada grupo, materializada no planeamento e execução. Esta nova orgânica proporcionava maior autonomia aos seus subordinados e maior flexibilidade para constituir unidades com elevada preparação para atuarem em pequenas operações.

Segundo, no plano da atuação operacional os GEP foram inovadores. As características inatas do soldado nativo permitiam-lhes efetuar operações mais longas, que outras forças de intervenção, como as dos BCP, não desempenhavam. Por outro lado, as operações a coberto em que se podiam facilmente infiltrar nas populações ou mesmo nas bases In. Embora tenhamos tido depoimento da realização de operações conduzidas fora do TN, a sua ocorrência não é solidamente fundamentada documentalmente. Naturalmente que, a considerar que tenham ocorrido, é compreensível a inexistência de provas cabais dessa ocorrência. Seria ainda mais implausível que, a terem ocorrido pudessem ser levadas a cabo por forças portuguesas. Seriam do ponto de vista ético e jurídico muito difíceis de justificar.

Terceiro, no plano político e militar conseguiram criar vantagens em simultâneo, para Portugal. A africanização das baixas permitia suavizar a opinião pública relutante em relação aos sacrifícios que a guerra lhes empunha. Além disso, o aumento dos efetivos

africanos no esforço militar, permitia aliviar o recrutamento da metrópole em exaustão devido ao desalento dos jovens portugueses em relação a uma guerra de propósitos com que cada vez menos se identificavam.

Quarto, no plano da manobra portuguesa, que desde o início assumira que a vitória numa guerra como esta apenas se conseguia tendo as populações do nosso lado, a integração dos GEP concedia proveitos benéficos, por um lado, a adesão dos próprios militares permitiam criar um efeito dissuasor sobre o In que os via subtraídos da sua influência, contrariando assim, o sucesso dos esforços da guerrilha. Por outro, um efeito persuasor sobre as populações. Os GEP tiveram bons resultados em operações cujo objetivo era subtrair populações do controlo In.

Embora durante todo o período da sua existência, não tenham, em número, representado mais de 2 %, do total das forças terrestres presentes no TO, os GEP conseguiram bons resultados em relação às restantes forças de intervenção em igual período.

Surgiram tarde nesta guerra, em 1971. Tiveram pouco tempo de atividade operacional mas a parte das operações de intervenção que lhes foi confiada, teve um peso bastante significativo no conjunto total das mesmas, o que pode indicar que a própria elite militar portuguesa reconhecesse nestes grupos maior eficácia em combate.

Deste modo, se esta guerra se tivesse prolongado por mais tempo, assistiríamos provavelmente a uma preponderância do emprego de GEP nas operações de intervenção e possivelmente à formação de ainda mais grupos.

Esta investigação apresenta limitações, devidas à inexistência de bases documentais sólidas, por outro lado, o tempo limitado da investigação não nos permitiu alargar a amostra de entrevistados por forma a obter mais informação. Esta dificuldade tem maior expressão relativamente ao destino dos militares nativos que participaram nos GEP no pós-25 de abril, no entanto, são apontados vários casos: represálias e perseguição, incluindo mortes provocadas por parte da FRELIMO aos militares moçambicanos que participaram nos GEP; a fuga para Portugal; a fuga para países vizinhos aliados de Portugal e integração nas suas forças armadas; a passagem à disponibilidade e integração noutros setores da sociedade civil em Moçambique, através da aproximação conseguida entre os militares portugueses e a estrutura militar da FRELIMO, contrariando os episódios de violência que ocorreram noutros TO, como na Guiné, ou a integração nas próprias forças militares da FRELIMO; a integração na estrutura da RENAMO; a integração em programas de

reeducação promovidos pela FRELIMO com particular incidência nos ex-militares moçambicanos que participaram do esforço militar português, nas forças especiais.

Pelo que, esta investigação suscita a realização de investigações futuras no sentido de melhor conhecermos os destinos que estes militares tomaram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, A., & Gomes, C. de. (1998). *Guerra Colonial*. Lisboa: Notícias Editorial.
- Amorim, F. (2010). O nacionalismo afro-asiático. *JANUS 2010. Anuário de relações exteriores*, (O nacionalismo afro-asiático), 108–109.
- Antunes, J. F. (1995). Francisco Van Uden - Pátria no Comando. Em *A Guerra de África (1961-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Antunes, J. F. (1996). *Jorge Jardim: Agente Secreto*. Lisboa: Bertrand.
- Arriaga, K. de. (1987). *Guerra e Política: Em nome da verdade-Os anos decisivos*. Lisboa: Edições Referendo.
- Bailey, B. (2010). Hearts and Minds , Psuedo Gangs and Counter Insurgency : Based upon Experiences from Previous Campaigns in Kenya (1952-60), Malaya (1948-60) & Rhodesia (1964-1979). Em *Edith Cowan University*. Perth Western Australia: Edith Cowan University. <https://doi.org/10.4225/75/57a421412b5a4>
- Boléo, O. (1966). *Moçambique - Pequena Monografia* (2ª edição). Lisboa: Agência-Geral do Ultramar.
- Caetano, M. (1974). *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record.
- Cahen, M. (2005). «Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional ? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique em particular ». *Africana Studia (Porto)*, VIII(VIII), 39–67.
- Cann, J. P. (2005). *Contra-subversão em África: Como os portugueses fizeram a guerra em África (1961-1974)*. Lisboa: Prefácio.
- Carmo, A. S. (2006). *Os Grupos Especiais Pára-quedistas (GEP-Moçambique)*. Carmo, António Sucena.
- CCTP. (1988). *História das Tropas Paraquedistas Portuguesas*. Lisboa: Comando do Corpo de Tropas Paraquedistas.
- CECA. (1989). *Resenha Historico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)- Dispositivo das Nossas Forças: Moçambique* (4º). Lisboa: Estado-Maior do Exército: Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974).
- CECA. (2012a). *Resenha Historico-Militar das Campanhas de África - Aspetos da*

- Atividade Operacional: Moçambique. Livro I* (1ª edição, Vol. VI). Lisboa: EME.
- CECA. (2012b). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África - Aspectos da Atividade Operacional: Moçambique. Livro II* (1ª edição, Vol. VI). Lisboa: EME.
- Cipriano, L. (2010). *A GÉNESE DA FRELIMO- Os grupos que estiveram na formação da Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974)*. Academia Militar, Lisboa.
- Cornevin, R. (1919-1988). A. du texte. (1966). *Histoire de l'Afrique Tome II: L'Afrique précoloniale, 1500-1900*. Paris: Payot Paris.
- Couto, A. C. (2012). *A segurança do empreendimento de Cabora-Bassa (1970- 1973)*. *Revista Militar*. Lisboa.
- Cowan, W. V. (1994). KIT CARSON SCOUTS. *Marine Corps Gazette*, 30–33.
- EME, E.-M. do E. (1969). *O Caso de Moçambique. Cadernos Militares nº 7*. Lisboa: EME.
- EME, E. M. do E. (1988). *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)* (1º Volume). Lisboa.
- Exército Português. (2014). *Publicação Doutrinária do Exército 3-67-00 Operações Especiais*. Lisboa: MDN.
- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação : da concepção à realização* (III). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. J. V. (2009). *Metodologia científica : fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Furtado, J. (2007). *A Gerra*. Lisboa: RTP.
- Garcia, F. M. G. P. P. (2001). *Análise global de uma guerra (MOÇAMBIQUE 1964-1974)*. Universidade Portucalense, Porto.
- Governo de Moçambique. (2015). Geografia de Moçambique. Em *Portal do Governo de Moçambique*. Obtido de <http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Mocambique/Geografia-de-Mocambique>
- Martins, J. P. O. (1882). IV-Em demanda do Preste-Joham das Índias. Em *História de Portugal* (3ª edição, pp. 204–215). Lisboa: Viuva Bertrand.
- Martins, J. P. O., António, P., & Pereira, M. (1920). *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (5ª edição). Lisboa: Livraria.

- Ministério do Exército. (1966). O Exército na Guerra Subversiva I - Generalidades.
- Moniz, J. C. (2013, Março). Orlando de Sousa Cristina. *O Desembarque nº15*, 39–42.
- Pires, N. C. B. de L. (2013). *O Comando Holístico da Guerra: Wellington, Spínola e Petraeus*. Lisboa: Nexo.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Ivestigação em Ciências Sociais* (2.^a edição). Lisboa: Gradiva.
- RMM, Q. (1971). *Memorando: conclusões da renião sobre GE e GEP*. Nampula.
- Roque, A. C. (2012). *Terras de Sofala: Persitências e Mudança - Contribuições para a historia da Costa Sul-Oriental de África nos Séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, L. A. B. dos, Monteiro, F. T., Lima, J. M. M. do V., Silva, N. M. P. da, Silva, J. C. do V. F. da, & Afonso, C. F. (2014). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Selvagem, C. (1931). *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Serrão, H. da S. (2011). *CIOE/CTOE - Operações Especiais - 50 anos*. Lisboa: Edições Esgotadas.
- Sousa, J. T. (2008). Eduardo Mondlane e a luta pela independência de Moçambique. Em *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África* (pp. 149–159). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: o processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

APÊNDICE A: RESENHA HISTÓRICA DA PRESENÇA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

Interessa perceber a origem histórica da presença portuguesa em Moçambique. Esta remonta ao capítulo das primeiras expedições em África, na prossecução das intenções de D. João II de chegar à Índia. Tivera já em 1486, Bartolomeu Dias passado o Cabo da Boa Esperança não conseguindo, porém, avançar significativamente para além deste, devido à insegurança sentida pelas suas tripulações; por terra, no mesmo ano, António de Lisboa e Pero Montaroyo não passaram de Jerusalém, estes incapacitados pelo desconhecimento da língua árabe (Martins, 1882).

É nesta sequência que, no ano seguinte, são nomeados, Afonso Paiva e Pêro da Covilhã, conhecedores da língua árabe. Partem via terrestre, rumo a Nápoles, seguindo daí o itinerário Rhodes, Alexandria, Cairo e Áden, separando-se aqui. Afonso Paiva segue em direção a Suaquém, na costa da Abissínia, e Pêro da Covilhã rumo à Índia, ficando ajustado o seu reencontro no Cairo. Daí, Pêro da Covilhã segue o itinerário Cananor, na costa do Malabar, Calecute e Goa. Depois, atravessou o Oceano Índico, após o que foi para a Sofala. Terá assim, Pêro da Covilhã sido o primeiro português em solo moçambicano. Segundo Martins, (1882) cabe a “Covilhã a honra de ter marcado o itinerário da navegação para a Índia, afirmando que (...) prosseguindo no extremo sul continente africano; e que, aproando ali para leste, em direção à ilha de Madagáscar, por Sofala se encontrariam no caminho para a Índia”. Sabe-se que o terá feito, de acordo com a documentação sobre o percurso de Pêro da Covilhã e nas edições portuguesa e italiana da obra de Francisco Álvares, possivelmente entre Outubro de 1489 e Março de 1490 (Roque, 2012 citado em Ficalho, 1968).

Seguindo as indicações que Pêro da Covilhã enviara do Cairo para Lisboa, Vasco da Gama na sua primeira viagem à Índia pisa o solo moçambicano, em Inhambane, em 10 de janeiro de 1498, no dia 22 do mesmo mês chega a Quelimane, onde permanece um mês com o objetivo de reparar os navios e recuperar as tripulações, nas quais por esta ocasião, começa a verificar-se um estado de debilidade na saúde destas causada pelos efeitos do escorbuto. No dia 22 de março chega à ilha de Moçambique seguindo depois para norte.

A administração dos territórios ultramarinos a oriente é implementada com o novo regimento do Império do Oriente, por volta de 1571. Esta medida esteve a cargo do

novo Vice-Rei da Índia, D. António de Noronha, que dividiu o território em três partes distintas e independentes entre si:

- “-África Oriental, desde o Cabo da Boa Esperança até ao Cabo Guarda-Fui, com a capital em Sofala, cujo governo fora dado a Francisco Barreto;
- Estado da Índia, desde Guarda-Fui a Ceilão, com a capital em Goa por capital, cujo governo era dado aos Vice-Reis;
- Indo-China, desde Ceilão (...) até à China, com capital em Malaca, para cujo governo foi então nomeado tendo por governador António Moniz Barreto, capitão geral de Malaca.” (Selvagem, 1931, p.329)

A partir de 1530, D. João III é percursor da ação colonizadora portuguesa das províncias ultramarinas, enviando colonos para diversos pontos do reino (Martins, António, & Pereira, 1920). Aliás, tinha já incumbido Lourenço Marques da tarefa de explorar a costa sul de Inhambane e o rio Espírito Santo.

Em 1531, são ocupados os portos fluviais de Sena e Tete, como pontos de apoio, no sentido travar as tentativas de penetração pelo Zambeze, para chegar ao ouro de Monomotapa. (CECA, 1989) Lourenço-Marques e Inhambane transformam-se feitorias comerciais e Quelimane depois em 1944 (Martins et al., 1920).

Depois do fracasso da expedição ao Monomotapa, em 1571, levada a cabo pelo governador de Moçambique, Francisco Barreto, após a qual acaba por falecer, o seu sucessor, Vasco Fernandes Homem decide também ele ir às famosas minas de Chicoa, no império de Monomotapa. Esta expedição revela-se uma desilusão uma vez que o ouro encontrado, de tao pouco não chegou sequer satisfazer as despesas decorrentes da própria exploração.

O sec. XVII é marcado pela perda de domínio dos navegadores e colonos no Índico. Logo no início, são os holandeses quem se apoderam das ilhas de Ceilão e Sonda. Depois, a partir de 1650, os ingleses e os franceses controlam a navegação para a Índia, pese embora Goa se mantenha na posse portuguesa. Dada a falta de navios e colonos os portugueses concentram o seu dispositivo e atividade junto à embocadura do Zambeze, por onde alias, esperam ainda encontrar o famigerado ouro de Monomotapa. Na costa oriental de África apenas a ilha de Moçambique e Sofala continuam na posse de Portugal(CECA, 1989).

Em 1752, os portugueses assinaram com o imã de Mascate um acordo, no qual eles entregavam todos os territórios a norte de Cabo Delgado. No mesmo ano de 1752, a

administração de Moçambique é definitivamente separada de Goa e Lisboa e Francisco de Melo e Castro é nomeado o primeiro governador de Moçambique³⁶ (Cornevin, 1966).

A partir daqui, verifica-se um enfraquecimento da presença portuguesa na costa africana. Só com o início do sec. XIX, é recuperado o interesse pelos territórios de África, através das explorações e viagens organizadas, do qual Moçambique não foi exceção. Contudo,

“o domínio português da costa oriental exercia-se apenas numa estreita faixa que descia ao longo do litoral, com frequentes soluções de continuidade, mas com uma penetração ao longo do rio Zambeze, até à vila de Tete. A cidade de Moçambique, situada na ilha do mesmo nome, era a capital administrativa; Quelimane, segunda vila da colónia, Sena e Tete na bacia do Zambeze, Sofala em plena decadência, Inhambane, e, por último, no extremo sul o obscuro presidio de Lourenço Marques eram os pontos nodais em que, pouco a pouco, se ia fixando a gente portuguesa. Os sertões estavam inteiramente subtraídos à nossa influência.” (CECA, 1989 citado em Botelho, 1833)

Esta tendência de abrandamento do domínio e influência política dos portugueses nas províncias ultramarinas continuou até cerca de 1870, acompanhada do surgimento das viagens de Livingstone³⁷ que contribuíram para o esquecimento das anteriores expedições portuguesas.

³⁶ Tradução livre do autor

³⁷ David Livingstone foi um missionário e explorador britânico. Tornou-se celebre por ter sido um dos primeiros europeus a explorar o interior da África.

APÊNDICE B: GRUPOS ÉTNICOS EM MOÇAMBIQUE

“-Grupo Suahíli, ao longo de uma faixa litoral, extensa e pouco profunda, aproximadamente desde o Rovuma até António Enes;”

-Grupo Macua-Lomuê, estabelecido aproximadamente entre o rio Lugenda e a Linha Morrumbala-Quelimane e compreendendo 2 subgrupos e tribos;

-Grupo Marave, ocupando aproximadamente a área do distrito de Tete a norte do rio Zambeze, a região de Milange-Tacuane e uma faixa da margem leste do lago Niassa, no distrito do Niassa, englobando 2 subgrupos e cerca de 13 tribos;

-Grupo Chona, situado, sensivelmente, nos distritos de Manica e Sofala e compreendendo 1 subgrupo e cerca de 15 tribos;

-Grupo Chope, na região de Inhambane, compreendendo 3 tribos;

-Grupo Tonga, estendendo-se a sul do rio Save e abrangendo 11 tribos;

-Grupo Angune, disperso em pequenos núcleos no distrito de Lourenço Marques e área de João Belo, e nos distritos de Tete (circunscrição de Angónia), Niassa e Cabo Delgado, compreendendo 8 tribos;

-Grupo Maconde, sensivelmente a norte do rio Messalo e para leste de Negomano, com 5 tribos;

-Grupo Ajáua, estendendo-se pela região a norte do rio Lugenda;

-Povos do Baixo Zambeze, ao longo das margens do rio Zambeze, em toda a sua extensão dentro do território de Moçambique, compreendendo 12 tribos.”(CECA, 1989)

APÊNDICE C: POSIÇÃO (POLÍTICA) DOS PAÍSES VIZINHOS DE MOÇAMBIQUE

A Tanzânia, independente desde 1961 sob a chefia de Nyerere³⁸ que, apesar de aparentemente moderado, era hostil à presença europeia. Alias, durante as campanhas eleitorais para a eleição do chefe de Estado chegou a realizar comícios, no sentido de incitar a rebelião de moçambicanos das etnias Nianjas, Ajauas e sobretudo Macondes “para que todos os povos das mesmas tribos ficassem sob uma única bandeira”(EME, 1969, p. 12), com o objetivo último de anexar ao então Tanganica a faixa moçambicana a norte do rio Lúrio. Zanzibar³⁹, após a sua independência decide juntar-se ao Tanganica formando o conjunto dos dois países a Tanzânia. Com o apoio prestado por chineses russos, jugoslavos e outros países da Europa de Leste tornou-se uma plataforma de disseminação do comunismo em África. Por lá, forma canalizadas ajudas à FRELIMO vindas também dos países nórdicos da Europa dos EUA e Canadá.

O Malawi, país que até à sua independência do Reino Unido em 1964, se chamara Niassalândia e cujo chefe do governo, Dr. Hastings Banda⁴⁰ constituía um grupo de extremistas dos movimentos emancipalistas africanos contra os brancos em África. Os Nianjas moçambicanos tinham grande contacto com os malawianos sendo facilmente influenciados por estas ideias. Deste modo, a subversão encontrou inicialmente, o apoio de Hastings Banda, contudo este apoio foi enfraquecendo devido à oposição interna levada a cabo precisamente pelos Nianjas. O Malawi autorizou que a FRELIMO fosse representada no território, mas não autorizou a implementação das suas bases nesse território, para isto concorrem as intenções do governo do Malawi no sentido de ter acesso ao mar através território moçambicano.

No caso da Zâmbia, antiga Rodésia do Norte, o seu presidente, Keneth Kuanda⁴¹, desde a independência deste país em 1964, assumiu também uma posição anticolonialista prestando apoio aos movimentos emancipalistas. Apesar da Zâmbia, como país interior, ter feito escoar os seus produtos por outros países, como a República da África do Sul, Malawi sempre teve intenções de aceder ao mar, através do controlo de uma faixa terreno

³⁸ Presidente da antiga Tanganica, e da atual Tanzânia, desde a sua independência em 1962 até 1985

³⁹ “Em fins de 1963 a ilha de Zanzibar, em frente à Tanzânia, tornou-se independente, e logo a seguir, após a revolução sangrenta, caiu na órbita comunista”

⁴⁰ Primeiro-ministro do Malawi de 1946 até 1966 e desta data até 1994 presidente do mesmo país

⁴¹ Primeiro presidente da Zâmbia, desde a sua independência do Reino Unido, até 1991

compreendida entre o rio Zambeze e o rio Pungué, incluindo assim, o porto da Beira.(EME, 1969)

A Rodésia do Sul declarou independência unilateralmente, em novembro de 1965 após a dissolução da Federação das Rodésias e do Niassalândia. Aqui existia uma vasta população branca sob um regime dominado por brancos, liderado por Ian Smith⁴². Situação que lhe custou a aplicação de sanções económicas por par de Inglaterra ampliadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) impondo-lhe o bloqueio ao porto da Beira. Sempre teve boas relações com Moçambique motivadas pelo interesse em preservar a fronteira comum das infiltrações por parte dos guerrilheiros da ZAPU (Zimbabwe African People's Union) e ZANU (Zimbabwe African National Union)⁴³ bem como, dos guerrilheiros da FRELIMO. Para além disso, a sua postura convergia com a de Moçambique em matéria da legitimidade da presença de brancos na África Austral.

Um referendo realizado em 1960, na República da África do Sul, ditou a sua desintegração da Commonwealth, em maio de 1961, implementando um modelo de separação das comunidades étnicas, através do Apartheid, com o domínio da comunidade branca, ainda que sofrendo pressões de vários países da comunidade internacional. A sua riqueza em minerais e boa posição estratégica permitiu-lhe o desenvolvimento económico e poder militar. Apoiou o regime da Rodésia e manteve boas relações com Moçambique e Angola na área económica e militar.(EME, 2012)

⁴² Primeiro-ministro da Rodésia do Sul entre 1964 e 1965 e primeiro-ministro da Rodésia após a sua independência até 1979

⁴³ ZAPU: União do Povo Africano do Zimbábue; ZANU: União Nacional Africana do Zimbábue

APÊNDICE D: MOVIMENTOS EMANCIPALISTAS EM MOÇAMBIQUE

- Associação Nacional Africana do Moatize, criada em 1959 a fim de subverter pessoal da região carbonífera do Moatize, passando mais tarde a designar-se por União Nacional de Moçambique (UNAMI);
- A Mozambique African National Union (MANU) ou, União Nacional Africana de Moçambique, fundada em 1960 na Tanzânia, pretendeu unir os macondes, mas sem sucesso sendo, no entanto, a primeira a organização a iniciar a subversão violenta com o assassinato o padre da missão de Nangololo, em Cabo Delgado, em agosto de 1964;
- A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), fundada em 1960, na Rodésia por Adelino Gwambe nunca deixou de existir, mas também nunca conseguiu realizar as suas intenções;
- A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), constituída em 1962, com o intuito de unir a UNAMI, a MANU e a UDENAMO, cujos presidentes eram candidatos a presidência deste partido, que será abordado à frente com mais profundidade;
- A UDENAMO é reconstituída, ainda em 1962 por Adelino Gwambe, inconformado com a derrota nas eleições para a presidência da FRELIMO;
- No final de 1962, é criado o Partido Kilidom para a Liberdade, na Rodésia, sendo mais tarde designado de Mozambique African National Congress (MANC) com objetivo de unir os portugueses de Moçambique e evitar a formação de mais partidos;
- Em maio de 1963 foi formada a Frente Unida Anti-Imperialista Popular de Moçambique (FUNIPAPO), no Uganda, em contestação à FRELIMO sob suposta influência americana e, pretendendo também a restauração da UDENAMO e da MANU, por intermédio de Adelino Gwambe;
- Logo após a independência da Zâmbia, surge o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) com o pretexto de unir todas as organizações anti-portuguesas, mas que resultou apenas da união entre a UDENAMO e MANC, presidido por Adelino Gwambe, expulso foi expulso no final do mesmo ano. O COREMO iniciou no fim de 1965, ações subversivas no noroeste do distrito de

Tete, que se prolongaram por mais dois anos, acabando por ser ultrapassado pela FRELIMO a partir de 1968;

- Adelino Gwambe inconformado com os insucessos anteriores, formou em novembro de 1966, o Partido Popular de Moçambique (PAPOMO), sediado no Malawi e que, apesar do apoio da China comunista não conseguiu definir-se por dificuldades impostas pelo governo Malawiano;
- Em princípios de 1968, foi criada a União Nacional da Rombézia⁴⁴ (UNAR), no Malawi, com objetivo de obter, de forma pacífica, negociações com o governo português para a independência da região moçambicana compreendida entre os rios Rovuma e Zambeze, mais tarde passou a designar-se de União dos Naturais de Moçambique (UNAMO) composta maioritariamente por dissidentes da FRELIMO, opondo-se à última e ao COREMO, que acusam de comunistas e tribalistas (EME, 1969);
- Apesar da sua origem remontar a 1949, em Lourenço Marques, a União Nacional de Estudantes de Moçambique (UNEMO), após ser desmembrada em 1961 e passar a ser considerada membro da FRELIMO em 1962, tendo como presidente Joaquim Chissano, muda a sua sede para Dar-es-Salam, em 1965 - dela faziam parte estudantes do exterior como, EUA, URSS, Checoslováquia, Itália, França, RFA e China. (EME, 1969);

⁴⁴ “Região moçambicana compreendida entre os rios Rovuma e Zambeze(dai o nome de Rombézia)” (EME, 1969)

APÊNDICE E: GUIÃO DE ENTREVISTA

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada



ENTREVISTA

Esta entrevista está inserida no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, incluído no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar, subordinado ao tema “O papel dos Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) em Moçambique de 1971 a 1974”.

Posto: Coronel(reforma) **Nome:** Hilario Manuel Pólvora Peixeiro
Função: ----- **Unidade:** -----
Período de participação nos GEP: FEV73 a JUN74 **Posto:** Capitão
Função: Cmdt de Comp e Oficial de Ligação com Comandos de Sector e Comandos Operacionais, Especiais e temporários **Data:** 20/03/2017 **Hora:** 15h40

Q.1. No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?

R.1: Terá sido levar os jovens moçambicanos a participar, através de uma força especial, de que se orgulhassem, no esforço de guerra que aumentava constantemente.

Q.2. Sendo já militar graduado, teve alguma formação específica para integrar estes grupos? Se sim, em que consistiu (resumidamente)?

R.2: Como militar do QP fiz somente o Curso de Paraquedismo quando ingressei nestas tropas especiais.

Q.3. Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?

R.3: Eram recrutados entre todos os mancebos naturais de Moçambique ou militares metropolitanos que se oferecessem.

Q.4. No seu entender, quais as diferenças (vantagens/desvantagens) entre o soldado nativo e o soldado da metrópole?

R.4: Não havia qualquer diferença entre os militares dos GEP qualquer que fosse a sua origem.

5. Quais eram, na sua opinião as motivações que levavam alguns nativos a integrar os GEP?

R.5: Na verdade, os mancebos incorporados na instrução não eram, dum modo geral, voluntários, até porque na sua quase totalidade nunca tinham viajado de avião e saltar de um deles não fazia parte do seu imaginário. No entanto findo o curso que implicava a realização de 5 saltos, não tenho conhecimento de qualquer deserção.

Q.6. Era possível aos militares nativos dos GEP chegarem a funções de comando? Como?

R.6: Não havia qualquer impedimento desde que tivessem condições para o desempenho das funções. Se militares nativos pressupõe pretos havia graduados, cabos e sargentos pretos e soldados brancos.

Q.7. Era recorrente a infiltração em para-quedas nas operações?

R.7: Não. Nunca se realizou nenhuma operação com lançamento de paraquedistas.

Q.8. Que armamento e equipamento era utilizado pelos militares dos GEP?

R.8: O normal em todas as unidades do Exército.

Q.9. Pode descrever o tipo de operações em que eram empregues estes grupos?

R.9: Eram empregues, essencialmente, em assaltos a locais onde fosse referenciada a presença forças inimigas e em reconhecimento para deteção dessas forças. Havia um pequeno grupo de GEP, conhecido pelos "Mandiocas" que atuava sempre infiltrada nas zonas onde se conhecia a presença da guerrilha e não utilizavam nada que os pudesse identificar com as NT, nem fardamento, nem armamento, nem equipamento, nem rações de combate. Tinham por isso os melhores resultados operacionais de todos os grupos.

Q.10. Pode contar, algum episódio da sua experiência em operações com os GEP?

R.10: Nada que mereça ser relatado.

Q.11. O que aconteceu aos militares africanos dos GEP, após o 25 de abril?

R.11: Regressei de Moçambique em Junho de 1974 e não tenho elementos concretos sobre os seus destinos para além de saber que alguns foram para os países vizinhos. Os que ficaram, não sei se muitos, não sei como foram tratados pelas novas autoridades, mas a exemplo do que aconteceu na Guiné não imagino nada de bom.

Esperando que de alguma coisa lhe sirvam os poucos elementos que lhe envio desejo-lhe as maiores felicidades para o futuro.

Um abraço,

Hilario Peixeiro

Obrigado pela sua colaboração.

Bruno Amorim

Asp Inf

APÊNDICE F: GUIÃO DE ENTREVISTA

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada



ENTREVISTA

Esta entrevista está inserida no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, incluído no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar, subordinado ao tema “O papel dos Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) em Moçambique de 1971 a 1974”.

Posto: Coronel (reforma) **Nome:** João Saraiva Coelho

Função: ----- **Unidade:**-----

Período **de** **participação** **nos** **GEP:**

_____ **a** _____ **Posto:** _____

Função: _____

Data: 04/04/2017 **Hora:** 20h40

Q.1. No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?

R.1.Começando por lembrar que à data era Comandante Chefe o General Kaúlza, que estivera na criação/evolução da Força Aérea e dos paraquedistas em Portugal, e com a “ajuda” de um Oficial paraquedista (Cor. Costa Campos), iniciou a formação desta tropa especial, com o fim de aumentar as forças de intervenção em Moçambique e atrair voluntários nativos com uma formação militar boa e compensando com os atrativos de Fardamento, Boina encarnada e, sobretudo, dinheiro, já que o “pré” deste pessoal era muito

muito atrativo. Por outro lado, a Metrópole tinha cada vez maiores dificuldades em recrutar jovens para satisfazer as necessidades da guerra que nos diversos TO se estendia geograficamente por mais território.

Como um aparte político devo dizer –e pode não ter interesse para o seu trabalho –o seguinte: A África do Sul e a Rodésia eram Países “brancos”. Nesta época eram fortes as perspectivas de Moçambique independente e branco como os vizinhos.

Um “grande” naquele país era o Eng. Jorge Jardim e tinha o apoio do Governo de Marcelo Caetano, e do Comandante Chefe (Kaúlza) - e aqui é importante também o Cor. Costa Campos que referi acima, com vista à independência, e os GEP’s viriam a ser as suas TROPAS ESPECIAIS. Claro que eu não juro isto, mas...entendeu?

Q.2. Sendo já militar graduado, teve alguma formação específica para integrar estes grupos? Se sim, em que consistiu (resumidamente)?

R.2. Sendo Capitão, como outros mais, a formação foi apenas fazer o curso de paraquedismo nos moldes dos paraquedistas Portugueses. Por isso a primeira “força” de formação foi feita por voluntários do Batalhão de Paraquedistas de Moçambique, graduando-os no posto acima, (outro incentivo monetário).

Q.3. Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?

R.3. O recrutamento para oficiais e sargentos era feita por voluntariado quer nas tropas já em serviço na Região Militar, quer no Centro de Instrução de Boane, perto de Lourenço Marques.

Além disto, os soldados recrutavam-se através das Autoridades Administrativas fazendo pelas Localidades (várias e muitas) em “banjas” – assembleias, será o nome mais próximo em português corrente. Em seguida, no Centro de Instrução dos GEP eram incorporados e alvo de instrução que era “cópia” dos nossos Páras, à época, seguida de pelo menos seis saltos na área do Dondo, perto da cidade da Beira, após o que avançavam para um TO, normalmente nos “distritos” de Tete e Beira.

Q.4. No seu entender, quais as diferenças (vantagens/desvantagens) entre o soldado nativo e o soldado da metrópole?

R.4. Vantagens/desvantagens? No mínimo esta gente aguentava bem melhor o cansaço, a sede, a fome, e quando bem motivados eram capazes de tudo. Sabiam andar no mato, bons pisteiros.

Q.5. Quais eram, na sua opinião as motivações que levavam alguns nativos a integrar os GEP?

R.5. Quanto às motivações já referi acima. Fardamento, boina encarnada (como os nossos Comandos hoje) e um bom vencimento, isto em termos locais, claro. Eram uma elite e dava “ronco”, termo local para o tipo com “classe”

Q.6. Era possível aos militares nativos dos GEP chegarem a funções de comando? Como?

R.6. Sim. Até posto na classe de sargento. Por norma graduados e não por promoção.

Q.7. Era recorrente a infiltração em para-quedas nas operações?

R.7. Nunca. Em boa verdade o ser paraquedista neste caso era mais um a vaidade do que outra coisa. Para o nativo isto era muito importante, além do dinheiro, claro.

Q.8. Que armamento e equipamento era utilizado pelos militares dos GEP?

R.8. Era exatamente o mesmo que o usado pelas NT, exceto em algumas operações especiais em que era usado armamento apreendido ao IN.

Q.9. Pode descrever o tipo de operações em que eram empregues estes grupos?

R.9. As operações eram de todo o tipo. Essencialmente funcionavam como tropa de reforça às nossas Unidades de quadrícula para operações de curta duração. Em alguns casos raros entravam em quadrícula em aquartelamentos improvisados, por vezes de maior duração – poderia chegar aos 4 meses.

Q.10. Pode contar, algum episódio da sua experiência em operações com os GEP?

R.10. Não respondi à questão nº 10 porque isso são outras histórias, e levaria muito tempo a contar. Mas considere que era tudo normal.

Q.11. O que aconteceu aos militares africanos dos GEP, após o 25 de abril?

R.11. A Frelimo temia por demais esta tropa. Tirando casos excepcionais em que alguns foram “integrados” nas forças da Frelimo, um número não calculado veio para Portugal por medo de represálias, uma boa quantidade (nº?) foram perseguidos e mortos. Talvez a maioria tenha desaparecido no território imenso e com nova vida, finalmente uns quantos engrenaram em outras forças na África do Sul.

Obrigado pela sua colaboração.

Bruno Amorim

Asp Inf

APÊNDICE G: GUIÃO DE ENTREVISTA

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada



ENTREVISTA

Esta entrevista está inserida no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, incluído no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar, subordinado ao tema “O papel dos Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) em Moçambique de 1971 a 1974”.

Posto: Brigadeiro-General (reforma) **Nome:** Picão de Abreu

Função: ----- **Unidade:**-----

Período de participação nos GEP: 1971 a setembro de 1974 **Posto:** Capitão

Função: _____

Data: 05/04/2017 **Hora:** 20h40

Q.1. No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?

R.1: Os GEP surgiram, na minha óptica... já existiam os GE. As necessidades de tropas nos vários TO eram grandes e a metrópole estava já exaurida de recursos humanos. Portanto, é natural que o Comando Chefe entendesse que o recrutamento da Província pudesse dar uma ajuda. Já havia os GE. Tinham uma característica local. E, a criação dos GEP deve-se, em parte a que, o Tenente Coronel Sigfredo Ventura da Costa Campos foi promovido a Coronel e portanto deixava de comandar batalhão, para passar a ficar disponível. E como o Coronel Costa Campos era um homem ativo e com muita imaginação, pode-lhe ter surgido a ele a ideia de criar uns grupos especiais com características diferentes: paraquedistas -que era o sítio de onde ele era oriundo. E, terá

falado nisso ao General Comandante, penso eu que terá sido assim... E o General Comandante achou que era “pão para a boca”. Era uma possibilidade de aumentar o recrutamento e de ter uns grupos especializados com um caracter territorial geral. Não só local, como eram os GE mas, uma força de intervenção que poderia ser aplicada em qualquer zona do TO de Moçambique. Eu fui sondado pelo Coronel Costa Campos, para ir pertencer aos GEP. Acabei por ser nomeado. Entretanto, por razões de vária ordem, eu achei que era um distanciamento muito grande entre Capitão e Coronel, e os meus pontos de vista nem eram todos muito conforme os do Coronel Costa Campos mas o General Kaulza lá me convenceu que era mais uma razão para eu aceitar e acabou por se nomear mais um Capitão, mais antigo quase major - era o Rodrigo de Lobo de Ávila que esteve connosco pouco mais de um mês porque entretanto foi para o Curso de Estado-Maior (CEM). E fiquei eu e o Coronel Costa Campos na fase inicial.

Depois, seguiu-se uma primeira fase, que foi a fase do recrutamento, Aí fomos ajudados por um senhor civil, Cristina – que era o “lacaio” do Engº Jorge Jardim. Este início dos GEP teve muito relacionado com o Engº Jorge Jardim, na medida em que nós não tínhamos aquartelamento. Começamos a nossa fase inicial nos canis do BCP31, que estavam vazios. Eu, o Rodrigo de Lobo d’Ávila e o tal Cristina a elaborar fichas o recrutamento. O recrutamento foi feito em varias áreas, co a ajuda desse Cristina, que falava várias línguas nativas. Entretanto o Eng Jardim disponibilizou-nos umas instalações no Dondo. Embora tenhamos começado no BCP31, transitoriamente, depois arrancamos para o Dondo, onde começamos a instrução dos primeiros três GEP (o 001, o 002 e o 003). Na altura havia o comandante, era eu e o aspirante. Depois houve necessidade de crescer. Veio mais um capitão, o Capitão Costa, depois o Capitão Feijó.

Tive algumas dificuldades iniciais relativas à logística. Fizemos os três grupos e eu saí a comandá-los operacionalmente, na primeira atividade operacional. Ficou o Costa cá em baixo (CIGE), depois vieram mais capitães e continuamos com o recrutamento. Chegamos a ter 12 GEP.

Os GEP eram ao fim ao cabo, uma tropa recrutada pro nós, instruída por nós, fardada por nós, alimentada por nós, paga por nós, comandada por nós. Uma tropa regular com características da tropa especial.

Chegou-se a dizer que os GEP eram a tropa do Eng. Jardim. Completamente negativo. Essa imagem vem do Cristina ter ajudado no recrutamento, de estarmos no Dondo em instalações que eram da Lusalite, administrada pelo Eng. Jardim e de quando o

Cor Costa Campos, por uma questão de propaganda e de criar ânimo, montou um curso de paraquedismo de queda-livre, frequentado por alguns GEP (7 ou 8). E, um dos instrutores foi a Carmo Jardim, filha de Jorge Jardim. Isto foi ampliado pela imprensa que dizia: “Carmo Jardim: Instrutora dos GEP”. Criou-se a falsa ideia de que os GEP tinham alguma coisa a ver com o Jorge Jardim. Dependíamos diretamente do Comando-Chefe. Se o Jardim tinha alguma influência no Comando-Chefe...podia ter. Passado estes anos todos posso dizer que numa ocasião, queríamos intersear a infiltração de uns guerrilheiros da FRELIMO na Serra da Gorongosa. O Jorge Jardim conhecia bem aquela zona e quis vir connosco e o Coronel Costa Campos deixou-o ir, mas não se conseguiu nada.

Q.2. Sendo já militar graduado, teve alguma formação específica para integrar estes grupos? Se sim, em que consistiu (resumidamente)?

R.2. Não havia uma formação específica para além do curso de paraquedismo (para os ainda não o tivessem). Eu próprio fiz o curso de Paraquedismo. Porque todos traziam experiência de combate (maioria dos BCP). E, eram uma “tropa económica”. Com a necessidade de crescer, entre aqueles fossem mais dotados, os cabos eram graduados em furriéis, os furriéis em 2ºsargentos e os 1ºsargentos em alferes. Houve até dois que eram que foram graduados em capitães

Q.3. Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?

R.3: De início, fizemos recrutamento em vários locais. Íamos apanhar pessoal na mata depois, a partir de determinada altura, eles vinham-se oferecer. Talvez os GEP tenham começado a ter alguma projeção e no final, o recrutamento já não era a dificuldade do início. No início, alguns nem português falavam bem, o que era uma dificuldade, tínhamos de ter intérpretes. Os primeiros eram muito “rurais”, digamos assim, tivemos de começar com a alimentação típica deles, com o peixe seco... Era um bocado complicado cozinhar essas comidas tradicionais para tanta gente. Porque para formar os primeiros três grupos, e cada grupo tinha entre 60 a 80 homens, recrutamos cerca de 500 homens, partindo do princípio que metade não tinha aproveitamento na instrução. Essa fase foi interessante porque a alguns tivemos mesmo que lhes ensinar a falar português. Vinham de

várias etnias e regiões, o que nos permitia ter pessoal que falava os dialetos de vários locais. Não tinham um âmbito regional mas sim territorial.

Quanto à instrução, estava organizada em três partes.

A primeira parte era a recruta, não me lembro quanto tempo durava mas julgo que cerca de 3 a 4 semanas. Não chumbavam muitos. Servia mais para selecionar os militares por robustez, capacidade de aprendizagem, com alguma dificuldade física que pudesse aparecer, para despistar casos de alguma dependência (álcool ou drogas).

Depois, era o curso de paraquedismo. O curso de paraquedismo, similar ao ministrado nos BCP, era ministrado nos GEP por sargentos e oficiais paraquedistas e era a verdadeira seleção porque tinha uma dureza física muito grande, tal como os comandos. O esforço físico exigido era muito grande para os levar a um estado de exaustão. De modo a levá-los a: “Eu não aguento mais. Desisto!” ou então, “Eu posso morrer, mas não desisto!”. O que interessa é aquele que não desiste. Havia uma particularidade. Não tínhamos torre para saltar portanto, o primeiro salto era do avião.

Depois, era a instrução de combate. A recruta era voltada para a instrução individual. E, a instrução de combate era voltada para o combate, para a integração na secção e no grupo de combate. E simultaneamente, faziam-se os saltos.

Q.4. No seu entender, quais as diferenças (vantagens/desvantagens) entre o soldado nativo e o soldado da metrópole?

R.4: O soldado da metrópole quando chegava lá estava desenquadrado. Mas com alguns meses de trabalho e com a rusticidade própria, fazíamos maravilhas com o nosso soldado. Ainda assim o soldado nativo tinha vantagens. Estava habituado àquela mata, a seguir pistas, conhecia a planta da qual se podia extrair água, conhecia os frutos comestíveis, sabia o dialeto para falar com as populações. Portanto a vantagem do nativo era conhecimento do terreno, o conhecimento da língua. O soldado da metrópole passado alguns meses diminuía essas dificuldades mas nunca chegava ao ponto deles. O soldado da metrópole ao fim de dois anos podia conhecer bem a sua ZA mas se mudasse... Lá, cada local tem as suas características próprias e as próprias populações mudam muito de costumes de um lado para o outro. Era uma vantagem muito grande, principalmente na língua, porque o recurso a intérpretes deixa-nos sempre na dúvida.

Ressalvo aqui o grande valor do soldado português que não ficava nada atrás do nativo em termos de desembaraço mas, em termos de adaptação ao meio o nativo tinha vantagens. Se me perguntar se trocava a minha primeira companhia de cavalaria pelos GEP eu não trocava. Talvez porque “não há amor como o primeiro” e, vindos todos do mesmo sítio (metrópole) ... o perigo une mais as pessoas. Sentia-se mais essa união. Embora me sentisse igualizado nos GEP. O soldado negro é de uma dedicação e de uma lealdade invulgares, muito melhor que o soldado branco. Cumpriam intransigentemente as ordens dos comandantes dos GEP, porque cheguei a ter problemas de alguma insubordinação em relação a outros militares que não pertenciam aos GEP, quando fora do quartel. É natural que no início, o soldado nativo também apresentava algumas limitações em termos de aprendizagem mas mais para o final começaram a aparecer nos GEP militares mais cidadãos que sabiam bem português...

Q.5. Quais eram, na sua opinião as motivações que levavam alguns nativos a integrar os GEP?

R.5. No início o Cristina que falava na língua deles motivava-os muito, dizendo: “Juntos venceremos!”, que a FRELIMO não prestava. Não era difícil recrutar pessoal para os GEP. Estando nos GEP, recebia-se por lei, a gratificação de GE, A gratificação de atividade aeroterrestre mais a subvenção de campanha a 100%. Para além disso, para alguém que vivia no mato, ter alimentação e ordenado oferecia uma estabilidade enorme. Honestamente, não os estou a ver com motivações políticas, contra ou a favor da FRELIMO. Ainda hoje, estou convencido que eles vinham pela garantia de emprego, pela estabilidade, pela possibilidade de contactar com “a cidade”, pela farda pela boina, por um certo estatuto. Tal como aqui, os politizados são as pessoas da cidade, não coloco aqui quaisquer conotações de “portuguesismo” ou de “anti-FRELIMO”...

Q.6. Era possível aos militares nativos dos GEP chegarem a funções de comando? Como?

R.6: Posso dizer que alguns militares nativos ascenderam por mérito próprio. É claro que para um soldado não era fácil chegar a capitão tão depressa. Embora haja o caso de sargento-ajudante - o Ajudante Biguane, que chegou a Capitão. Mas sim, quando se distinguiram pela capacidade de comando e de liderança

Q.7. Era recorrente a infiltração em para-quedas nas operações?

R.7: Não. Como já disse o curso de paraquedismo era mais uma forma de seleccionar e de dar rusticidade ao pessoal. Não era uma utilização recorrente nos GEP nem nos próprios paraquedistas.

Q.8. Que armamento e equipamento era utilizado pelos militares dos GEP?

R.8: Era o nosso. Era o do Exército português.

Q.9. Pode descrever o tipo de operações em que eram empregues estes grupos?

R.9: Eram empregues em qualquer tipo de operação que tropa portuguesa fazia em operações de intervenção: assaltos a bases, emboscadas. Basicamente fazíamos operações de intervenção. Era a tentativa de localização de grupos In.

Nós já tínhamos uma coletânea de roupas capturadas à FRELIMO, não se podia dizer que fossem fardas e armamento. Um dia sugeri ao Coronel Costa Campos que, aproveitando esse material, se escolhesse “a dedo” uns grupos pequenos disfarçados de guerrilheiros da FRELIMO para ultrapassar os acessos às suas bases. Havia uma grande dificuldade em chegar às bases porque éramos detetados pelas populações controladas pela FRELIMO que alertavam da nossa presença, os guerrilheiros fugiam em debandada e, quando chegávamos às bases não encontrávamos ninguém. Era difícil o contacto com o In por nossa iniciativa. Mas, o Coronel Costa Campos não aceitou. Passado uns tempos foi ele próprio a sugerir. E fez-se. Esse “Grupinho”, 5 a 7 homens, era comandado por um furriel. Tinha também um cabo. Eram os dois muito bons. Estas operações (operações “Mandioca”) tiveram inicialmente um bom sucesso. Mas o In apercebendo-se destas começaram a implementar medidas de segurança: guias de marcha, senha e contra-senha... Acabámos por parar com as operações “Mandioca”.

Q.10. Pode contar, algum episódio da sua experiência em operações com os GEP?

R.10: Posso falar-lhe de uma situação curiosa, em que chegado de uma operação, um camarada capitão me disse: “Já viste que és o único branco no meio desta tropa toda”. Eu nem tinha reparado. Isto mostra bem o estado de espírito em que se estava integrado naquilo.

Q.11. O que aconteceu aos militares africanos dos GEP, após o 25 de abril?

R.11: À data do 25 de abril, tínhamos 2 GEP em formação, que não tinham tido ainda atividade operacional, que tentamos em conversas com os oficiais da FRELIMO para que os aproveitassem. Ficavam com duas companhias de Paraquedistas prontas. Eles concordaram mas o Samora Machel não deixou e tiveram de ser passados à disponibilidade. Foi uma pena porque ficavam com duas companhias prontas que já tinham sido instruídas noutra psicologia diferente da do início, sem terem entrado em combate portanto, sem estarem maculados por qualquer outra coisa. Outros tiveram que vir para cá (Portugal). Mas conseguimos, com os contactos que estabelecemos com o Brigadeiro Cara Alegre Tembe, comandante territorial da Beira (FRELIMO), evitar que os GEP fossem tão vítimas como foram os Comandos africanos na Guiné e criar uma boa convivência. Mas quem lhe pode responder melhor sobre isto é o Coronel Serra Pinto porque me vim embora em 28 de setembro de 1974 e o Coronel Serra Pinto é que fechou o Dondo, assinou a última Ordem de Serviço dos GEP.

Obrigado pela sua colaboração.

Bruno Amorim

Asp Inf

APÊNDICE H: GUIÃO DE ENTREVISTA

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada



ENTREVISTA

Esta entrevista está inserida no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, incluído no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar, subordinado ao tema “O papel dos Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) em Moçambique de 1971 a 1974”.

Posto: Tenente-Coronel (reforma) **Nome:** Serra Pinto

Função: ----- **Unidade:**-----

Período de participação nos GEP: _____ a de 1974 **Posto:** Capitão

Função: _____

Data: 10/04/2017 **Hora:** 14h30

Q.1. No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?

R.1: Eu entendo que, o Exército e o estado português, se forem representados pelo General Kaúlza, que conhecia bem Moçambique, gostaria de ter uma tropa que pudesse ter “na mão”. Alias, ele já tinha criado em Portugal os Paraquedistas. Nada melhor que puder criar uma força muito especial que eram os Paraquedistas africanos. E, ter realmente uma força muito importante “na mão”. Sabe-se que os GEP eram forças irregulares mas, tinham um elevado nível de disciplina, tal como todo o soldado africano quando devidamente comandado. Esses grupos tiveram de facto uma importância muito grande no desenrolar da guerra em Moçambique.

Q.2. Sendo já militar graduado, teve alguma formação específica para integrar estes grupos? Se sim, em que consistiu (resumidamente)?

R.2. Para integrar nos GEP era preciso ser paraquedista. Alias, inicialmente alguns elementos que integraram os GEP foram escolhidos mas, mais tarde passaram a ser voluntários. Posso até acrescentar que nas cidades quando alguns cidadãos quer fossem brancos ou negros, em vez de cumprir serviço numa tropa normal, para a qual seriam chamados, decidiram ser voluntários para os GEP.

Q.3. Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?

R.3: Os militares ofereciam-se para os GEP e tinham-se cuidados médicos, faziam-se inspeções, etc... depois, começava a vida difícil para eles. Era um longo caminho até ganharem a boina vermelha. Faziam o curso de paraquedismo onde havia muitos chumbos. É curioso também que a maior parte deles nunca tinha entrado num avião, e a primeira vez que o faziam era para saltar do mesmo porque no campo de treinos não tínhamos uma torre de saltos. Posso até dizer que uma vez, um coronel americano adido militar em Lisboa foi visitar os GEP. Nós mostramos-lhe o que tínhamos para “fazer” os paraquedistas. Eu reparei que ele olhava para todo lado à procura de qualquer coisa. Eu disse-lhe que aquilo que ele procurava não ia encontrar, por que não existia. Disse-lhe: ”Aqui não é preciso porque nós somos muito desembaraçados.”Havia um certo cuidado em escolher as pessoas com uma certa aptidão, com uma certa capacidade e mesmo com uma certa vontade de ser soldado GEP.

Depois, tinham ainda uma parte muito dura, que era o curso de combate. Nalgumas provas existia uma viatura, tipo “carro vassoura”, para os desistentes, ficavam muito tristes mas... No curso de combate eram integrados nos grupos de combate. Terminada esta fase da instrução tinham a boina vermelha.

Q.4. No seu entender, quais as diferenças (vantagens/desvantagens) entre o soldado nativo e o soldado da metrópole?

R.4: A experiência daqueles que iam recrutando para os GEP permitiu-nos chegar a uma conclusão. É que, as tropas nativas são excelentes combatentes. Eles tinham particular aptidão, uma vez que tinham nascido e crescido no ambiente africano. Eu achava muito curioso a forma como eles se comportavam no mato. Se não houvesse rações de combate, não havia problema porque eles sabiam procurar aquilo que podiam comer e beber. África é muito rica nisto. Tinham um enorme orgulho na sua boina e uniforme. Tinham um respeito incalculável pela bandeira portuguesa. O soldado moçambicano, particularmente, tinha o sentimento de ser soldado de Portugal. Eram indivíduos de enorme honestidade e lealdade. Eu lembro que nunca desapareceu uma arma das nossas unidades.

Q.5. Quais eram, na sua opinião as motivações que levavam alguns nativos a integrar os GEP?

R.5: Integrar os GEP era para alguns um sonho. Pela farda, pela boina, pela postura que admiravam nos GEP. Quando saiam das unidades para as suas terras sentiam uma certa superioridade e orgulho, e tinham a admiração das populações.

Q.6. Era possível aos militares nativos dos GEP chegarem a funções de comando? Como?

R.6: Sim. Estou a lembrar-me de casos em que muitos soldados eram graduados em furriéis, muitos furriéis e sargentos que foram alferes. Ganhavam essas graduações por factos e feitos em combate.

Q.7. Era recorrente a infiltração em para-quedas nas operações?

R.7: Pela prática, chegamos à conclusão de que era muito mais fácil para nós utilizar o helicóptero e, pouco a pouco, continuava-se a saltar para manter a qualificação aeroterrestre. Em muitas operações não era necessário muito pessoal portanto utilizávamos o helicóptero.

Uma vez houve um helicóptero que foi atingido, teve que aterrar muito perto do In o piloto foi recolhido por outro helicóptero. Nós tivemos de aguentar o desejo que o In tinha de destruir o helicóptero durante toda a noite. E nós não deixamos. Foi uma noite muito muito difícil...

Q.8. Que armamento e equipamento era utilizado pelos militares dos GEP?

R.8: O equipamento que se utilizava era praticamente o mesmo que se utilizava pelas nossas outras unidades.

Q.9. Pode descrever o tipo de operações em que eram empregues estes grupos?

R.9: Eram o tipo de operações que cada situação exigia. Mas, posso dizer, que nunca optávamos por grandes concentrações de pessoal.

Q.10. Pode contar, algum episódio da sua experiência em operações com os GEP?

R.10:

Q.11. O que aconteceu aos militares africanos dos GEP, após o 25 de abril?

R.11: Os GEP não tinham a admiração da FRELIMO. No entanto, por informações concretas e absolutamente verificados e, por várias pessoas que têm a capacidade pela situação em que estão etc... Os GEP não foram castigados, digamos assim, depois de nós virmos embora. Os GEP regressaram às suas terras, Temos conhecimento absoluto que não aconteceu qualquer tipo de ação para descriminar os GEP de outros cidadãos. E, muitos menos foram molestados fisicamente ou eliminados.

Obrigado pela sua colaboração.

Bruno Amorim

Asp Inf

APÊNDICE I: GUIÃO DE ENTREVISTA

ACADEMIA MILITAR

Trabalho de Investigação Aplicada



ENTREVISTA

Esta entrevista está inserida no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, incluído no Tirocínio para Oficial de Infantaria da Academia Militar, subordinado ao tema “O papel dos Grupos Especiais Paraquedistas (GEP) em Moçambique de 1971 a 1974”.

Posto: Coronel de Infantaria OEsp c/CEM (reforma) **Nome:** António Feijó de Andrade Gomes **Unidade anterior:** Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais e Diretor da Delegação do Norte do Instituto da Defesa Nacional **Período de participação nos GEP:** Agosto de 1970 a Maio de 1971 **Posto:** Capitão **Função:** Oficial de Operações e Diretor de Instrução **Data:** 17/04/2017 **Hora:** 12h20

Q.1. No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?

R.1: Em 1970 a capacidade de mobilização de militares metropolitanos para a Guerra do Ultramar estava a chegar ao seu limite. As unidades e subunidades (batalhões e companhias) mobilizadas já não iam completas no seu QO de pessoal (praças), recebendo, no TO de destino, os militares que lhe faltavam que eram oriundos do recrutamento local.

Como a grande maioria das subunidades militares do Exército eram destinadas a missões de quadrícula (ocupação permanente do terreno), havia necessidade de tropas destinadas a missões de intervenção nos diferentes “Sectores” das “Zonas de Intervenção” [“A” – Niassa, com o comando em Vila Cabral (que tinha aumentado o seu tamanho pela extinção do “Sector E”, com o seu comando em Marrupa), “B” - Cabo Delgado, com o

comando em Porto Amélia e o comando avançado em Mueda, e “F” – Tete, com o comando na cidade de Tete. Os sectores “C”- Beira e “D”- Zambézia, bem como o restante território de Moçambique eram consideradas zonas de descanso para onde rodavam as subunidades de reforço à guarnição normal, normalmente após um ano em áreas de combate, o que não raras vezes não acontecia devido à falta de tropas (metropolitanas) que as substituíssem] missões que estavam entregues a companhias de Paraquedistas e Comando, destacamentos de Fuzileiros Especiais, algumas companhias de atiradores (oriundas de unidades mobilizadoras da Metrópole, Regimentos de Infantaria, Batalhões de Caçadores, Regimentos de Cavalaria e Regimentos e Grupos independentes de Artilharia) e uma ou outra companhia de caçadores da guarnição normal (de recrutamento local, o que era raro).

Constatava-se a necessidade de haver tropas “especiais” da guarnição “normal”, de recrutamento muito variado que integrasse antigos guerrilheiros e homens oriundos das zonas mais envolvidas em atividades operacionais, com boa preparação técnico-tática e psicologicamente motivados, possuísem muito boa capacidade para desenvolver missões de intervenção, especialmente com a possibilidade de projeção para os territórios estrangeiros onde o inimigo tinha os seus “santuários”, uma vez que estava completamente vedado às tropas oriundas da Metrópole e às da guarnição normal fazê-lo, para evitar dar crédito a denúncias na ONU (apresentando prisioneiros que eventualmente o In fizesse nos eventuais confrontos com as NT). Estas forças, como já referi, podiam ser uniformizadas e armadas como as forças da FRELIMO, quando se tornava necessário intervir nos territórios vizinhos, ou quando de lá se infiltravam em TN seguindo os itinerários utilizados pelo In, para atacar as suas bases.

Q.2. Sendo já militar graduado, teve alguma formação específica para integrar estes grupos? Se sim, em que consistiu (resumidamente)?

R.2: Os quadros dos GEP e também dos GE eram oriundos de subunidades combatentes. Nos GEP eram oriundos dos Batalhões de Paraquedistas n. 30 e 31 (Beira e Nacala), do Exército das Subunidades Operacionais da Província, do QP e do Quadro de Complemento (milicianos), muitos com a especialidades de “Operações Especiais” e “Comandos”. Muitos dos furriéis eram oriundos de cabos, e alguns dos alferes de furriéis

que haviam sido graduados nestas patentes. O mesmo aconteceu, mais tarde, com um 1.º sargento que foi graduado em capitão. Os antigos membros do In que haviam sido recrutados, eram incorporados como soldados ou, de acordo com a sua preparação, em furriéis.

Q.3. Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?

R.3: A formação dos GEP obedecia ao princípio que um militar só se deve considerar pronto quando é “capaz” (= “pode” + “sabe”) e “quer”. Assim, era-lhes dada uma apropriada e cuidada capacidade física (“capaz-pode”), uma intensa preparação técnico-tática, fundamentalmente em armamento, tiro e técnica de combate (fase individual, de equipa e de grupo), ministrado na instrução geral e no curso de combate e o curso de paraquedismo (“capaz-sabe”) e uma forte mentalização que era efetuada pelo Orlando Cristina e outros homens autóctones que com ele trabalhavam (“quer”). Esta mentalização fugia aos cânones habituais das ações psicológicas dada às tropas regulares e era principalmente dirigida às motivações das populações moçambicanas, já conhecedoras das intenções da FRELIMO que, no caso, eram orientadas de encontro ao interesse nacional, sendo sempre ministrada em conversas pessoais e de grupo (banjas) nas diferentes línguas nativas

Q.4. No seu entender, quais as diferenças (vantagens/desvantagens) entre o soldado nativo e o soldado da metrópole?

R.4: Por norma as tropas da Metrópole eram melhor preparadas e, em combate eram muito mais eficazes e eficientes. Tinham mais iniciativa e grande capacidade para enfrentar as situações mais adversas.

As tropas autóctones (da guarnição normal) necessitavam de bom enquadramento, eram disciplinadas, mas pouco eficazes em combate, não por motivações políticas, mas por razões da sua índole e dificuldade de se moverem com facilidade nas regiões que não eram

da sua etnia. Havia exceções, naturalmente, entre as quais se encontravam as tropas GEP. Os GE atuavam bem, dentro da área de onde eram oriundos.

Q.5. Quais eram, na sua opinião as motivações que levavam alguns nativos a integrar os GEP?

R.5: As condições de vida muito melhores, o orgulho de pertencer a uma tropa de escol e a mentalização que lhe era dada, conforme já foi referido.

Q.6. Era possível aos militares nativos dos GEP chegarem a funções de comando? Como?

R.6: Só até furriel, enquanto estas forças existiram. No entanto, aquando da sua formação abordava-se a intenção de progressivamente ir ocupando todos os graus hierárquicos, dependendo isso da formação conveniente, provas dadas e capacidade de comando. O final da presença portuguesa, gorou esta iniciativa dos GEP serem o embrião do futuro exército moçambicano, como o idealizávamos nessa altura.

Q.7. Era recorrente a infiltração em para-quedas nas operações?

R.7: Não. O curso de paraquedismo funcionava mais como motivo identificador e de conceder brio a este tipo de tropas. O futuro não aconteceu... para ver esta aplicação.

Q.8. Que armamento e equipamento era utilizado pelos militares dos GEP?

R.8: Era o que era utilizado pelas forças regulares, com excepção quando forças GEP eram aplicadas fora do TN ou dentro deste, em situações especiais, altura que uniformizavam e eram armados de modo idêntico ao In.

Q.9. Pode descrever o que tipo de operações em que eram empregues estes grupos?

R.9: Operações de intervenção no interior dos diferentes sectores operacionais, de modo idêntico ao das forças de intervenção regulares. Ações de infiltração e exfiltração de territórios estrangeiro, em golpes de mão a instalações In instaladas nesses santuários, ou na sua pesquisa e destruição, partindo desses locais, usando as tradicionais linhas de infiltração.

Q.10. Pode contar, algum episódio da sua experiência em operações com os GEP?

R.10: Normal, sem nada a referir

Q.11. O que aconteceu aos militares africanos dos GEP, após o 25 de abril?

R.11: Muito triste: foram abandonados. Os que não conseguiram fugir foram mortos pela FRELIMO. Os que conseguiram, foram para as forças dos países vizinhos que eram nossos aliados ou engrossaram as hostes da RENAMO, os opositores ao poder político instalado. Alguns vieram para Portugal, segundo sei. Quando servi no RI6 (Porto) fui procurado por um antigo GEP, por sinal um branco moçambicano, para testemunhar em seu favor de que tinha servido Portugal. Assim o fiz, já não me recordo bem como. Não mais soube dele.

Anualmente junto-me com um punhado de ex-GEP, oficiais e sargentos, nas confraternizações de antigos combatentes.

NOTA FINAL. Os GEP foram uma força inovadora no contexto da Guerra do Ultramar, pela sua constituição, enquadramento e missões que lhe foram atribuídas. Integravam-se perfeitamente no conceito de Forças de Operações Especiais, conforme o define a doutrina hoje em vigor nas FFAA do nosso País. Foram uma força notável no TO

de Moçambique de onde eram oriundos os seus soldados e alguns quadros, temida pela FRELIMO.

Olhando para trás, nasceram tardiamente, porque se assim não fosse (o eterno “se” que tudo condiciona), talvez Moçambique fosse um país completamente diferente, para melhor, claro está! Mas a História relata aquilo que aconteceu e não aquilo que gostávamos que acontecesse...

Obrigado pela sua colaboração.

Bruno Amorim

Asp Inf

APÊNDICE J: MATRIZ DE ASSOCIAÇÃO NUMÉRICO-CROMÁTICA

Quadro nº 19 - Matriz de associação numérico-cromática

n.º	Questão	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo	Código
1	<i>“No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?”</i>	Razões da criação dos GEP	Iniciativa do Comando-Chefe	Aumentar o recrutamento	1.1
				Envolver africanos das FFAA	1.2
				Criar forças de atuação de âmbito territorial	1.3
				Criar forças especializadas	1.4
				Criar forças que viessem a integrar as forças armadas de Moçambique independente	1.5
2	<i>“No seu entender, qual o motivo que levou o Exército/estado português a criar os Grupos Especiais Para-quedistas (GEP), visto existirem já outras forças oriundas do recrutamento local?”</i>	Formação dos militares graduados	Militares c/ CParaq	Inexistência de formação específica	2.1
				Experiência de combate	2.2
			Militares s/ CParaq	Experiência de combate	2.3
				Curso de Paraquedismo	2.4
3 (a)	<i>“Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?”</i>	Recrutamento para GEP	Voluntário	Soldados da metrópole	3.1(a)
				Naturais de Moçambique	3.2(a)
			Forçado	Naturais de Moçambique	3.3(a)
			Ação Psicológica	Naturais de Moçambique	3.4a)
				Âmbito territorial	3.5 (a)
3 (b)	<i>Quem eram os militares recrutados para os GEP, que formação lhes era ministrada (duração/matérias lecionadas)?”</i>	Formação		Recruta	3.1(b)
				Curso de Paraquedismo	3.2(b)
				Curso de Combate	3.3(b)
4	<i>No seu entender, quais as diferenças (vantagens/desvantagens) entre o soldado</i>	Diferenças entre o soldado nativo e	Vantagens do soldado nativo	Maior resistência a situações de adversidade	4.1

	<i>nativo e o soldado da metrópole?"</i>	soldado da metrópole		Dedicação e lealdade	4.2
				Capacidade de adaptação ao meio físico	4.3
				Domínio da língua nativa	4.4
				Capacidade no domínio da pistagem	4.5
			Desvantagens do soldado nativo	Dificuldade de aprendizagem	4.6
5	<i>"Quais eram, na sua opinião as motivações que levavam alguns nativos a integrar os GEP?"</i>	Motivações do soldado nativo para integrar os GEP		Ausência de diferenças	4.7
				Melhores condições de vida	5.1
				Estatuto	5.2
				Orgulho	5.3
				Resultado da ação psicológica	5.4
6	<i>"Era possível aos militares nativos dos GEP chegarem a funções de comando? Como?"</i>	Possibilidade de assumir funções de comando		Inexistência de motivações	5.5
				Por feitos em combate	6.1
				Capacidade de comando e liderança	6.2
7	<i>"Era recorrente a infiltração em para-quedas nas operações?"</i>	Infiltração em paraquedas nas operações		Perceção de maior vantagem noutros modos de infiltração	7.1
				Não. CParaq para conceder rusticidade e fator de seleção.	7.2
				Não. Conceder brio às forças	7.3
8	<i>Que armamento e equipamento era utilizado pelos militares dos GEP?"</i>	Equipamento utilizado pelos GEP		O mesmo de outras unidades do Exército	8.1
				O mesmo de outras unidades do Exército, com exceção de situações especiais	8.2
9	<i>Pode descrever o tipo de operações em que eram empregues estes grupos?"</i>	Operações dos GEP		Operações de Intervenção	9.1
				Operações "Mandioca"	9.2
				Operações de longa duração	9.3
				Operações de reconhecimento	9.4
				Operações fora do TN	9.5
11	<i>O que aconteceu aos militares africanos dos GEP, após o 25 de abril?"</i>	Os GEP no pós-25 de abril	Fuga	Portugal	11.1
				Países vizinhos	11.2
			Permanência	RENAMO	11.3
				Integração noutros setores da sociedade civil	11.4

				Integração na FRELIMO	11.5
				Mortos pela FRELIMO	11.6
				Não foram alvo de qualquer tipo de repressão	11.7
				Desconhecimento	11.8

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE K: MATRIZES DE UNIDADES DE CONTEXTO

Quadro nº 20 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 1)

Questão n.º 1			
Entrevistado	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	1.2	Envolver africanos das FFAA	“Terá sido levar os jovens moçambicanos a participar (...) no esforço de guerra que aumentava constantemente...”
	1.4	Criar forças especializadas	“...de uma força especial, de que se orgulhassem...”
E2	1.1	Aumentar o recrutamento	“...a Metrópole tinha cada vez maiores dificuldades em recrutar jovens para satisfazer as necessidades da guerra...”
	1.5	Criar forças que viessem a integrar as forças armadas de Moçambique independente	“...com vista à independência...”
E3	1.1	Aumentar o recrutamento	“Era uma possibilidade de aumentar o recrutamento...”
	1.3	Criar forças de atuação de âmbito territorial	“...com um carácter territorial geral...”
	1.4	Criar forças especializadas	“...e de ter uns grupos especializados...”
E3	1.4	Criar forças especializadas	“Nada melhor que puder criar uma força muito especial que eram os Paraquedistas africanos.”
E5	1.1	Aumentar o recrutamento	“Em 1970 a capacidade de mobilização de militares metropolitanos para a Guerra do Ultramar estava a chegar ao seu limite.”
	1.3	Criar forças de atuação de âmbito territorial	“...havia necessidade de tropas destinadas a missões de intervenção...”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 21 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 2)

Questão n.º 2			
Entrevistado	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	2.4	Curso de Paraquedismo	“...fiz somente o Curso de Paraquedismo”
E2	2.1	Inexistência de formação específica	“...apenas fazer o curso de paraquedismo...”
	2.2	Experiência de combate	“Por isso a primeira «força» de formação foi feita por voluntários do Batalhão de Paraquedistas de Moçambique.”
	2.4	Curso de Paraquedismo	“, como outros mais, a formação foi apenas fazer o curso de paraquedismo nos moldes dos paraquedistas Portugueses., graduando-os no posto acima, (outro incentivo monetário
E3	2.1	Inexistência de formação específica	“Não havia uma formação específica para além do curso de paraquedismo”
	2.2	Experiência de combate	“Porque todos traziam experiência de combate”
	2.3	Experiência de combate	“Porque todos traziam experiência de combate”
	2.4	Curso de Paraquedismo	“...curso de paraquedismo (para os ainda não o tivessem)”
E4	2.2	Experiência de combate	“...inicialmente alguns elementos que integraram os GEP foram escolhidos...”
	2.4	Curso de Paraquedismo	“Para integrar nos GEP era preciso ser paraquedista.”
E5	2.2	Experiência de combate	“Os quadros dos GEP e também dos GE eram oriundos de subunidades combatentes. Nos GEP eram oriundos dos Batalhões de Paraquedistas n. 30 e 31 (Beira e Nacala), do Exército das Subunidades Operacionais da Província, do QP e do Quadro de Complemento (milicianos), muitos com a especialidades de «Operações Especiais» e «Comandos».”
	2.3	Experiência de combate	“Nos GEP eram oriundos dos Batalhões de Paraquedistas n. 30 e 31 (Beira e Nacala)...”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 22 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 3(a))

Questão n.º 3 (a)			
Entrevistado	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	3.1(a)	Soldados da metrópole	“... militares metropolitanos que se oferecessem.”
	3.3(a)	Naturais de Moçambique	“Eram recrutados entre todos os mancebos naturais de Moçambique “
E2	3.4(a)	Naturais de Moçambique	“...em «banjas»...”
	3.5 (a)	Âmbito territorial	“Além disto, os soldados recrutavam-se através das Autoridades Administrativas fazendo pelas Localidades (várias e muitas) ...”
E3	3.2(a)	Naturais de Moçambique	“...depois, a partir de determinada altura, eles vinham-se oferecer...”
	3.3(a)	Naturais de Moçambique	“De início, fizemos recrutamento em vários locais. Íamos apanhar pessoal na mata...”
	3.4(a)	Naturais de Moçambique	“No início o Cristina que falava na língua deles motivava-os muito, dizendo: «Juntos venceremos!», que a FRELIMO não prestava”
	3.5 (a)	Âmbito territorial	“Não tinham um âmbito regional mas sim territorial...”, “Vinham de várias etnias e regiões..”
E4	3.1(a)	Soldados da metrópole	“Os militares ofereciam-se para os GEP.”
	3.2(a)	Naturais de Moçambique	“Os militares ofereciam-se para os GEP.”
E5	3.4(a)	Naturais de Moçambique	“...e uma forte mentalização que era efetuada pelo Orlando Cristina e outros homens autóctones que com ele trabalhavam (“quer”). Esta mentalização fugia aos cânones habituais das ações psicológicas dada às tropas regulares...”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 23 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 3(b))

Questão n.º 3 (b)			
Entrevistado	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	3.2(b)	Curso de Paraquedismo	“No entanto findo o curso que implicava a realização de 5 saltos...”
E2	3.1(b)	Recruta	“...curso de paraquedismo nos moldes dos paraquedistas Portugueses.”
	3.2(b)	Curso de Paraquedismo	“...curso de paraquedismo nos moldes dos paraquedistas Portugueses.”
	3.3(b)	Curso de Combate	“...curso de paraquedismo nos moldes dos paraquedistas Portugueses.”
E3	3.1(b)	Recruta	“A primeira parte era a recruta...”
	3.2(b)	Curso de Paraquedismo	“Depois, era o curso de paraquedismo...”
	3.3(b)	Curso de Combate	“Depois, era a instrução de combate...”
E4	3.2(b)	Curso de Paraquedismo	“Faziam o curso de paraquedismo “
	3.3(b)	Curso de Combate	“Depois, tinham ainda uma parte muito dura, que era o curso de combate...”
E5	3.1(b)	Recruta	“...ministrado na instrução geral...”
	3.2(b)	Curso de Paraquedismo	“...curso de paraquedismo...”
	3.3(b)	Curso de Combate	“...curso de combate...”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 24 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 4)

Questão n. 4			
Entrevistados	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	4.7	Ausência de diferenças	“Não havia qualquer diferença entre os militares dos GEP qualquer que fosse a sua origem.”
E2	4.1	Maior resistência a situações de adversidade	“No mínimo esta gente aguentava bem melhor o cansaço, a sede, a fome...”
	4.3	Capacidade de adaptação ao meio físico	“...esta gente aguentava bem melhor o cansaço, a sede, a fome, e quando bem motivados eram capazes de tudo. Sabiam andar no mato...”
	4.5	Capacidade no domínio da pistagem	“Sabiam andar no mato, bons pisteiros.”
E3	4.2	Dedicação e lealdade	“O soldado negro é de uma dedicação e de uma lealdade invulgares...”
	4.3	Capacidade de adaptação ao meio físico	“...habituaado àquela mata, (...)conhecia a planta da qual se podia extrair água, conhecia os frutos comestíveis...”
	4.4	Domínio da língua nativa	“...sabia o dialeto para falar com as populações...”
	4.5	Capacidade no domínio da pistagem	“...habituaado (...) a seguir pistas...”
	4.6	Dificuldade de aprendizagem	“...no início, o soldado nativo também apresentava algumas limitações em termos de aprendizagem...”
E4	4.2	Dedicação e lealdade	“Eram indivíduos de enorme honestidade e lealdade.”
	4.3	Capacidade de adaptação ao meio físico	“Eles tinham particular aptidão, uma vez que tinham nascido e crescido no ambiente africano”
E5	4.1	Maior resistência a situações de adversidade	“...capacidade para enfrentar as situações mais adversas.”
	4.3	Capacidade de adaptação ao meio físico	“As tropas autóctones (da guarnição normal), eram disciplinadas, mas pouco eficazes em combate, por razões da sua índole e dificuldade de se moverem com facilidade nas regiões que não eram da sua etnia. Havia exceções, naturalmente, entre as quais se encontravam as tropas GEP.”
	4.4	Domínio da língua nativa	“As tropas autóctones (da guarnição normal), eram disciplinadas, mas pouco eficazes em combate, por razões da sua índole e dificuldade de se moverem com facilidade nas regiões que não eram da sua etnia. Havia exceções, naturalmente, entre as quais se encontravam as tropas GEP.”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 25 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 5)

Questão n.º 5			
Entrevistados	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	5.5	Inexistência de motivações	“...os mancebos incorporados na instrução não eram, dum modo geral, voluntários.”
E2	5.1	Melhores condições de vida	“Fardamento, boina encarnada (como os nossos Comandos hoje) e um bom vencimento...”
	5.2	Estatuto	“ Eram uma elite e dava «ronco», termo local para o tipo com «classe»...”
E3	5.1	Melhores condições de vida	“A gratificação de atividade aeroterrestre mais a subvenção de campanha a 100%.”, “Ainda hoje, estou convencido que eles vinham pela garantia de emprego, pela estabilidade, pela possibilidade de contactar com «a cidade»...”
	5.2	Estatuto	“...por um certo estatuto...”
E4	5.1	Melhores condições de vida	“Pela farda...”
	5.2	Estatuto	“... sentiam uma certa superioridade ...”, “e tinham a admiração das populações...”
	5.3	Orgulho	“...sentiam uma certa superioridade e orgulho...”
E5	5.1	Melhores condições de vida	“As condições de vida muito melhores...”
	5.3	Orgulho	“...o orgulho de pertencer a uma tropa de escol...”
	5.4	Resultado da ação psicológica	“...e a mentalização que lhe era dada...”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 26 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 6)

Questão n.º6			
Entrevistados	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	6.2	Capacidade de comando e liderança	“...desde que tivessem condições para o desempenho das funções.”
E2	6.2	Capacidade de comando e liderança	“Sim. Até posto na classe de sargento. Por norma graduados e não por promoção.”
E3	6.2	Capacidade de comando e liderança	“...sim, quando se distinguiam pela capacidade de comando e de liderança.”
E4	6.1	Por feitos em combate	“Ganhavam essas graduações por factos e feitos em combate.”
E5	6.2	Capacidade de comando e liderança	“...dependendo isso da formação conveniente, provas dadas e capacidade de comando.”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 27 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 7)

Questão n.º 7			
Entrevistados	Código	Unidade de Registo	Unidades de Contexto
E1	7.1	Perceção de maior vantagem noutros modos de infiltração	“Não. Nunca se realizou nenhuma operação com lançamento de paraquedistas”
E2	7.3	Não. Conceder brio às forças	“Em boa verdade o ser paraquedista neste caso era mais um a vaidade do que outra coisa.”
E3	7.2	Não. CParaq para conceder rusticidade e fator de seleção.	“Não. Como já disse o curso de paraquedismo era mais uma forma de selecionar e de dar rusticidade ao pessoal.”
E4	7.1	Perceção de maior vantagem noutros modos de infiltração	“Pela prática, chegamos à conclusão de que era muito mais fácil para nós utilizar o helicóptero.”
E5	7.2	Não. CParaq para conceder rusticidade e fator de seleção.	“Não. O curso de paraquedismo funcionava mais como motivo identificador...”
	7.3	Não. Conceder brio às forças	“...e de conceder brio a este tipo de tropas”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 28 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 8)

Questão n.º8			
Entrevistas	Código	Unidade de Registo	Unidades de contexto
E1	8.1	O mesmo de outras unidades do Exército	“O normal em todas as unidades do Exército.”
E2	8.2	O mesmo de outras unidades do Exército, com exceção de situações especiais	“Era exatamente o mesmo que o usado pelas NT, exceto em algumas operações especiais em que era usado armamento apreendido ao IN.”
E3	8.2	O mesmo de outras unidades do Exército, com exceção de situações especiais	“Era o nosso. Era o do Exército português”, “Nós já tínhamos uma coletânea de roupas capturadas à FRELIMO, ...fardas e armamento”. Um dia sugeri ao Coronel Costa..., aproveitando esse material, se escolhesse “a dedo” uns grupos pequenos disfarçados de guerrilheiros da FRELIMO”
E4	8.1	O mesmo de outras unidades do Exército	“O equipamento que se utilizava era praticamente o mesmo que se utilizava pelas nossas outras unidades.”
E5	8.2	O mesmo de outras unidades do Exército, com exceção de situações especiais	“...em situações especiais, altura que uniformizavam e eram armados de modo idêntico ao In.”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 29 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 9)

Questão n.º 9			
Entrevistado	Código	Unidade de Registo	Unidade de Registo
E1	9.1	Operações de Intervenção	“Eram empregues, essencialmente, em assaltos a locais onde fosse referenciada a presença forças inimigas “
	9.2	Operações “Mandioca”	“ Havia um pequeno grupo de GEP, conhecido pelos "Mandiocas" que atuava sempre infiltrada nas zonas onde se conhecia a presença da guerrilha e não utilizavam nada que os pudesse identificar com as NT...”
	9.4	Operações de reconhecimento	“... e em reconhecimentos para deteção dessas forças...”
E2	9.1	Operações de Intervenção	“As operações eram de todo o tipo. Essencialmente funcionavam como tropa de reforço às nossas Unidades de quadrícula para operações de curta duração...”
	9.3	Operações de longa duração	“As operações eram de todo o tipo. Essencialmente funcionavam como tropa de reforço às nossas Unidades de quadrícula para operações de curta duração. Em alguns casos raros entravam em quadrícula em aquartelamentos improvisados, por vezes de maior duração – poderia chegar aos 4 meses.”
E3	9.1	Operações de Intervenção	“Eram empregues em qualquer tipo de operação que tropa portuguesa fazia em operações de intervenção: assaltos a bases, emboscadas. Basicamente fazíamos operações de intervenção“
	9.2	Operações “Mandioca”	“Esse “Grupinho”, 5 a 7 homens, tiveram inicialmente um bom sucesso. Mas o In apercebendo-se destas começaram a implementar medidas de segurança: guias de marcha, senha e contra-senha... Acabámos por parar com as operações ...”
E4	9.1	Operações de Intervenção	“Eram o tipo de operações que cada situação exigia. Mas, posso dizer, que nunca optávamos por grandes concentrações de pessoal.”
	9.2	Operações “Mandioca”	
	9.3	Operações de longa duração	
	9.4	Operações de reconhecimento	
E5	9.1	Operações de Intervenção	“Operações de intervenção no interior dos diferentes sectores operacionais, de modo idêntico ao das forças de intervenção regulares.“
	9.5	Operações fora do TN	“ Ações de infiltração e exfiltração de territórios estrangeiro, em golpes de mão a instalações In instaladas nesses santuários, ou na sua pesquisa e destruição, partindo desses locais, usando as tradicionais linhas de infiltração.”

Fonte: Elaboração própria

Quadro nº 30 - Matriz de unidades de contexto (Questão n.º 11)

Questão n.º11			
Entrevistado	Código	Unidade de Registo	Unidade de Registo
E1	11.2	Países vizinhos	“além de saber que alguns foram para os países vizinhos. “
	11.8	Desconhecimento	“...não tenho elementos concretos sobre os seus destinos...” “não sei como foram tratados pelas novas autoridades”
E2	11.1	Portugal	“ um número não calculado veio para Portugal por medo de represálias”
	11.2	Países vizinhos	“ uns quantos engrenaram em outras forças na África do Sul”
	11.5	Integração na FRELIMO	“ alguns foram “integrados” nas forças da Frelimo”
	11.6	Mortos pela FRELIMO	“foram perseguidos e mortos”
E3	11.1	Portugal	“Outros tiveram que vir para cá (Portugal)”. ”
	11.4	Integração noutros setores da sociedade civil	“ tiveram de ser passados à disponibilidade. “
	11.7	Não foram alvo de qualquer tipo de repressão	”Mas conseguimos, com os contactos que estabelecemos com o Brigadeiro Cara Alegre Tembe, comandante territorial da Beira (FRELIMO), evitar que os GEP fossem tão vítimas como foram os Comandos africanos na Guiné e criar uma boa convivência.”
E4	11.4	Integração noutros setores da sociedade civil	“Os GEP regressaram às suas terras...”
	11.7	Não foram alvo de qualquer tipo de repressão	“Os GEP não foram castigados, digamos assim, depois de nós virmos embora...” “Temos conhecimento absoluto que não aconteceu qualquer tipo de ação para discriminar os GEP de outros cidadãos. E, muitos menos foram molestados fisicamente ou eliminados.”
E5	11.2	Países vizinhos	“Os que conseguiram, foram para as forças dos países vizinhos que eram nossos aliados”
	11.3	RENAMO	“...ou engrossaram as hostes da RENAMO.”
	11.6	Mortos pela FRELIMO	“Os que não conseguiram fugir foram mortos pela FRELIMO.”

Fonte: Elaboração própria

ANEXO A: REDE HIDROGRÁFICA

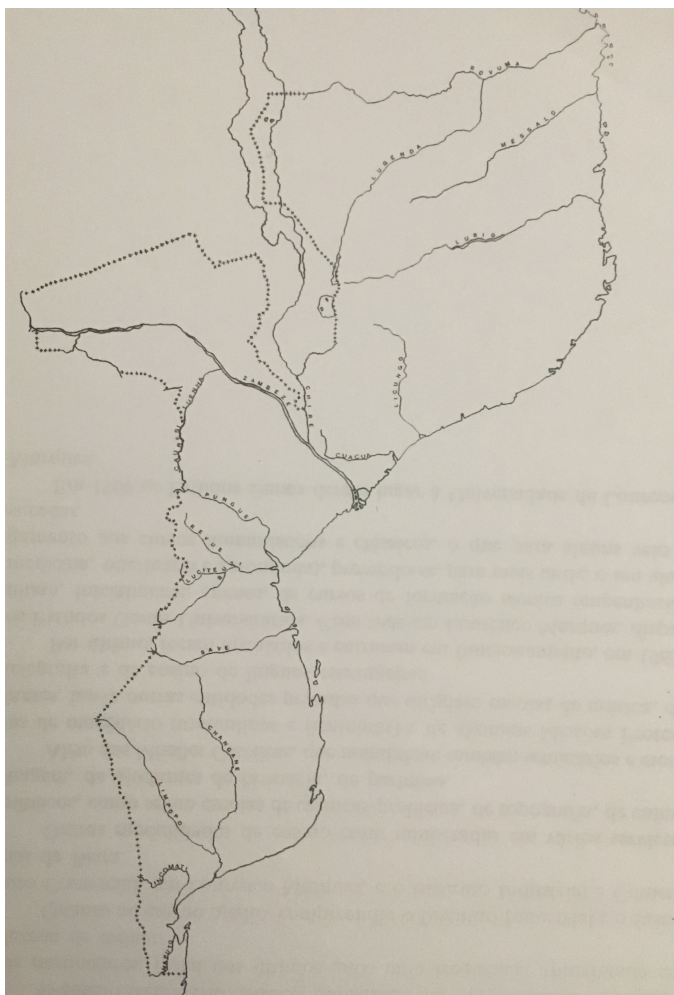


Figura n.º 2 - Rede hidrográfica em Moçambique

Fonte: (CECA, 1989)

ANEXO B: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS GRUPOS ÉTNICOS

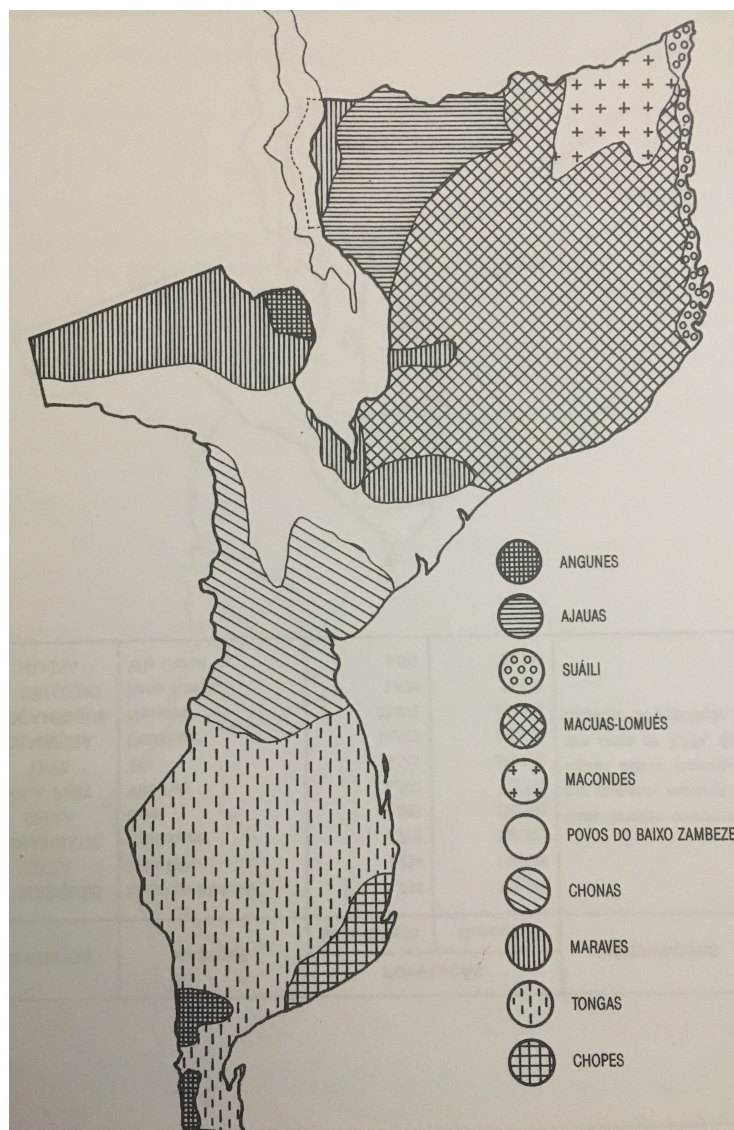


Figura n.º 3 – Distribuição dos grupos étnicos em Moçambique

Fonte: (CECA, 1989)

**ANEXO C: EXEMPLO DE PANFLETO DE PROPAGANDA DA
FRELIMO**

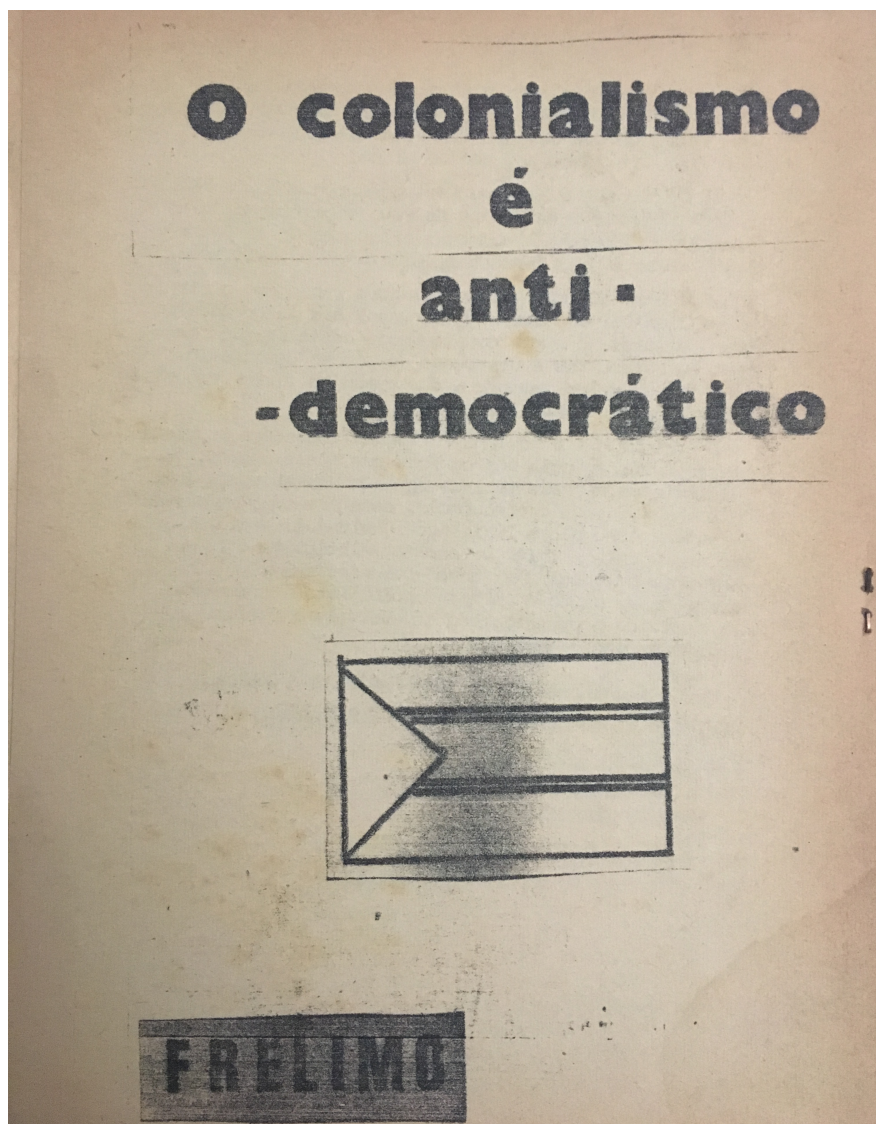


Figura n.º 4 - Panfleto de propaganda da FRELIMO

Fonte: (apreendido pelos GEP) gentilmente cedido pelo TCor Inf GEP Serra Pinto

ANEXO D: LINHAS DE INFILTRAÇÃO DOS GUERRILHEIROS E ESFORÇOS DA FRELIMO

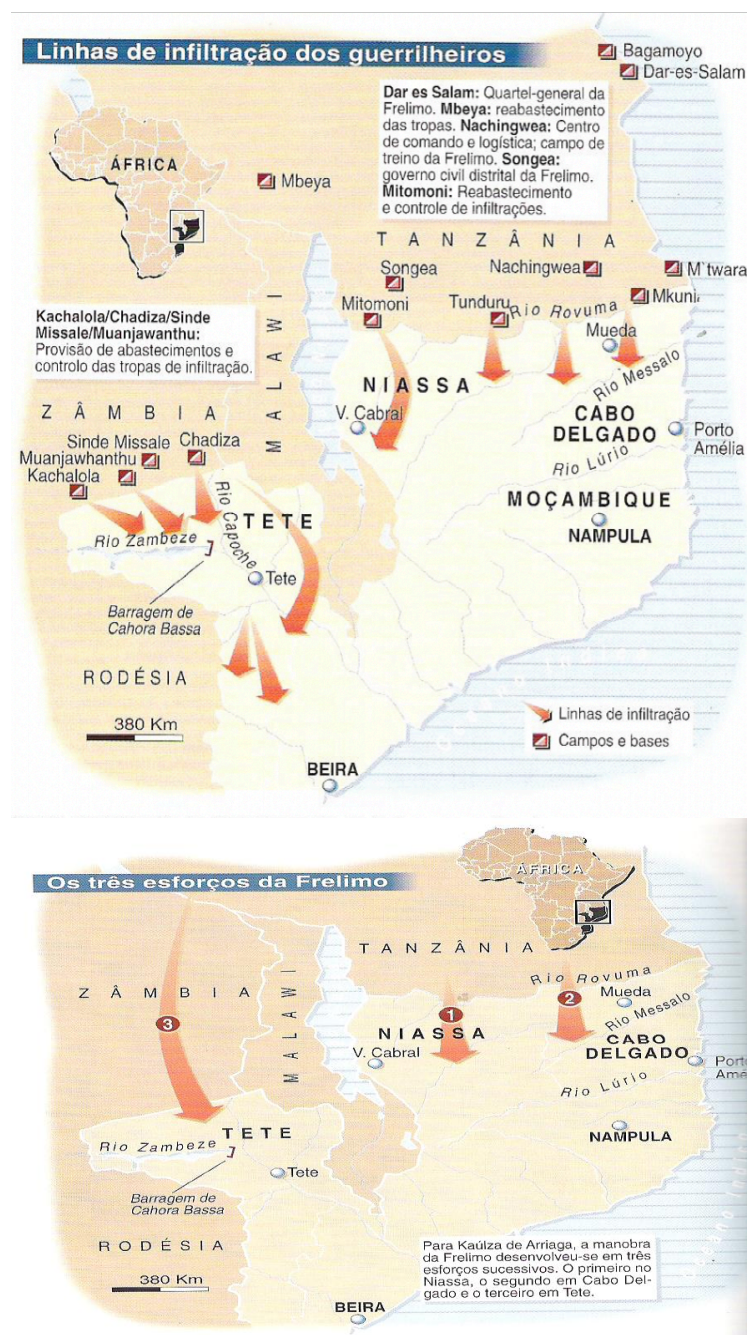


Figura n.º 5 - Linhas de infiltração e esforços da FRELIMO

Fonte: (Cipriano, 2010 citado em Gomes, 2000)

ANEXO E: ARMAMENTO APREENDIDO À FRELIMO PELOS GEP



Figura n.º 6 - Armamento apreendido à FRELIMO

Fonte: gentilmente cedido pelo TCor Inf GEP Serra Pinto

ANEXO F: ORGANIZAÇÃO DE UM BATALHÃO DA FRELIMO

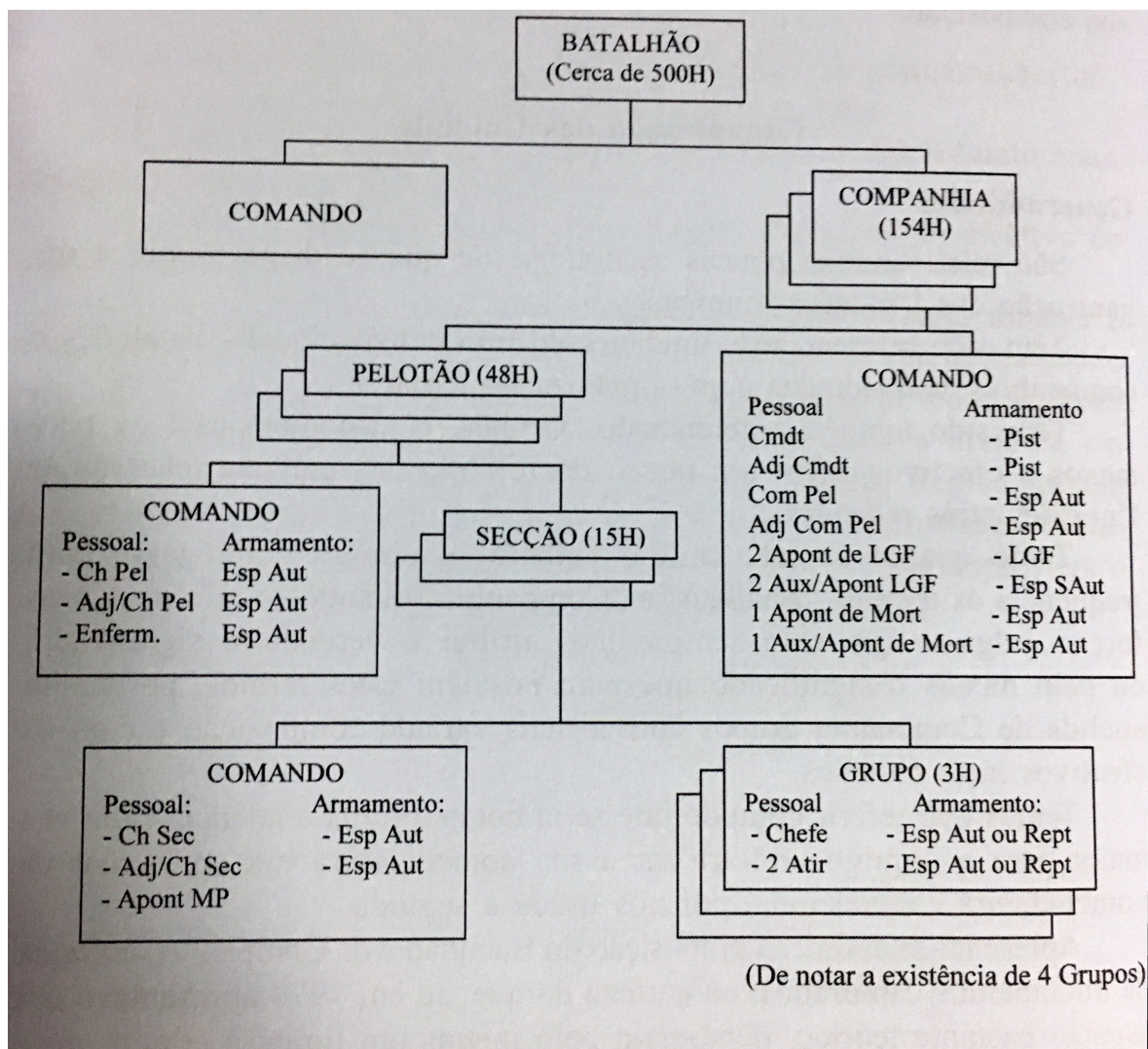


Figura n.º 7 - Organização de um batalhão da FRELIMO

Fonte: (CECA, 2012a)

ANEXO G: BOINA DOS GEP



Figura n.º 8 - Boina vermelho *grenat* dos GEP

Fonte: (Carmo, 2006)

ANEXO H: EXPOSIÇÃO DE MATERIAL CAPTURADO DURANTE VISITA DE MILITARES RODESIANOS AO CIGE



Figura n.º 9 – Exposição durante visita de militares rodesianos ao CIGE

Fonte: gentilmente cedido pelo TCor Inf GEP Serra Pinto

ANEXO I: CURSO DE PARAQUEDISMO



Figura n.º 10 – GEP durante instrução do Curso de Paraquedismo

Fonte: gentilmente cedido pelo TCor Inf GEP Serra Pinto



ANEXO J: LANÇAMENTO DE GEP

Figura n.º 11 – Sessão de Saltos de Abertura Automática dos GEP

Fonte: gentilmente cedido pelo TCor Inf GEP Serra Pinto